

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA MARIA CARVALHO METZLER

**RELAÇÕES ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO
DE REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DE CONFESSIONALIDADE CATÓLICA**

SÃO LEOPOLDO

2011

Ana Maria Carvalho Metzler

**RELAÇÕES ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO
DE REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DE CONFESSIONALIDADE CATÓLICA**

**Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos.**

Orientadora: Flávia Obino Correa Werle

São Leopoldo

2011

M596r Metzler, Ana Maria Carvalho.
Relações entre os poderes político e religioso na
construção de representações identitárias de instituições de
ensino superior de confessionalidade católica / por Ana Maria
Carvalho Metzler. – 2011.
193 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.
“Orientação: Prof^a. Dr^a. Flávia Obino Correa Werle.”

1. Ensino superior. 2. Educação – Aspectos religiosos. 3.
Educação – Aspectos políticos. I. Título.

CDU 378.058(81)

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Fabiane Pacheco Martino - CRB 10/1256

Ana Maria Carvalho Metzler

**RELAÇÕES ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO
DE REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DE CONFESSIONALIDADE CATÓLICA**

**Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos.**

Aprovado em 19 de abril de 2011

BANCA EXAMINADORA

<hr/> Berenice Corsetti	UNISINOS
<hr/> Flávia Obino Correa Werle (orientadora)	UNISINOS
<hr/> Maria Isabel da Cunha	UNISINOS
<hr/> Solange Maria Longhi	UNICRUZ
<hr/> Ricardo Rossato	UNIFRA

Dedico este trabalho este trabalho a todas as
Instituições de Confessionalidade Católica do país.

AGRADECIMENTOS

Essa tese de doutorado é fruto das inter-relações profissionais, acadêmicas e afetivas que me constituíram ao longo dos anos. As profissionais me permitiram tecer caminhos, trocar idéias, criar espaços de discussão, fazer escolhas e, especialmente, aprender. As que registro, se transformaram em afetivas cujo aprendizado é mais intenso na medida em que possibilita acreditar que o pensar e sentir ainda são partes significativas do processo de construção do conhecimento.

Por outro lado, as relações que partiram tão somente do afeto me fortaleceram, pois auxiliaram a manter o equilíbrio, superar os obstáculos, sentir o aconchego, persistir na luta por um ideal e, acima de tudo, reafirmar que não somos e nem construímos nada sozinhos. Por isso menciono com carinho:

- Meus pais, pela dedicação, generosidade, amor incondicional em todos os momentos de minha vida;
- Flávia Obino Correa Werle doutora em Educação, orientadora, professora e amiga de longa data. Incentivadora, competente, carinhosa, um exemplo de pessoa e profissional por quem nutro extrema admiração e afeto;
- José Arvedo Flach, irmão lassalista, mais conhecido como Ir. Justo, doutor em Educação, orientador de minha dissertação de mestrado, amigo de todas as horas e que muito colaborou, com informações, obras e documentos para minhas investigações sobre as Instituições de Confessionalidade Católica;
- Berenice Corsetti doutora em Educação, incentivadora, conselheira, competente, afetuosa, amiga e companheira de todas as horas. Enfim, uma pessoa que consegue dosar o conhecimento tanto empírico quanto acadêmico com a humildade e a alegria de poder compartilhar com o outro;
- Maria Isabel Cunha doutora em Educação, minha professora para além dos espaços de uma sala de aula. Amiga, competente, carinhosa e que muito colaborou na estruturação deste trabalho;
- Nelso Bordignon, irmão lassalista, doutor em Educação, pelo fornecimento de documentos que possibilitaram estruturar algumas suposições sobre a representação identitária das Instituições de Confessionalidade Católica;

- Solange Maria Longhi doutora em Educação, por suas sugestões durante o processo de qualificação que muito contribuíram para a reestruturação desta pesquisa;
- Elisabeth Momo Metzler, minha cunhada, professora de inglês, por sua generosidade e colaboração na tradução de parte deste trabalho para a língua inglesa;
- Paulo Roberto Carvalho dos Santos, meu primo, administrador de empresas, por seu afeto, generosidade e auxílio no processo de revisão deste trabalho;
- Elisete Bernardi doutora em Educação, colega, amiga, companheira de alegrias e angústias no processo de estruturação desse trabalho, pelo seu estímulo e auxílio na estruturação teórica desta investigação;
- Miguel da Costa, amigo, advogado de uma instituição educacional de confessionalidade católica, pelos esclarecimentos de dúvidas sobre temas jurídicos que integram este trabalho;
- Estevan de Negreiros Ketzer, amigo, psicólogo, pelo fornecimento de materiais para a estruturação metodológica desta investigação;
- Ricardo Rossato doutor em Educação, por aceitar participar da avaliação desta pesquisa, o que desde já a torna mais qualificada.

Agradeço ainda,

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Instituições de Confessionalidade Católica que me constituíram como educadora e pesquisadora formando parte de meu *habitus* individual e coletivo e me influenciando na escolha deste tema.

Em especial, agradeço as demais docentes integrantes da linha de pesquisa I, Educação, História e Política da UNISINOS, por acreditarem neste projeto e me acolherem como aluna desta instituição. Considero que são estas docentes e pesquisadoras que mantêm os princípios gerais de *formação da pessoa humana*. Sem elas a identidade institucional é apenas uma representação forjada.

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias de instituições de ensino superior de confessionalidade católica (IESCC) no período de 1995 a 2010. Inspirando-nos na teoria bourdieusiana consideramos as IESCC como um núcleo do campo educacional das instituições de ensino superior (IES). Como tal, sofrem influências e tanto do poder político, entendido como poder de Estado, quanto do religioso legitimado nas ações do Papa, dos agentes da Congregação para a Educação Católica do Vaticano, das Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas e respectivas Inspetorias e Províncias que administram e mantêm IESCC no território Brasileiro. Na relação entre os poderes, identificamos momentos de tensão, embates e negociações. Para identificação das representações identitárias das IESCC, utilizamo-nos de documentos como, acordos de cooperação, leis e decretos, códigos, constituições e sites institucionais de noventa e cinco IESCC. Através da análise documental, concluímos que o núcleo se constitui de instituições mantidas por Arquidioceses e Dioceses e Ordens e Congregações Católicas e apresenta três tipos de instituições: as *Pontifícias ou Eclesiásticas; Católicas e Católicas de fato, mas não de direito*. Entre as práticas adotadas pelos agentes das IESCC identificamos: criação de IES de pequeno porte como faculdades, escolas e Institutos Superiores; domínios de cursos de bacharelado nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas e Tecnológicas; demarcação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; aumento de instituições *Católicas*; formação de redes institucionais; inclusão de novas congregações mantenedoras, originariamente, não voltadas para a missão educativas; transformação de escolas formadora de religiosos em IES; ocupação de outros espaços regionais, adoção de políticas de gestão organizacional, etc. As IESCC evidenciam dois pontos de vista: Um voltado para a formação humanista e outro parece acreditar que este propósito deve ser alterado para continuar se expandindo em um mercado competitivo. No entanto é senso comum que *ser católico* deve ser demarcado no campo seja enquanto *marca* ou como explicitação de uma formação ético-cristã.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior privado; instituições de confessionalidade católica; representação identitária; poder político; poder religioso.

ABSTRAT

This research project will explain the relation between the political and religious power in the construction of identity representations of higher education institutions of Catholic confessionality (HEICC) in the period from 1995 to 2010. Based on the Bourdieusian theory we consider the HEICC as an essential part of the educational field of higher education institutions (HEI). As such they suffer influences from both the political power, regarded as State power, and from the religious power legitimized in the Pope's actions, the Congregation agents for Catholic Education of the Vatican, Archdioceses, Dioceses, Catholic Orders and Congregations and Inspectorates and Provinces which manage and keep HEICC in the Brazilian territory. We identified moments of tension, differences and negotiation in the relation between the powers. In order to analyze the identity representations of HEICC we made use of cooperation agreements, laws and decrees, codes, constitutions and institutional sites of ninety-five HEICC. Through documental analysis we concluded that the core is constituted by institutions kept by Archdioceses and Dioceses and Catholic Orders and Congregations and presents three types of institutions: Pontifical or Ecclesiastical, Catholic and Catholic by right, but not on the rule of law. We identified among the practices adopted by the agents of HEICC the creation of small HEI such as colleges, schools and Higher Institutes; Bachelor's degree courses in Human, Social and Applied and Technological Sciences; demarcation of the indissociability of teaching, research and university extension courses; increase of Catholic institutions; formation of institutional networks; the inclusion of new sponsoring congregations originally not aimed towards the educational mission; transformation of religious professional schools into HEI; occupation of other local areas; adoption of organizational management policies, etc. The HEICC emphasize two points of view: One focused on the humanistic formation and another which seems to believe that this purpose must be altered in order to keep expanding in a competitive market. However it is common sense that being catholic must be demarcated in the field whether in mark or explanation of an ethical-christian formation.

KEY-WORDS: private higher education, catholic confessionality institutions, identity representation, political power, religious power.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1 - Classificação das IES segundo a natureza administrativa.....	16
FIGURA 2 - Sub-campos de formação acadêmica de educadores e pesquisadores em nível de pós-graduação.....	36
FIGURA 3 - Sub-campos de atuação profissional de educadores e pesquisadores que investigam as IES privadas.....	37
FIGURA 4 - Total de educadores e pesquisadores por vínculo de formação acadêmica e atuação profissional em IES públicas e privadas.....	38
FIGURA 5 - Total de EES comunitários, confessionais e filantrópicos por região do Brasil.....	76
FIGURA 6 - Total de EESCC por região do Brasil – 2010.....	77
FIGURA 7 - Total de EES segundo sua organização administrativo-religiosa – 2010.....	78
FIGURA 8 - Total de estabelecimentos segundo sua natureza religiosa – 2010.....	83
FIGURA 9 -: Missão do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG).....	128
FIGURA 10 - Total de IESCC, por região, reconhecidos pelo MEC a partir da década de 2000.....	136
QUADRO 1 - Total de cursos presenciais de graduação ofertados em faculdades, escolas e institutos superiores, por área de conhecimento – 2001-2010.....	130
QUADRO 2 - Total de cursos presenciais de graduação por área de conhecimento, oferecidos em IESCC mantidas por Arquidioceses/Dioceses e Ordens e Congregações Católicas.....	133

QUADRO 3 -: Missão institucional – 2001-2010.....	139
---	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de EES segundo sua natureza jurídica – período de 1995 a 2008.....	63
TABELA 2 - Número de EES por dependência administrativa - período de 1999 a 2008.....	67
TABELA 3 - Relação das trinta primeiras IES, por ordem decrescente no número de matrículas - Brasil - 2008.....	69
TABELA 4 - Número de EES privados por organização acadêmica, segundo sua categoria administrativa – 1999 a 2008.....	72
TABELA 5 - Número de EESCC por dependência administrativa – período de 1995 a 2003.....	100
TABELA 6 - Número total de IESCC mantidas por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações, por organização acadêmica: 1940-2010.....	103
TABELA 7 - Número total de IESCC por organização administrativa – período de 2003 a 2010.....	120
TABELA 8 - Número total de IESCC por organização acadêmica e religiosa – décadas de 1940 a 2000.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Arquidioceses e Dioceses
Art. – Artigo
C – Católicas
cân. – cânone
CF - Católicas de fato, mas não de direito
Com. – Comunitários
Conf. – Confessionais
CPC - Conceito Preliminar de Cursos
EES - Estabelecimentos de Ensino Superior
EESCC – Estabelecimentos de Ensino Superior de Confessionalidade Católica
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fil. – Filantrópico
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IE – Inteligência Estratégica
IGC - Índice Geral de Cursos
OC – Ordens e Congregações
P - Pontifícias
Part. - Particulares
T – Total

LISTA DE SIGLAS

ABIEE - Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas
ABMES - Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior
ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ACAFE: Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AEC – Associação de Educação Católica do Brasil
AGCS - Acordo Geral de Comércio e Serviços
ANACEU - Associação Nacional dos Centros Universitários
ANAMEC - Associação Nacional de Mantenedoras das Escolas Católicas do Brasil
ANDIFES - Associações das Universidades Federais
ANEC - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil
ANUP: Associação Nacional das Universidades Particulares
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
CONIC - Conselho Nacional das Igrejas Cristãs
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EAD - Educação a Distância
E - MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC – Exame Nacional de Cursos
FACDO - Faculdade Católica Dom Orione
FIUC - Federação Internacional das Universidades Católicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IESCC – Instituições de Ensino Superior de Confessionalidade Católica
IFETs - Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia
IFITEG - Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MARE - Ministério de Administração e Reforma do Estado
MOG - Ministério do Orçamento e Gestão
MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PIS - Contribuição para o Programa de Integração Social
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-GOIÁS - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC –RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PT - Partido dos Trabalhadores
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SIBP - Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamun
SESu - Secretaria de Educação Superior
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 EDUCADORES: PONTOS DE VISTAS SOBRE AS IES PRIVADAS	34
1.1. QUEM FALA O QUE SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA?.....	35
1.1.1. Educadores e pesquisadores com formação acadêmica e atuação profissional no sub-campo das IES públicas.....	39
1.1.2. Educadores e pesquisadores com formação acadêmica e atuação profissional no sub-campo das IES privadas.....	44
1.1.3. Educadores e pesquisadores com trânsito nos sub-campos das IES públicas e privadas.....	46
1.2. PONTOS DE VISTA SOBRE O SUB-CAMPO DAS IES COMUNITÁRIAS.....	48
2 O CAMPO EDUCACIONAL DAS IES	59
2.1. ESTRUTURA DO CAMPO EDUCACIONAL E RELAÇÕES DE PODER.....	59
2.2. PODER POLÍTICO E SUAS INTERFERÊNCIAS NA ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO EDUCACIONAL DE IES.....	62
2.3. O NÚCLEO DAS IESCC.....	78
3 EMBATES ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO NO CAMPO EDUCACIONAL DAS IES	87
3.1. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO EM ALGUNS ESTÁGIOS DO CAMPO EDUCACIONAL.....	88
3.1.1. Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): privatização, controle e regulação do campo educacional das IES.....	91
3.1.2. Ministério da Educação: estrutura organizacional e instrumentos de controle e regulação para o campo das IES.....	93
3.1.2.1. LDBEN e legislação complementar.....	96
3.2. ALTERAÇÕES NO SUB-CAMPO DAS IES PRIVADAS.....	99
3.2.2. Núcleo das IESCC: crise e tensão.....	101
3.3. CÓDIGO CIVIL E ALTERAÇÕES NA PERSONALIDADE JURÍDICA DAS MANTENEDORAS DE IESCC.....	107

4 ALTERAÇÕES NO NÚCLEO DAS IESCC E CONCILIAÇÃO DIPLOMÁTICA COM O PODER POLÍTICO.....	111
4.1. GOVERNO LULA (2003-2010) E AS POLÍTICAS CONCILIATÓRIAS.....	112
4.2. EXPANSÃO DO NÚCLEO DAS IESCC.....	119
4.2.1. As universidades Pontifícias e sua regulação pelo poder religioso.....	121
4.2.2. Os novos tipos de instituições católicas.....	124
4.2.3. Práticas e estratégias das IES Católicas de fato, mas não de direito.....	126
4.2.4. Cursos presenciais de graduação por área de conhecimento.....	129
4.2.5 Novos agentes no núcleo das IESCC.....	134
4.2.6. Expansão e ocupação de espaços regionais.....	135
4.2.7. Tentando criar um novo núcleo no campo educacional das IES.....	137
4.2.8. A missão das IESCC.....	138
4.2.9. Modelos de gestão organizacional.....	146
4.3. CONCORDATA: DIPLOMACIA ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO.....	147
CONCLUSÃO.....	149
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE A.....	172
APÊNDICE B.....	174
APÊNDICE C.....	189

INTRODUÇÃO

Nossa investigação trata das relações entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias de Instituições de Ensino Superior de Confessionalidade Católica (IESCC) brasileiras.

Sob ponto de vista do poder político¹ as IESCC estão situadas no interior de outros agrupamentos educacionais como mostra a figura 1:

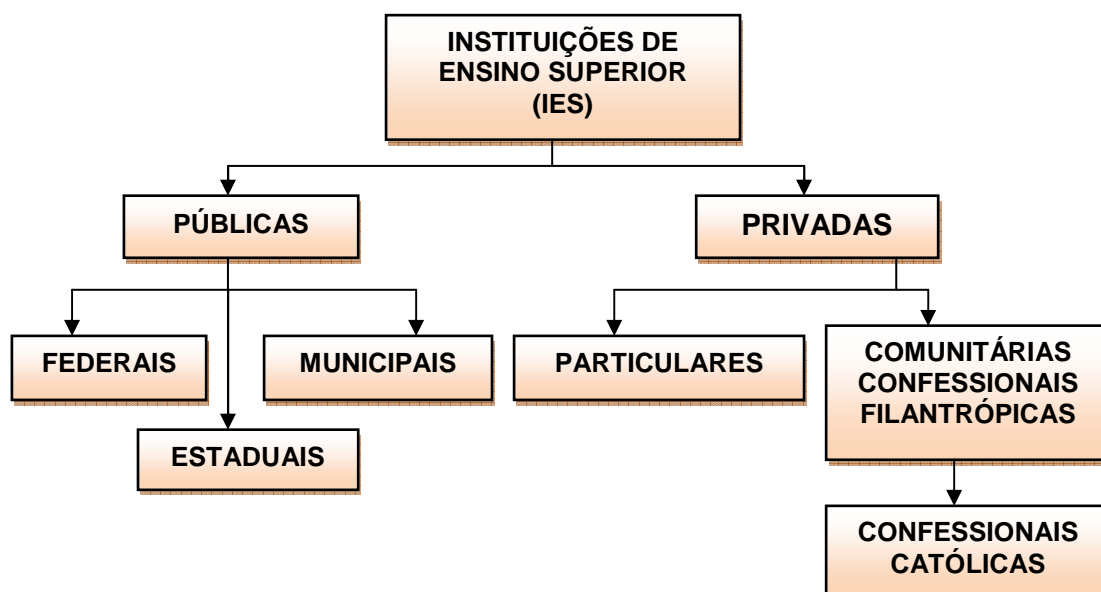


FIGURA 1 - Classificação das IES segundo a natureza administrativa
Fonte: Elaboração própria com dados da lei 9394/96

Através de instrumentos reguladores como a Constituição Federal de 1988², Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)³, leis e decretos complementares, as IES são classificadas, pelo poder político, segundo sua natureza administrativa. Subdividem-se em IES públicas e privadas. As primeiras integram instituições federais, estaduais e municipais administradas, mantidas e controladas pelo próprio poder político e as segundas são compostas por instituições

¹ Ao tratarmos do poder político utilizaremos também algumas de suas subcategorias como *poder público, poder governamental e poder executivo*.

² As classificações administrativas das instituições educacionais estão registradas nos art. 206 e 213 da Constituição Federal de 1988.

³ A LDBEN (Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996) complementa a classificação administrativa nos art. 19 e 20.

particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas⁴ administradas, mantidas e controladas por agentes oriundos de outros campos sociais como, por exemplo, empresarial, religioso entre outros.

Inspirando-nos na teoria bourdieusiana⁵, reconhecemos tal classificação na condição de sub-campos ou núcleos do campo educacional das IES.

Campo é um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos. Atua como um campo de forças e de lutas. O campo de forças constitui-se das relações entre os indivíduos, grupos e instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, pelo poder de ditar as regras e pelo domínio do campo no qual estão inseridos. As lutas ocorrem em torno da apropriação de um capital específico e/ou por sua redefinição. Conforme a posição dos agentes na estrutura do campo pode haver manutenção ou alteração das relações de força e da distribuição de capital específico (BOURDIEU, 2004, p.170-171).

Todo campo pode ser dividido em núcleos menores (sub-campos). Tanto um quanto outro possuem estrutura própria, relativamente autônoma, definida através de objetivos específicos que lhes garante uma lógica particular de funcionamento e estruturação. A dinâmica entre eles é dada pela lutas dos grupos ou frações sociais na tentativa de alterar o princípio hierárquico das posições internas do campo; uma luta, na maioria das vezes inconsciente, pelo poder (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

Sob ponto de vista do poder político, o sub-campo das instituições privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas diferencia-se das IES privadas particulares por não apresentarem finalidade lucrativa. Nesse sub-campo são identificadas como confessionais, as instituições administradas e mantidas por pessoas físicas ou jurídicas que apresentam uma orientação confessional. Entre elas destacamos as IESCC, tema específico desta investigação.

Sob ponto de vista religioso as IESCC constituem-se de diferentes grupos ou núcleos. Administrativamente, seus principais agentes são representantes do campo religioso institucionalizados em Arquidioceses, Dioceses, Inspetorias ou Províncias

⁴ Adotando o ponto de vista político, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas mesmo que apresentem definições diferenciadas entre si, estão integradas em apenas um sub-campo das IES privadas.

⁵ Utilizamos-nos, especialmente, das categorias de campo, poder, *habitus* e representação de Pierre Bourdieu, a serem tratadas nos capítulos ao longo desta investigação.

de Institutos de Vida Consagrada, aqui denominados de Ordens e Congregações Católicas⁶.

Utilizamos como critério de análise os vínculos de aproximação ao poder religioso central, aqui representado pela Santa Sé, estruturando o sub-campo das IESCC em dois núcleos administrativos. O primeiro inclui os estabelecimentos mantidos por Arquidioceses e Dioceses (AD), cujos principais agentes são Arcebispos e Bispos e o segundo, estabelecimentos mantidos por Ordens e Congregações (OC), representados no campo educacional por Inspetores e Provinciais⁷.

Os dois grupos administram e mantêm estabelecimentos de diferente natureza acadêmica⁸ e religiosa⁹ formando novos agrupamentos no interior do sub-campo das IESCC. Quanto à natureza acadêmica, o núcleo constitui-se de universidades, centros universitários, faculdades, escolas e institutos superiores.

Quanto à natureza religiosa as IESCC classificam-se em instituições de direito *Pontifício ou Eclesiástico (P)*, *Católicas (C)* e, *Católicas de fato, mas não de direito (CF)*¹⁰.

As primeiras são reguladas, juridicamente, por sua mantenedora e pela Congregação para a Educação Católica do Vaticano. Incluem no corpo diretivo da IES um Arcebispo ou Bispo na qualidade de grão-chanceler e devem atender as diretrizes específicas, emitidas pelo poder religioso central.

As segundas, como as Pontifícias, têm obrigação de assumir as diretrizes para a educação da Igreja Católica, mas não apresentam os mesmos vínculos com a

⁶ Ver capítulo 2.

⁷ Inspetores ou Provinciais são os agentes religiosos que dirigem e coordenam as Inspeções ou Províncias, ou seja, unidades administrativas que reúnem um conjunto de comunidades locais, por afinidade geográfica ou cultural. Cada Inspeção ou Província está cadastrada pelo poder público como uma pessoa jurídica diferente. Para o poder religioso, são apenas subdivisões administrativas de uma Ordem ou Congregação, ou melhor, de Institutos de Vida Consagrada.

⁸ A organização acadêmica das IES é apresentada no capítulo 2 e as Escolas e Institutos Superiores no capítulo 4.

⁹ A organização religiosa das IESCC é aprofundada no capítulo 2.

¹⁰ Para o poder religioso central, são consideradas IES católicas somente as que são dirigidas por autoridade eclesiástica competente ou uma pessoa jurídica eclesiástica pública ou ainda as que são reconhecidas por autoridade eclesiástica mediante documento escrito. (Roma, cân. 803 § 1, 1983). Nesse sentido, ainda que de fato a IES seja católica não pode usar o título ou nome de “católica” sem o consentimento de autoridade eclesiástica competente. (Roma, cân. 808, 1983). São reconhecidas, juridicamente, as IES de direito Pontifício ou Eclesiástico e Católicas, o mesmo não ocorrendo com o terceiro tipo de IES que, aqui, denominamos de Católicas de fato, mas não de direito.

referida Congregação nem inclui no seu corpo diretivo um representante do p 19 religioso central.

As terceiras são aceitas, mas não reconhecidas, juridicamente, pelo poder religioso central, devendo atender, somente, as prerrogativas de suas mantenedoras que, por sua vez, são erigidas e autorizadas por tal poder.

Observamos que as IESCC possuem uma estrutura diferente dos demais grupos das IES Ihe garantindo uma lógica própria de funcionamento. Por outro lado, como um sub-campo é capaz de influenciar e ser influenciada pelos demais grupos do campo educacional de ensino superior. Nesse jogo inter-relacional se constrói uma espécie de *sensu comum* no campo, aceito por todos os agentes que o integram.

As influências e condicionamentos podem vir, também, de agentes de outros campos sociais. Entre eles, os que apresentam maior poder de persuasão no campo educacional são os agentes do campo político.

Entendemos por poder político o poder de Estado, constituído pelas instituições governamentais e por funcionários públicos. Neste sentido, tratamos do poder político legitimado por mandatos incluindo as esferas executiva, legislativa e judiciária. Legitimados por mandatos, a cada estágio, novos agentes a ele se integram e impõem seus pontos de vista aos demais campos sociais.

Interessa-nos analisar o período de 1995 a 2010 quando os principais agentes do poder executivo são os presidentes da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003 -2010).

Neste estágio, vários são os instrumentos de regulação e controle impostos pelo poder político que alteram, significativamente, as posições e pontos de vista dos agentes de todos os grupos do campo educacional e, entre eles, do núcleo das IESCC. Embora os agentes do campo político sejam considerados como externos ao campo, salientamos que seu poder de persuasão também parte do interior deste na medida em que atuam como administradores e mantenedores do sub-campo das IES públicas do campo educacional.

Processo similar ocorre com as IESCC que além das regulações políticas, são influenciadas pelo poder de persuasão de agentes religiosos que estão fora e no interior do núcleo.

O poder religioso é aqui entendido, como o poder legitimado nas ações do Papa, dos agentes da Congregação para a Educação Católica do Vaticano, e,

especialmente, dos representantes das Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas que atuam no campo educacional das IES como administradores e mantenedores de estabelecimentos de confessionalidade católica.

Diante dessas considerações esclarecemos nosso problema de pesquisa.

- Quais as evidências construídas nos embates entre os poderes político e religioso que influenciam na representação identitária do núcleo das IESCC brasileiras durante período de 1995 a 2010?

Em geral, as interferências dos poderes político e religioso nesses grupos do campo educacional são materializadas em instrumentos de regulação e controle como leis, decretos presidenciais, códigos, constituições, etc.

Tais documentos podem expressar influências e coações bem como gerar disputas e consensos. Se os documentos expressam determinações, imposições sobre o que deva ser a identidade das IES, ao serem lidos pelos agentes do sub-campo, tendem a se incorporar aos seus *habitus* individuais e coletivos, as formas de perceberem, valorarem e estarem no mundo, as suas próprias posições no sub-campo e no campo das IES.

(...) *habitus* é na realidade ao mesmo tempo princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e sistema de classificação (...) dessas práticas. É na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus* como capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, capacidade de diferenciar e apreciar essas práticas e estes produtos (gosto), que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço de estilos de vida (MONTAGNER, 2006, p. 524).

Assim os documentos impostos são *retraduzidos* pelos agentes das IESCC e, de acordo com seus códigos valorativos, as posições que ocupam no sub-campo e suas classificações produzem novas estratégias e práticas reveladoras de suas representações sobre a identidade do grupo que, por sua vez não reflete por completo uma identidade do sub-campo e das instituições.

É apenas uma representação que o grupo de agentes tem de si mesmo e das IESCC e que pode ser transformada em novas regulações e imposições aos demais grupos do sub-campo. Nesse sentido os documentos impostos ao mesmo tempo em que provocam lutas de representações e libertam os grupos de total sujeição externa, tornando-os agentes de sua obra, são também instrumentos reguladores na luta pelo monopólio e legitimação das representações no sub-campo das IESCC.

Nesse processo que inclui agentes de três campos sociais (político, religioso e educacional), interessa-nos,

- Analisar as relações entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias do núcleo das IESCC brasileiras durante o período de 1995 a 2010.

Percorrendo esse caminho de identificação da construção representacional buscamos atender os seguintes objetivos específicos:

- Através dos instrumentos reguladores, descrever como os poderes político e religioso representam o sub-campo das IESCC;
- Identificar os momentos de tensões e embates entre os poderes político e religioso no período de 1997 a 2003;
- Identificar nas práticas adotadas pelos agentes estratégias de manutenção e expansão das IESCC demonstrando aspectos da representação identitária deste núcleo do campo educacional.

As IESCC são parte do capital cultural do campo das IES. Até a década de 1980 mantinham o monopólio do sub-campo das IES privadas e eram alvos de análise e críticas de educadores e pesquisadores. De lá pra cá, foram perdendo espaço de poder no campo e, conseqüentemente, deixaram de ser objeto de pesquisa dos investigadores.

Como veremos no capítulo 1, poucos são os trabalhos que incluem as IESCC. Em geral, as investigações restringem-se as universidades em detrimento de outros tipos acadêmicos que constituem o sub-campo das IESCC. Estão presentes em pesquisa cujo foco central consiste na aplicabilidade de modelos técnico-administrativos; fragmentadas em uma de suas unidades ou setores ou mesmo subsumidas no sub-campo das instituições comunitárias-confessionais-filantrópica

Ao estudarmos as IESCC como um núcleo do campo educacional das IES, buscamos suprir esta lacuna.

Por que, nesta investigação, nos destituímos dos estágios precedentes em que as IESCC eram um dos objetos centrais de estudos dos historiadores da educação para tratarmos de um momento recente em que estão sendo representadas como um grupo no interior das IES comunitárias, descaracterizado de sua confessionalidade religiosa?

Vários são os motivos que justificam e torna relevante a escolha das IESCC como objeto de pesquisa, a saber:

- A partir da década de 1990, o poder político, por meio de instrumentos de regulação e controle, influência na alteração do campo educacional. Favorece a entrada de novos agentes no núcleo das IES privadas e promove um crescimento desordenado do sub-campo destituindo o monopólio de agentes tradicionais e, entre eles, das IESCC;
- Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surge a denominação de IES comunitárias, confessionais e filantrópicas. Complementando a Carta Constitucional, a LDBEN de 1996 define tais grupos. No entanto, os Censos Escolares de 1998 a 2009 os homogeneizam em uma única categoria. Analisando as IESCC observamos que apresentam características comuns aos três tipos de instituições. São comunitárias, praticam filantropia bem como estão regidas por princípios católicos.
- A partir de fins da década de 1990, as IESCC se definem como comunitárias e, no interior desse sub-campo são dominantes, muito embora, quando investigadas, a característica confessional não é identificada pela maioria dos educadores e pesquisadores do campo educacional das IES;
- Por vários estágios históricos, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas foram as que mais investiram em estabelecimentos universitários privados. Essa também foi uma característica das IESCC, demonstrando sua preocupação com o desenvolvimento da pesquisa no campo educacional;
- As mantenedoras das IESCC iniciaram suas atividades no país criando obras assistenciais e escolas de educação básica. A partir de meados da década de 1990, quando promulgados os novos instrumentos de regulação do poder público para a educação, as IESCC se vêem duplamente afetadas com a concorrência advinda da expansão das instituições privadas particulares. Há retração no total de escolas católicas influenciando nos investimentos em IES, uma vez que, partes dos recursos para criação de uma IES advêm das matrículas de estudantes da educação básica;
- Com a promulgação do Código Civil em 2002, o poder político altera as personalidades jurídicas das mantenedoras das IESCC desconsiderando-as como organizações religiosas. Além de perderem isenção de alguns tributos, são atingidas na sua imagem representacional.

Conforme veremos no capítulo 1, ao selecionarmos um dos sub-campos das IES expressamos em nossas práticas a forma como percebemos, sentimos e

valoramos o espaço social. Tais pontos de vista são adquiridos por aprendizagem formal e informal oriundas das relações sociais que, neste caso, estão relacionadas aos núcleos do campo educacional em que estivemos ou estamos inseridos. É de lá que reconhecemos as regras do jogo, que compartilhamos opiniões comuns (senso comum) e participamos no campo de forças e de lutas.

Nossa formação e atuação profissional ocorreu no interior do sub-campo das IESCC sendo esta escolha parte de nosso *habitus* individual e coletivo, gerador de nossas práticas e representações sobre o campo das IES.

Os condicionamentos e pontos de vista, segundo Günter, demonstram que há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, na escolha dos tópicos de pesquisa bem como no método adotado e na interpretação dos resultados. Tais aceitações do envolvimento emocional com o tema a ser investigado denotam a escolha por uma pesquisa de caráter qualitativo (GÜNTHER, 206, p.203).

Para investigarmos as IESCC como um núcleo do campo educacional das IES, utilizamo-nos do método de análise documental que, de acordo com Pimentel, são estudos baseados em documentos como material primordial, no qual se extraem toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos propostos na pesquisa (PIMENTEL, 2001, p. 179).

Nesse sentido, estruturamos este trabalho em três grandes etapas: Obtenção das informações; organização do material coletado e análise documental propriamente dita.

Obtenção da informação: Na primeira fase da pesquisa reunimos fontes, de qualquer natureza, sobre o tema ensino superior. Em bibliotecas (institucionais e virtuais), livrarias, internet (sites governamentais, educacionais e religiosos) e congressos, coletamos artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, anais de congressos, constituições, códigos, leis e decretos. Realizamos primeira leitura e elaboramos fichas com as seguintes informações: dados bibliográficos; localização. Em pastas destacamos os temas: ensino superior; ensino superior privado, IESCC; religião e política.

Com a organização temática identificamos que poucos autores tratam das IESCC. Logo não temos fontes secundárias sobre o tema. Realizamos sem sucesso, novas buscas em feiras de livros especializadas e associações religiosas.

Por dois anos tentamos delimitar o sub-campo das IESCC. Onde estão as fontes?

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 5-6)

Mensalmente acompanhamos os sites oficiais das associações educacionais e governamentais tentando obter informações. Neste momento, estamos cientes que para tratar das IESCC contamos apenas com as fontes primárias como, por exemplo, sites institucionais. A internet pode ser uma ferramenta de coleta destes materiais.

A Internet configura-se como uma nova categoria de fontes documentais para pesquisas históricas. Em especial os pesquisadores do Tempo Presente, após o advento da Internet, passaram a contar com um aporte quase inesgotável de novas fontes. Contudo, quase na segunda década do século XXI, ainda são poucas as pesquisas históricas que utilizam a Internet como fonte primária (ALMEIDA, 2010, p.01).

Os sites mais visitados foram do Ministério da Educação (MEC); do Sistema de Regulação do Ensino Superior (E-MEC); do Vaticano; da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e da Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil (ANAMEC).

Com objetivo de delimitar o sub-campo das IESCC identificamos as instituições mantenedoras e respectivos estabelecimentos de ensino superior associados a ABMES, ABRUC e ANAMEC. Como não há identificação da natureza confessional das instituições, coletamos todas as IES sem fins lucrativos registradas nessas associações.

Consultamos o site do MEC e E-MEC, para verificar se as IES são cadastradas pelo poder público.

No E-MEC, obtivemos mais dados sobre as mantenedoras, IES bem como os cursos oferecidos, endereços eletrônicos, etc. As informações sobre as mantenedoras nos possibilitaram coletar, no site do E-MEC, novas IES por elas

administradas. Também procuramos outras IES, com a denominação de *Pontifícia* e *Católica*. Ao final da coleta obtivemos um total de 220 estabelecimentos de ensino superior sem fins lucrativos. Registramos todos os dados em arquivo virtual.

Organização do material coletado: separamos os materiais temáticos em fontes primárias e secundárias. Identificamos as fontes primárias em civis e religiosas e organizamos as fontes secundárias complementando as fichas de leitura, elaborando resumos e fluxogramas e anotando os conceitos-chave de cada texto. Registramos os temas tratados, dúvidas, e dados a serem verificados ou complementados.

Reunimos as fontes secundárias que tratam dos temas “ensino superior privado” e “ensino superior católico” (IESCC). São um total de vinte e três artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, extraídos de revistas científicas e de bibliotecas virtuais como a Scientific Electronic Library Online (SCIELO); Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamun (SIBP) e Google Acadêmico.

Listamos o nome dos autores e no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), buscamos em seus *currículos* as instituições (públicas ou privadas) que realizaram sua formação acadêmica em nível de pós-graduação e de atuação profissional.

Elaboramos um quadro com três colunas. Na primeira registramos o nome do investigador por ordem alfabética; na segunda sua formação acadêmica, e na terceira sua atuação profissional. Nas segunda e terceira colunas, por sua vez, subdividimos em IES públicas e privadas (particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas). Tanto na coluna da formação acadêmica quanto na atuação profissional correspondente as instituições privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas descrevemos os autores com formação e atuação profissional em IESCC (ver apêndice 1). Desta forma inserimos os educadores e pesquisadores nos sub-campos do campo educacional das IES¹¹.

Quais os pontos de vista destes investigadores sobre o ensino superior privado? Educadores e pesquisadores oriundos de diferentes sub-campos apresentam ou não mesmos pontos de vista sobre o ensino superior privado?

Em busca de respostas, analisamos cada texto identificando os temas adotados pelos investigadores na representação do ensino superior privado.

¹¹ Maiores detalhes, ver capítulo 1.

Descrevemos os temas nas fichas de leitura de cada autor e contamos o número de recorrências no total dos vinte e três textos. Assim, obtemos os seguintes temas:

- Neoliberalismo e organismos internacionais no campo educacional (três textos);
- Privatização e mercantilização do ensino superior (sete textos);
- Ensino público e privado (um texto);
- Política voltada para a totalidade do sistema (um texto);
- Políticas de gestão organizacional (cinco textos);
- História Institucional através de seus cursos (um texto);
- Universidade comunitária (cinco textos).

Após identificação e contagem geral dos temas recorrentes, dividimos os autores em três grupos: educadores e pesquisadores das IES públicas; educadores e pesquisadores das IES privadas e educadores e pesquisadores que transitam entre os dois sub-campos (público e privado). Identificamos os temas de maior recorrência em cada grupo como veremos no capítulo 1.

As demais fontes secundárias registradas nas pastas dos temas IES, política e religião foram utilizadas na complementação do trabalho de pesquisa.

Passamos a organizar as fontes primárias.

As principais fontes de caráter civil são: capítulo IV, referente ao ensino superior (art. 43 a 57) da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (lei nº 9.394/96) e decretos presidenciais complementares, título II sobre as pessoas jurídicas (art. 40 a 78) do Código Civil de 2002 e a *Concordata* (Decreto nº. 7.107 de 11/02/10).

Relemos as fontes, complementamos as fichas com transcrições, resumos e temas recorrentes. Acrescentamos dados da Carta Constitucional de 1988.

Identificamos recorrências entre os seguintes assuntos:

- Organização administrativa (em todos os documentos)
- Personalidade jurídica (em todos os documentos)
- Organização acadêmica (LDBEN, decretos presidenciais complementares e Concordata).

Com as fontes primárias religiosas, procedemos de forma similar. Tendo o Código de Direito Canônico para a Igreja Latina (21/01/1983) como principal documento da Santa Sé, realizamos um resumo e transcrevemos as normas para os Institutos de Vida Consagrada (Cân. 553 a 606), Bispado (Cân. 431 a 572) e IES

(Cân.703 a 821). Complementamos os dados com a Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* (29/04/1979) e Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (15/08/1990). Identificamos recorrência dos seguintes temas:

- Organização administrativo-religiosa (todos os documentos);
- Personalidade jurídica (Código de Direito Canônico para a Igreja Latina)
- Organização acadêmico-religiosa (todos os documentos)
- Finalidades da educação superior (todos os documentos)

As fontes primárias fornecem informações sobre a estruturação administrativa, acadêmica e religiosa das instituições enquanto as secundárias descrevem uma visão geral da educação superior privada. No entanto, ainda suscitam dúvidas referentes às alterações no campo das IES. Faltam documentos que nos possibilitem compreender os efeitos da regulação, do controle no campo e de sua estruturação. Estamos em busca de dados estatísticos.

Embora o enfoque quantitativo difira quanto à ênfase e a forma do qualitativo, não significa que sejam opostos ou que se excluam mutuamente como instrumentos de análise (MARTINELLI, 1999, p. 30).

Ao associarmos com os documentos reguladores do poderes político e religioso para o campo de educação superior, mais que um dado estatístico, mais que uma mensuração, é possível identificar algumas intencionalidades dos grupos diante do campo.

Nesse caso consideramos que há situações que a utilização de dados estatísticos pode ser utilizada em uma proposta teórica de caráter qualitativo; em que as observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento das estruturas sociais e auxiliares na compreensão de como se estruturam as regiões no campo educacional (MARTINELLI, 1999, p. 31)

No site do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) há dados sobre o total de estabelecimentos segundo sua organização administrativa favorecendo nossas comparações com o sub-campo das IESCC. Com eles, elaboramos tabelas para acompanhar os períodos de expansão e retração dos núcleos.

Voltamos a organizar as fontes primárias extraídas dos sites da ABMES, ABRUC, ANAMEC, MEC, E-MEC e de duzentos e vinte IES sem fins lucrativos. Analisamos cada site procurando dados sobre as mantenedoras.

Estabelecemos os seguintes critérios de identificação de uma IESCC: ser sem fins lucrativos e, mantidas por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações da Igreja Católica Romana. Nesse processo de *garimpagem* reduzimos a lista a noventa e cinco IESCC.

Elaboramos dois quadros.

No primeiro incluímos o nome da IES; data de autorização ou reconhecimento conforme registros do E-MEC; dados da mantenedora referentes à sua denominação religiosa, civil e natureza jurídica; regiões geográficas em que os estabelecimentos de ensino estão situados; algumas informações sobre o ano em que algumas universidades se tornaram de direito Pontifício, faculdades transformaram seu status para centros universitários e os endereços eletrônicos das IESCC.

Na estruturação do quadro adotamos como critério a organização acadêmico-religiosa. Descrevemos as instituições na seguinte ordem: universidades pontifícias, universidades católicas, universidades; centros universitários católicos, centros universitários; escolas superiores; faculdades católicas, faculdades e finalmente, os Institutos superiores (Apêndice B).

No segundo quadro, registramos os cursos oferecidos pelas IESCC autorizadas e reconhecidas a partir da década de 2000, de acordo com sua área de conhecimento. Adotamos por critério as áreas de conhecimento estipuladas pelo CNPq e registrando o nome da IESCC e o número total de cursos por área de conhecimento (Apêndice C).

Análise documental propriamente dita: Utilizando as fontes secundárias, relacionamos as informações das fichas de leitura, lista de temas recorrentes e do quadro de identificação acadêmica e profissional dos educadores e pesquisadores das IES. Observamos que, na luta por poder no campo das IES, cada grupo de investigadores apresenta pontos de vista coerentes com as representações valorativas do sub-campo de formação acadêmica e atuação profissional. Tais especificidades também estão permeadas pelas influências que sofrem do campo educacional das IES apresentando uma espécie de senso comum sobre as IES privadas que podem ser verificadas através da recorrência dos seguintes temas:

- Privatização e mercantilização do ensino superior (sete vezes);
- Política de gestão organizacional (cinco vezes);
- Universidades comunitárias (cinco vezes).

Esses dados nos possibilitam compreender os pontos de vista dos educadores e pesquisadores que atuam como agentes internos e externos ao sub-campo das IES privadas e realizar uma revisão de literatura sobre o tema desta investigação.

Com a finalidade de identificar as representações e embates dos poderes político e religioso sobre a educação superior e, em especial, das IESCC associamos as informações obtidas com as fontes primárias civis e religiosas. Comparamos os dois conjuntos de documentos a partir dos temas recorrentes.

A LDBEN, principal documento de regulação do poder político, inclui os três temas de recorrência extraídos das fontes primárias civis, com especial destaque para a organização administrativa e acadêmica. Divide a educação superior em dois grupos: públicas e privadas. As IES privadas são formadas pelas instituições particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

As IES confessionais são definidas como mantidas por *grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional ou ideologia específicas*. Associando tal definição as IESCC, podemos afirmar que, sob ponto de vista político, são instituições comunitárias e filantrópicas, sem fins lucrativos mantidas por religiosos ou leigos que adotam os princípios católicos.

Segundo o Código de Direito Canônico as IESCC são instituições *dirigidas por autoridade eclesiástica competente ou por pessoa jurídica eclesiástica pública, ou que a autoridade eclesiástica reconhece como tal mediante documento escrito* (ROMA, 1983, cân. 803). *Nenhuma universidade, embora de fato católica, pode utilizar o título ou nome de universidade católica, a não ser com o consentimento da competente autoridade eclesiástica* (ROMA, 1983, cân. 808).

Como um grupo do sub-campo das IES privadas, as IESCC são assim consideradas se dirigidas ou aprovadas por agentes do campo religioso (em especial, representantes da Congregação para a Educação Católica do Vaticano; Arcebispos e Bispos). Uma IESCC pode ser administrada por Ordens e Congregações Católicas cujos agentes podem ser clérigos ou leigos de vida consagrada, mas só será considerada católica de direito se obtiver aprovação por escrito de autoridades eclesiásticas.

Na análise da organização administrativa, identificamos outro tema de recorrência nas fontes civis e religiosas: a personalidade jurídica. Citado nas definições e características das IES pela LDBEN, o tema adquire relevância no

Código Civil de 2002 e no Código de Direito Canônico. Relacionando os documentos observamos que a personalidade jurídica apresenta divergências nos pontos de vista político e religioso. Reguladas pelos dois poderes, as mantenedoras das IESCC apresentam duplo registro de sua personalidade jurídica: uma civil e outra religiosa. Esse tema também é destaque na Concordata, acordo de Cooperação entre o Brasil e a Santa Sé, no qual a personalidade jurídica das IESCC é um dos motivos de embates entre os poderes político e religioso.

A LDBEN trata da educação superior em catorze artigos, descrevendo os pontos de vista do poder político sobre a finalidade e organização acadêmica deste nível de ensino. Oito artigos apresentam redação alterada ou algum tipo de complementação demonstrando que o poder executivo torna-se um dos principais agentes na transformação do campo educacional das IES. Através dos decretos complementares o poder executivo regulamenta a criação de vários tipos de IES voltadas, em sua maioria para o ensino. De acordo com as fontes secundárias, tais regulamentações favorecem a expansão privatista e, conseqüente mercantilização do ensino superior.

O tema organização acadêmica também é tratado pelas fontes primárias religiosas. A Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* (29/04/1979) e Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (15/08/1990) citam apenas dois tipos acadêmicos de IES: as universidades e faculdades. Estas, por sua vez, estão divididas em três grupos: *Pontifícias*, *Católicas* e o que denominamos de *Católicas de fato, mas não de direito*.

Diferentemente dos documentos civis, os religiosos salientam a pesquisa e extensão como característica fundamental de todos os tipos de IESCC, pois promovem o diálogo entre a fé e a razão. São detalhistas na descrição da organização acadêmica e administrativa registrando os cursos a serem ofertados, características dos professores e alunos e estrutura física das IESCC.

Com objetivo de comparar os pontos de vista dos poderes político e religioso cruzamos as informações de seus documentos reguladores e extraímos as seguintes unidades de análise:

- Organização administrativo-religiosa
- Personalidade Jurídica
- Finalidades da Educação Superior
- Organização acadêmica

➤ Embates político-religiosos

Integramos às unidades de análise os dados estatísticos coletados no site do INEP sobre as IES privadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas) e a listagem de IESCC extraídas nos sites da ABMES, ABRUC, ANAMEC, MEC e E-MEC.

De acordo com as fontes civis, as IES estão subdivididas em públicas e privadas. As primeiras compreendem IES públicas federais, estaduais e municipais e as segundas IES privadas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Enquanto a LDBEN define e caracteriza cada um dos grupos de IES, os Censos Escolares publicados no site do INEP não atendem aos mesmos critérios. No período de 1995 a 1998, o termo *privado* é sinônimo de *particular* sem apresentar diferenciações na natureza jurídica das IES. De 1999 a 2008¹² as IES privadas aparecem subdivididas em duas categorias: particulares e comunitárias-confessionais-filantrópicas.

Os Censos Escolares não fornecem dados específicos das IES confessionais. Quanto ao total de estabelecimentos segundo sua natureza jurídica, até 1998, as IES confessionais encontram-se subsumidas entre as IES particulares e, a partir de 1999, entre as IES comunitárias-confessionais-filantrópicas. Quanto ao total de estudantes matriculados por natureza administrativa os dados apresentados nos anos de 1995 a 1998 restringem-se as instituições públicas e privadas, sem especificação dos sub-campos. Em 1995, há um total de 1.759.703 alunos matriculados em IES, 700.540 em IES públicas e 1.059.163 em privadas.

Observamos que as IES privadas concentram maiores números de estudantes matriculados do que as IES públicas, mas não temos dados suficientes para afirmar que, neste período, as instituições comunitárias-confessionais-filantrópicas e, muito menos as IESCC sejam as principais responsáveis por tais resultados.

No período de 1999 a 2008, as estatísticas estão voltadas as regiões do país, não identificando a natureza jurídica das IES. Neste caso, não podemos sequer afirmar se são as IES públicas ou privadas que apresentam maior número de estudantes matriculados. No entanto, em 2008 o poder executivo nos fornece informações sobre as trinta maiores IES do país segundo o número total de matrículas. Destas, identificamos dezenove IES privadas, sendo dezesseis do sub-

¹² No site do INEP até a presente data encontram-se os Censos Escolares ocorridos até 2008. Sendo assim, não temos os dados dos anos subsequentes.

campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas e duas do núcleo das IESCC.

Somente com essas fontes não temos como delimitar o sub-campo das IESCC. Inserimos, então, a lista de IESCC associadas a ABMES, ABRUC, ANAMEC e reconhecidas pelo MEC e E-MEC. No processo de organização destas fontes, identificamos um total de noventa e cinco IESCC.

Observamos que este tipo de estabelecimento apresenta na denominação alguma referência religiosa como nome de fundadores, de santos, Papas, bispos, cardeais, etc. São administradas e mantidas por agentes de Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas. De acordo com as datas de credenciamento, até os anos 1990, as universidades são preponderantes. Na década subsequente destacam-se outros tipos acadêmicos como centros universitários, faculdades, escolas e institutos superiores com cursos voltados, especialmente, para as áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais e Aplicadas e Tecnológicas. Concentram-se nas regiões sudeste, sul e nordeste.

A década de 2000 caracteriza-se por um período de expansão das IESCC, quando são autorizados e credenciados cinquenta e três estabelecimentos, além de sete faculdades serem elevadas a categoria de centros universitários.

A lista de IESCC construídas a partir da análise dos sites da ABMES, ABRUC, ANAMEC, MEC e E-MEC e complementada através dos sites institucionais de das respectivas mantenedoras auxiliam na delimitação do sub-campo das IESCC, mas não fornecem dados relativos ao total de estudantes matriculados. Decidimos, então, não inserir dados sobre a evolução das matrículas neste sub-campo.

Restringimos nosso estudo ao número de estabelecimentos como fator de expansão do sub-campo bem como buscamos, nestas fontes, elementos de identificação das influências dos poderes político e religioso na construção da imagem identitária das IESCC.

Mantivemos as mesmas unidades de análise das fontes primárias representativas dos poderes político e religioso e acrescentamos os seguintes temas:

- Alterações no campo das IESCC
- Representação identitária

Através dessas unidades, extraídas das fontes primárias e secundárias construímos nossa investigação em quatro capítulos.

No primeiro analisamos artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado de vinte e seis educadores e pesquisadores que investigam o tema educação superior privada. Nesta revisão de literatura, identificamos os temas recorrentes bem como demonstramos que pontos de vista dos educadores e pesquisadores estão relacionados às suas posições no interior do campo educacional.

No segundo apresentamos nossa estrutura dos campos sociais e, de modo especial, dos campos político e educacional. Através da análise dos Censos Escolares de 1995 a 2009 publicados no site do INEP e das fontes religiosas identificamos as influências do poder político no campo educacional das IES e do poder religioso no sub-campo das IESCC.

No terceiro tratamos do poder político legitimado cujo principal agente do executivo foi o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Apresentamos algumas propostas do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e de instrumentos reguladores para o campo educacional, demonstrando as alterações no campo e, de modo especial os momentos de tensão vividos pelas IESCC.

No quarto tratamos do período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e descrevemos as estratégias e práticas dos agentes das IESCC, identificadoras de suas representações identitárias.

1 EDUCADORES: PONTOS DE VISTA SOBRE AS IES PRIVADAS

Ao analisar a relação entre os poderes político e religioso na representação identitária das IES mantidas por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas não podemos deixar de incluir o papel dos educadores e pesquisadores na representação do sub-campo das IES privadas.

Tanto os campos político quanto religioso se aproximam dos grupos de educadores e pesquisadores tentando mobilizá-los na suas lutas no interior do campo educacional.

Bourdieu chega considerá-los como integrados a um campo de produção cultural específico embora, nesta investigação, ao identificarmos os grupos de educadores e pesquisadores que tratam do tema educação superior privada, estamos incluindo-os no campo educacional das IES.

Consideramos que tais educadores e pesquisadores realizam sua formação acadêmica e são titulados nas IES.

Um título como o título escolar é capital simbólico universalmente reconhecido e garantido, válido em todos os mercados. Enquanto definição oficial, ele liberta seu detentor da luta simbólica de todos contra todos, impondo a perspectiva universalmente válida. (BOURDIEU, 2004, p.164)

Com reconhecimento oficializado, os educadores e pesquisadores do campo educacional realizam suas práticas no interior das instituições e cujas temáticas desenvolvidas vinculam-se ao *lugar de onde estão falando*. Através do trabalho acadêmico são remunerados pelas IES e como tal, também influenciados pelos agentes nos campos de forças institucionais e do campo.

Os educadores e pesquisadores de IES públicas são funcionários públicos legitimados como representantes do poder político. Tais observações nos fazem supor que suas lutas no campo educacional tendem a favorecer o sub-campo das IES públicas.

Por outro lado, os educadores e pesquisadores das IES privadas, cujo trabalho acadêmico é remunerado por essas instituições, tendem a representar, simbolicamente, os pontos de vista dos agentes que lutam pela conservação e expansão no campo educacional das IES privadas.

Neste capítulo, investigamos os pontos de vista de vinte e seis educadores e pesquisadores brasileiros, em vinte e três documentos sobre as IES privadas.

O material reunido compreende artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, coletados de revistas científicas e de bibliotecas virtuais como a Scientific Electronic Library Online (SCIELO); Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamun (SIBP) e Google Acadêmico. Também investigamos os *currículos* (site do CNPq) de cada um dos autores identificando os sub-campos educacionais a que estão ou estiveram inseridos.

Elaboramos um quadro identificando a formação acadêmica em nível de pós-graduação e atuação profissional de cada um dos investigadores (ver apêndice 1). Em duas figuras registramos os grupos de educadores e pesquisadores do campo educacional das IES (públicas e privadas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas) de acordo com sua formação acadêmica (figura 2) e atuação profissional (figura 3). Relacionando à formação acadêmica com a atuação profissional, separamos os educadores e pesquisadores em três grupos como mostra a figura 4.

Nosso objetivo consiste em saber de *onde falam* estes educadores e pesquisadores e demonstrar que seu *habitus* individual contém parte do *habitus* coletivo dos sub-campos em que estão ou estiveram inseridos.

Para tanto, voltamos aos vinte e três textos coletados no período de 2009 a 2011; registramos os temas recorrentes e separamos por grupos de educadores e pesquisadores de cada sub-campo na intenção de identificar suas representações sobre o núcleo das IES privadas e, conseqüentemente, das IESCC.

1.1. Quem fala o que sobre a educação superior privada?

Os educadores e pesquisadores atuam como agentes de poder simbólico no campo educacional de IES e, como tal podem criar um clima favorável para a imposição de novas regras no campo ou mesmo participar de lutas simbólicas para manutenção ou transformação das relações de força e de redistribuição do capital específico.

Realizam seus estudos, são legitimados pelos agentes dos sub-campos educacionais bem como atuam no interior destes. Nesse processo conhecem as regras do campo, adquirem pontos de vista, participam da formação do *habitus* coletivo dos núcleos do campo das IES bem como alteram seu *habitus* individual.

Analisar sua formação acadêmica em nível de pós-graduação, que os legitima como pesquisadores e relacioná-los aos sub-campos a que estão inseridos profissionalmente nos auxilia a compreender seus pontos de vista sobre as IES privadas.

A Figura 2 mostra os sub-campos das IES públicas e privadas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas em que os educadores e pesquisadores do tema IES privadas realizaram sua formação em nível de pós-graduação.

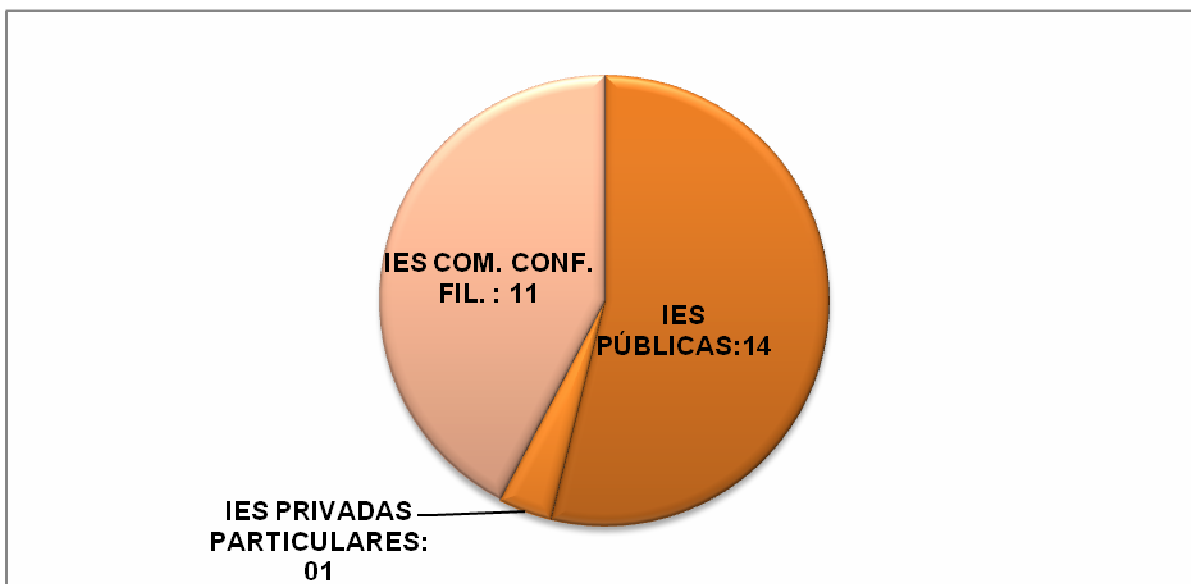


FIGURA 2 - Sub-campos de formação acadêmica de educadores e pesquisadores em nível de pós-graduação

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dos vinte e seis educadores e pesquisadores, quatorze apresenta formação acadêmica em IES públicas e doze em IES privadas. Destes um realizou programa de pós-graduação em IES particular e onze em IES comunitárias, confessionais e filantrópicas, sendo oito em IES de Confessionalidade Católica.

Constatamos que tanto os educadores e pesquisadores com formação acadêmica em IES públicas quanto privadas investigam o sub-campo das IES privadas.

Na Figura 3 identificamos os sub-campos de atuação profissional.

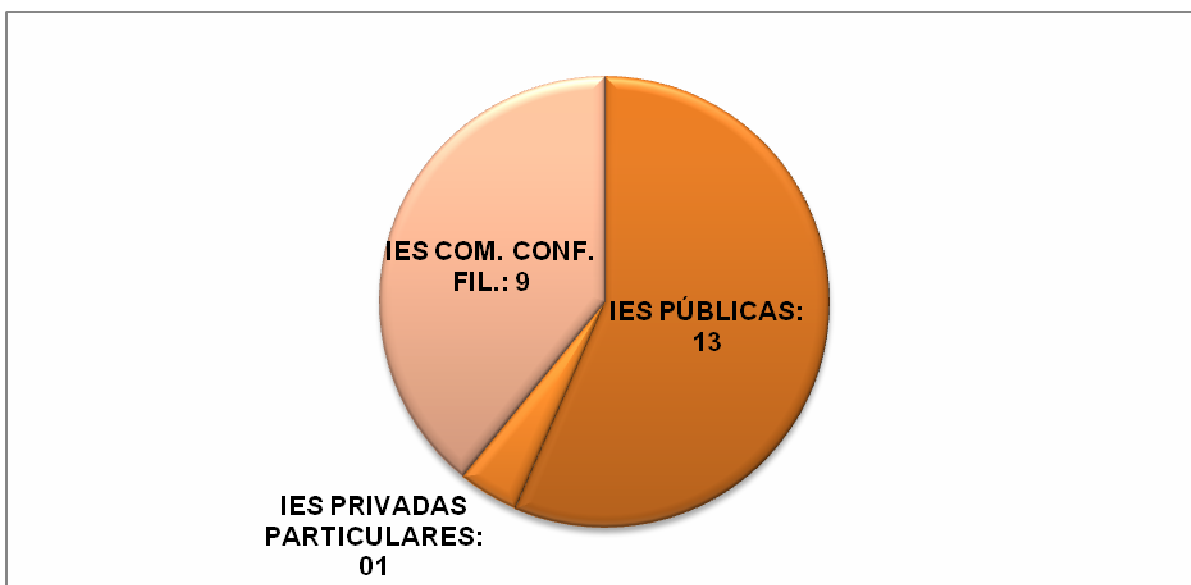


FIGURA 3 - Sub-campos de atuação profissional de educadores e pesquisadores que investigam as IES privadas

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Treze educadores e pesquisadores atuam em IES públicas e dez em IES privadas, sendo um em particular e 09 em comunitárias, confessionais e filantrópicas¹³. Destes 05 trabalham em IESCC.

Cruzando as informações das figuras 2 e 3, dividimos os investigadores em três grupos:

- Com formação acadêmica e atuação profissional em IES públicas;
- Com formação acadêmica e atuação profissional em IES privadas e,
- Com trânsito nas IES públicas e privadas.

Desta forma estamos inserindo os educadores e pesquisadores nos sub-campos do campo educacional das IES, como mostra a figura 4.

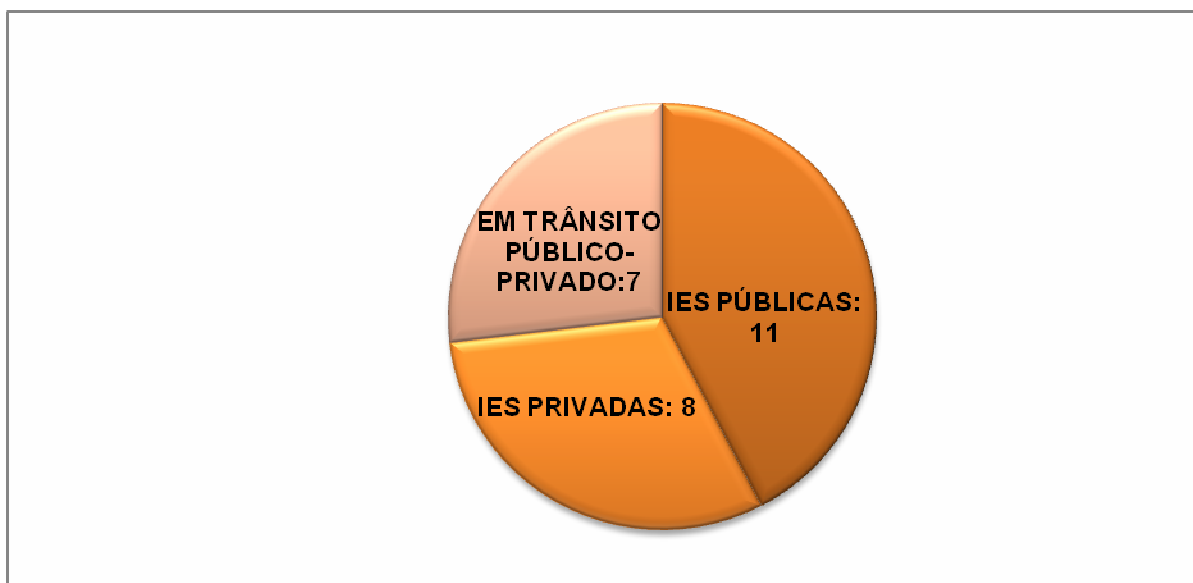


FIGURA 4: Total de educadores e pesquisadores por vínculo de formação acadêmica e atuação profissional em IES públicas e privadas
 Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Onze educadores e pesquisadores apresentam formação acadêmica e atuação profissional em IES públicas; oito em privadas e sete tanto em IES públicas quanto privadas¹⁴.

Inserindo-os nos núcleos do campo educacional das IES, observamos que os educadores e pesquisadores do sub-campo das IES públicas são os que mais investigam o tema IES privadas.

Relacionando com a produção científica percebemos que é no sub-campo educacional que os educadores e pesquisadores reconhecem as regras, adquirem pontos de vista comuns, são influenciados no campo de forças, lutam por reconhecimento e, portanto é no sub-campo que também formam parte de seu *habitus*.

Registramos os temas recorrentes, a partir das palavras-chave descritas nos textos e descrevemos nas respectivas fichas de leitura. Verificamos as recorrências no conjunto dos documentos e, após separamos os textos de acordo com os sub-campos em que os autores estão vinculados. Através das unidades de análise de cada grupo, analisamos seus pontos de vista sobre as IES privadas.

¹³ Três educadores não apresentam vínculo empregatício no campo educacional das IES.

¹⁴ Inserimos os três educadores e pesquisadores sem vínculo empregatício em IES nos sub-campos público e privado considerando, apenas, sua formação acadêmica.

1.1.1. Educadores e pesquisadores com formação acadêmica e atuação profissional no sub-campo das IES públicas

Para onze educadores e pesquisadores do sub-campo das IES públicas as representações sobre o núcleo das IES privadas estão relacionadas aos seguintes temas:

- Neoliberalismo e organismos internacionais no campo educacional (quatro autores);
- Privatização e mercantilização do ensino superior (três autores);
- Ensino público e privado (dois autores);
- Política voltada para a totalidade do sistema (um autor);
- Universidades comunitárias (um autor).

A partir da década de 1990, os educadores e pesquisadores das IES públicas questionam as reformas para a educação superior impostas pelo poder político como associadas às influências de forças externas ao campo político e educacional, oriundas, especialmente, do poder econômico (Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio).

No campo das lutas simbólicas autores como Catani e Oliveira (2000), Vaidengorn (2001) e Dias (2003) tratam das influências dos organismos internacionais e do ideário neoliberal no programa político de reformas para a educação brasileira.

Catani e Oliveira (2000) verificam padronizações na visão de mundo nos programas propostos pelo Banco Mundial, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e Relatório Attali. Dias (2003) acrescenta o Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) com os países anglo-saxões, que investe na comercialização dos serviços educativos. Destaca o perigo de se criar um sistema internacional de acreditação sem a participação dos países latino-americanos.

Vaidengorn (2001) investiga a aplicação das recomendações dos organismos internacionais no Brasil e, conclui que se privilegia a formação de nível superior fora do sistema universitário público, apontado como “atrasado” devido aos seus custos, preterindo-se o sistema privado cujos critérios de qualidade são os empresariais.

Os temas referentes à influência dos organismos internacionais e a privatização do ensino não são novos na literatura acadêmica, mas adquirem outras características quando associados ao ideário neoliberal e ao processo de globalização. Entre os organismos internacionais o mais citado é o Banco Mundial (CATANI e OLIVEIRA, 2000; VAIDENGORN, 2001; DIAS, 2003) por integrar a educação aos seus programas de estabilização e desenvolvimento econômico.

Nas opiniões de Cunha (2003; 2004) e Florêncio (2007)¹⁵ a partir daí ocorrem alterações no campo educacional provocadas pela privatização e mercantilização do ensino superior, consolidando, segundo Martins (2008)¹⁶, os modelos de “fábrica de conhecimentos” e “capitalismo universitário” no Brasil.

Embora a legislação educacional reafirme o sistema dual de ensino superior e continue a manter instituições públicas, ao promover a diversificação dos tipos de estabelecimentos e reduzir os investimentos para as IES públicas incentiva a expansão do sub-campo de IES privadas com fins comerciais, cujos resultados parciais e momentâneos têm, segundo os investigadores, demonstrado que a qualidade está estreitamente relacionada ao poder de negociação desses estabelecimentos de ensino no mercado educacional.

A diversificação dos tipos de instituições *aqueceu o mercado* para novos investimentos no campo educacional integrando não só mantenedores de escolas, como empresários e executivos que almejavam diversificar seus negócios e, entre esses, aqueles que, até então, estavam fora do mercado de trabalho¹⁷.

Para Florêncio (2007) *o mercado educacional* cresceu de forma desordenada nas regiões norte e nordeste que, até os anos 1980 apresentavam reduzido número de estabelecimentos de ensino superior. Em Alagoas, aponta Florêncio (2007), a realidade socioeconômica apresenta contradições quanto às possibilidades de manutenção desse mercado e, por isso as Instituições têm apostado na continuidade de uma política educacional que não invista na ampliação do sistema

¹⁵ No currículo de Florêncio não há indicação de vínculo profissional em IES, mas como sua formação acadêmica foi realizada em IES pública, o integramos ao grupo de educadores e pesquisadores do sub-campo das IES públicas.

¹⁶ André Luiz de Miranda Martins.

¹⁷ Desde fins dos anos 1980, os governos têm adotado programas de privatização das empresas estatais e de abertura comercial, retirando o apoio público às empresas nacionais. Sem auxílio do governo e aumento da concorrência no mercado interno, muitas empresas faliram, outras venderam parte de suas ações para grupos nacionais e internacionais. O resultado desse processo de reestruturação empresarial foi o aumento nos índices de desemprego que desta vez incluiu entre o enorme contingente de operários, outros profissionais como executivos e empresários.

público e garanta sustentabilidade dos estabelecimentos através do financiamento de alunos carentes.

Segundo Martins (2008), o crescimento do sub-campo das IES privadas particulares organizadas como empresas lucrativas redefiniu a universidade pública, ao aproximá-las do modelo de gestão. Conclui que um dos maiores danos provocados pela disseminação das práticas derivadas dos modelos de “fábrica de conhecimentos” e de “capitalismo universitário” é a lenta corrosão do papel de referencia cultural da Universidade.

Cunha (2003, 2004) analisa as reformas educacionais ocorridas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso identificando a intensa privatização do campo educacional e o deslocamento da fronteira entre o público e o privado. Em outro artigo apresenta três possíveis tendências que relacionam o papel e funções do Estado com os programas para o ensino superior: a regulação pelo mercado, a estatização e uma combinação dos dois que, para ele, é a tendência mais viável.

Se associarmos aos pontos de vista de Couri (2001) identificamos em Cunha a representação das teorias neoliberais que apostam na regulação pelo mercado e na redução do poder político e da teoria socialista que, ao contrário, prima por um Estado forte e regulador das questões sociais, políticas e econômicas. Cunha (2004) parece adotar a postura dialética buscando na combinação dos dois poderes uma saída para o desenvolvimento do país e conseqüentemente da educação superior. Nessa lógica, é favorável a coexistência dos sub-campos de IES públicas e privadas de ensino superior com devida regulação do Estado.

A relação entre público e privado é abordada por Durham e Sampaio (2000). Comparam os sub-campos público e privado das IES em cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Buscam nas representações históricas e normas gerais dos sub-campos de cada país estratégias para a criação de um consenso sobre no campo educacional das IES no Brasil. Destacam que a expansão do sub-campo das IES privadas no Brasil inicia tardiamente quando comparada aos demais países da América Latina. Ocorre em meados da década de 1960 e volta a retrair-se ao longo dos anos 1980. Sobre a formação do sub-campo das IES de confessionalidade católica no campo educacional das IES e suas relações com o poder político, assim se posicionam:

O estabelecimento de um setor confessional, ocorrido anteriormente, havia significado a quebra do monopólio do Estado sobre o sistema de ensino superior. A existência, lado a lado, de setores público/laico e privado/confessional, contudo, não implicou nenhuma alteração na interação Estado e sistema de ensino superior. No limite, a relação que as instituições católicas lograram estabelecer com o Estado foi de dependência financeira, inclusive, como ocorreu em maior grau no Chile, mas também no Brasil e na Colômbia. O mesmo modelo pode ser estendido à interação entre Estado e instituições privadas laicas de elite. Desde a segunda metade dos anos 80, entretanto, dois fenômenos vêm confluindo para alterar as relações tradicionais que os Estados dos países latino-americanos sempre mantiveram com os seus respectivos sistemas de ensino superior: de um lado, a crise de financiamento que atinge os Estados desses países, repercutindo no fluxo de recursos destinados ao setor público; de outro, a consolidação de um *mass private sector*. (DURHAM e SAMPAIO, 2000, p. 32)

Tendo por critério relacional, entre os sub-campos, o financiamento econômico, as autoras são favoráveis a adoção de novos sistemas de controle do Estado sobre o campo educacional e entre eles a avaliação de desempenho das instituições. Acreditam que este instrumento regulador estabelece uma nova forma de controle do Estado alterando as relações tradicionalmente existentes. Concluem que a avaliação institucional atua como um instrumento de controle da qualidade no campo educacional, de eliminação do excesso de autonomia das IES privadas e função de orientar a política de financiamento das IES públicas, aumentando o controle governamental sobre ele.

Martins (2000)¹⁸ prefere investigar os processos de crescimento quantitativo e de diferenciação institucional que fizeram parte das reformas educacionais instituídas pelo poder político na reestruturação do campo educacional das IES superior. Para ele a diferenciação tanto dos tipos institucionais quanto acadêmicos atende as diferentes expectativas e vocações dos grupos sociais em formação e por isso deve-se pensar em uma política que abranja a totalidade do campo educacional.

Nas representações sobre as IES privadas, a maioria dos educadores e pesquisadores adota as IES públicas como modelo de referência e tende a utilizar como objeto de pesquisa apenas um tipo acadêmico de instituição: as universidades. As críticas vêm de Martins (2000), um dos agentes do campo das IES públicas.

¹⁸ Carlos Benedito Martins.

O hábito intelectualizado de parte considerável da comunidade acadêmica nacional de eleger uma imaginária universidade brasileira como objeto legítimo de reflexão e forma de se referir à totalidade do ensino superior no país tem contribuído para desviar a atenção de um dos aspectos mais significativos do processo de sua expansão: o fenômeno do surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciadas (MARTINS, 2000, p. 41).

Entre os educadores e pesquisadores do sub-campo das IES públicas há os que analisam o sub-campo das IES privadas a partir de forças externas ao campo educacional. Suas lutas simbólicas consistem na inter-relação entre os campos político e econômico em âmbito internacional que manipulam o poder político nacional na construção de seus instrumentos de controle e regulação do espaço social e, entre estes, o do campo educacional.

Na análise específica do campo a maioria dos autores demarca a luta entre público e privado a partir do sub-campo a que pertencem, ou seja, das IES públicas. Esses autores representam o núcleo como constituído de universidades, em detrimento de outros tipos acadêmicos, e por meio delas lutam pelo monopólio do campo educacional. O *olhar* para o sub-campo das IES privadas é de descrédito, desconfiança, e receio que estas assumam o monopólio do campo educacional. Alguns representam o núcleo das IES privadas como destituído de grupos de força e lutas. Outros consideram suas diferenças e na luta contra o *invasor* (núcleo das IES particulares com fins comerciais), tendem a se aproximar do sub-campo das IES comunitárias, confessionais e filantrópicas, especialmente das instituições com maior capital cultural.

Ainda que sejam de natureza administrativa diferente, ambas as categorias partilham de fins semelhantes, vale dizer. O que, em geral, não se aplica às IES privadas (faculdades, tipicamente) organizadas como empresa lucrativa (MARTINS, 2008, p. 734).

Há também autores que mantêm sua luta contra essas instituições, que denominam de *tradicionais*, apoiando e criando um clima favorável para o retraimento do Estado e expansão do sub-campo das IES privadas particulares com fins comerciais, embora continuem a considerar a importância do poder político e dos instrumentos de regulação e controle no campo educacional. Consideram que a diversidade de sub-campos e tipos acadêmicos de instituições é a forma mais democrática de popularização do ensino superior.

Mas, talvez o mais interessante seja que autores como Franco (em trabalho conjunto com MOROSINI, 2006), estejam interessados em investigar instituições que no passado foram alvo de críticas e lutas no campo educacional, as IES de confessionalidade católica subsumidas no grupo das instituições comunitárias, como veremos mais adiante.

1.1.2. Educadores e pesquisadores com formação acadêmica e atuação profissional no sub-campo das IES privadas

Oito autores do sub-campo das IES privadas apresentam recorrência nos seguintes temas:

- Privatização e mercantilização do ensino superior (um autor);
- Políticas de gestão organizacional (quatro autores);
- História Institucional através de seus cursos (um autor);
- Universidade comunitária (dois autores).

A privatização e mercantilização do ensino também é objeto de análise de um dos educadores e pesquisadores do sub-campo das IES privadas.

Calderón (2000) analisa as universidades mercantis do município de São Paulo e, diferentemente de seus colegas das IES públicas, acredita que a institucionalização do mercado não pode ser negada. Surpreende-se com a rejeição dos setores acadêmicos diante da possibilidade de compreender o aluno universitário como um *cliente-consumidor* e o ensino universitário como um *produto/serviço comercializado*. Para ele, as universidades mercantis possuem o grande mérito de atender a demanda por ensino superior que o Estado não consegue prover. Acredita que devem ser reguladas por instrumentos de controle de qualidade, mas não coibidas, pois é na diversidade que o *cliente* aprende a fazer escolhas conscientes.

Entre os produtores culturais das IES privadas, o tema de maior recorrência é a política de gestão organizacional baseada nos modelos de governança (TAVARES, 2009), gestão do conhecimento (GALLUCCI, 2007), inteligência estratégica (CASARTELLI, 2010) e comunicação integrada (ENDO, 2003). As

análises partem de um diagnóstico institucional e aplicação de um *receituário* estratégico inspirados nas teorias da administração empresarial.

Tavares (2009) identifica os reflexos da expansão das instituições privadas particulares na gestão das universidades confessionais e analisa o conceito de governança¹⁹ e sua aplicação na gestão universitária. Conclui que um modelo de governança que considere as especificidades das instituições confessionais está ainda por ser construído.

Gallucci (2007), administradora e proprietária de um estabelecimento de ensino, busca estabelecer as bases de um modelo de gestão do conhecimento especialmente desenvolvido para as instituições de ensino. Destaca três ações a serem tomadas pelas *empresas* para reter o conhecimento de sua força de trabalho: coletar a informação crítica junto aos funcionários e disponibilizá-las onde, quando e para que forem necessárias; utilizar ferramentas colaborativas em tempo real que incentivem o compartilhamento de conhecimento e técnicas de *e-learning* que possibilitem os funcionários exercitar suas competências.

Casartelli (2010) e sua equipe examinam a adoção de práticas de inteligência estratégica (IE) junto a gestores de IES, através da análise das informações mais utilizadas no apoio às decisões e da identificação de recursos e elementos relevantes para a melhoria da gestão da informação. Destacam a importância de trabalhar a cultura das IES na gestão de informações para promover maior eficácia no trabalho de IE, bem como a importância da gestão de indicadores para contribuir com o aprimoramento desse processo.

Endo (2003) aborda sobre o modelo da comunicação integrada que define como *uma política eficaz e eficiente para a gestão da comunicação*, adotado por corporações com fins lucrativos como uma ferramenta estratégica a ser utilizada em instituições sem fins lucrativos, especialmente IES confessionais. A autora acredita que esse modelo torna a organização mais eficaz na obtenção de seus objetivos não só nos departamentos de comunicação, mas todas as estruturas da organização que devem estar envolvidas na tarefa de comunicar.

Bartnik (2009) e Pinto (2009) se interessam pelo o núcleo das IES privadas comunitárias. Tratam da criação de um Consórcio das Universidades Comunitárias

¹⁹ Segundo Tavares o termo *governança* tem sido utilizado em diferentes campos, com sentidos variados. Um deles tem origem na administração de empresas privadas, com o sentido de

Gaúchas (COMUNG), seu modelo de avaliação institucional (PINTO, 2009) e da ação extensionista (BARTNIK e SILVA 2009)²⁰ como elementos definidores do *habitus* das IES comunitárias. Por ser um tema comum a todos os grupos de educadores e pesquisadores tratamos em item específico (ver 1.1.4).

Preocupado em regatar parte do *habitus* de uma IES, Santos (2003) almeja conhecer o processo de constituição da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, atual Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás e discutir algumas questões relacionadas ao curso de Ciências Econômicas

Comparando os pontos de vista dos dois grupos de educadores e pesquisadores, observamos que os autores oriundos das IES públicas estão mais interessados em analisar como as forças externas influenciam na regulação política do campo educacional e como se travam os campos de forças e de lutas em seu interior enquanto autores com formação acadêmica e atuação profissional nas IES privadas centram seus estudos somente no sub-campo das IES privadas. Aceitam com relativa normalidade a entrada de novos agentes no campo educacional e, influenciados pelos novos pontos de vista, investigam as políticas de gestão empresarial como alternativa para tornar os grupos ou unidades institucionais mais competitivos no campo.

1.1.3. Educadores e pesquisadores com trânsito nos sub-campos das IES públicas e privadas

Sete autores com trânsito nos sub-campos das IES públicas e privadas apresentam recorrência nos seguintes temas:

- Privatização e mercantilização do ensino superior (dois autores);
- Políticas de gestão organizacional (um autor);
- Universidades comunitárias (quatro autores).

governança corporativa, que consiste nas práticas e nos relacionamentos entre os acionistas/cotistas, o Conselho de Administração e os demais órgãos da organização (TAVARES, 2009, p. 223).

²⁰ O trabalho sobre ação extensionista é realizado por Bartnik do grupo de investigadores das IES privadas e Silva do grupo de educadores e pesquisadores que transitam pelos dois sub-campos.

Gonçalves (2008) e Petry (2007) analisam a privatização e mercantilização do ensino superior utilizando-se de argumentos similares aos investigadores das IES públicas.

Gonçalves (2008) trata sobre a expansão do ensino superior privado, durante os anos 1990, tendo por critério as mudanças institucionais que envolvem o Estado. Para ele a crise dos anos 1980 culmina na busca de um novo modelo de reforma do Estado. Como Catani e Oliveira (2000), Vaidengorn (2001) e Dias (2003) das IES públicas, destaca a intervenção dos organismos internacionais na formulação do PDRE, cuja idéia central consiste em reduzir seu papel de executor ou prestador direto de serviços para manter-se, apenas, como regulador e provedor destes. No entanto, o Estado brasileiro não chega a reduzir significativamente seu tamanho; apresentando dificuldades nas operações regulatórias, mas mantém razoável interesse em se constituir como Estado de Bem-Estar. Neste sentido, a expansão do ensino superior é parte do processo de reformulação do Estado *que envolve o esgotamento do modelo de crescimento, na relação com a economia, e de atendimento das demandas sociais, na relação com a sociedade* (GONÇALVES, 2008, p. 107). Para o autor, o governo prefere investir na educação básica deixando a superior para a iniciativa privada. Conclui que,

(...) é fato que o contorno institucional, bem como sua lógica de formação, popularizou o ensino superior, o que traz saldo líquido positivo no acúmulo de conhecimentos na sociedade. Porém, ainda é contestável em que patamar isso vem sendo feito, produzindo, grosso modo, acadêmicos e profissionais de qualidade inferior à formação pública, o que tem gerado redução da média de renda das categorias profissionais (GONÇALVES, 2008, p. 108).

Como Calderón (2000) do grupo das IES privadas, Gonçalves (2008) não descarta que um dos efeitos da expansão das IES com fins comerciais é a popularização do ensino superior, mas questiona a qualidade quando comparada as IES públicas, uma justificativa presente entre o grupo de educadores e pesquisadores do sub-campo das IES públicas e, em especial, em Vaidengorn (2001) e Martins (2008).

Petry (2007), a semelhança de Florêncio (sub-campo IES públicas), trata do crescimento desordenado do mercado educacional, analisando seus efeitos em Macapá no período de 1990 a 2005. Conclui que o crescente aumento de estabelecimentos privados de ensino superior torna o mercado educacional

extremamente competitivo. A oferta é maior que a demanda fazendo com que os estabelecimentos se utilizem da redução dos preços e exclusividade docente como estratégias para vencer a concorrência. Para o autor, educação de ensino superior deixou de ser um bem social para se converter em uma mercadoria.

Belinski (2004) se aproxima dos pontos de vista de Endo (2003), Gallucci (2007), Tavares (2009) e Casartelli (2010), ao buscar estratégias para fortalecer o poder de negociação no *mercado educacional*. Caracteriza as práticas de inteligência empresarial da PUCPR no período de 1990 a 2004. Em seu diagnóstico institucional identifica vários problemas na gestão desse estabelecimento relacionados à escolha de seus gestores, processo de transmissão e repasse das informações, relacionamento com os clientes, postura diante de oportunidades, entre outros.

Dos três temas, o de maior recorrência entre os autores com trânsito entre os sub-campos das IES públicas e privadas é o que trata das universidades comunitárias. Comparando as investigações de Bittar (1999), Morosini (MOROSINI e FRANCO, 2006), Silva (BARTNIK e SILVA, 2009) e Schmidt (2010), com os demais grupos de educadores e pesquisadores identificamos uma espécie de senso comum entre seus pontos de vista.

1.1.4. Pontos de vista sobre o sub-campo das IES comunitárias

Nas lutas por espaço de poder, os agentes do núcleo das IES comunitárias visam criar um novo sub-campo, mais próximos das IES públicas, denominado de público não-estatal. Tais ações têm provocado novas representações no campo educacional das IES.

Até a década de 1980, público e privado na análise dos educadores e pesquisadores do campo educacional apresentam fronteiras bem definidas.

Um dos mais renomados filósofos brasileiro, José Arthur Giannotti²¹, professor da Universidade de São Paulo, em 1986 publicou o livro *A universidade em ritmo de barbárie*. Nele, sintetiza as preocupações da década.

²¹ Giannotti não está incluído entre os autores investigados, pois sua obra não trata das IES privadas, mas de um dos tipos acadêmicos de instituições, as universidades. Utilizamos um trecho de sua obra

Em que medida (...) uma escola brasileira é privada? Se a última expansão da rede de ensino superior no país foi devida ao gigantismo da malha privada, é sabido que isto também foi feito com recursos públicos. A PUC-SP, por exemplo, contraiu uma dívida com a Caixa Econômica Federal que, obviamente, nunca pagará, e a PUC-RJ tem seu orçamento garantido pela FINEP. E, do ponto de vista da prática da pesquisa e da docência, essas universidades não se distinguem duma universidade pública. As diferenças de estatuto, porém se tornam importantes durante as crises. A PUC-SP teve a coragem de, paulatinamente, ir abrindo espaço para os professores cassados pelo AI-5 – eu mesmo tive a alegria de integrar seu corpo docente. Em compensação, já em 1979, o Departamento de Filosofia da PUC-RJ foi expurgado de seus professores comunistas, graças a uma intervenção direta de seu grão-chanceler, o cardeal do Rio de Janeiro, que neste último mês repetiu a dose. O arbítrio dum governo militar e as idiosincrasias dum piedoso cardeal subvertem inteiramente as regras universitárias.

Diante desses argumentos, conclui o autor:

Cria-se, pois, a esdrúxula situação de uma universidade receber dinheiro público ter dele uma gestão privada e subordinar-se ao império duma doutrinação unificada, isto em total contradição com a regra universitária do pluralismo ideológico (Giannotti, 1986, p. 99-101).

Referindo-se a fins da década de 1960, Giannotti trata do papel do Estado na política de privatização do ensino superior, criticando a utilização de recursos públicos no processo de expansão do sub-campo das IES privadas.

Nas disputas simbólicas entre o público e privado referentes ao período descrito por Giannotti, Cunha (1989, 2004) acrescenta que o ensino superior privado se expande, através de faculdades isoladas, com incentivos diretos e indiretos do poder público, aliados a representação majoritariamente privatista do Conselho Federal de Educação.

As críticas da época estão relacionadas à administração e manutenção de cada um dos sub-campos, conforme veremos mais adiante.

Os primeiros tipos acadêmicos de IES do país são as faculdades isoladas, também responsáveis pela expansão do sub-campo das IES privadas em vários estágios do campo educacional. Apesar de sua importância no capital cultural do campo, raramente são objeto de pesquisa dos investigadores brasileiros.

Até a década de 1980, os investigadores do campo educacional, ao tratarem do tema público *versus* privado, representam o núcleo das IES privadas como constituído por universidades oriundas do sub-campo das IESCC. No caso de

apenas para ilustrar as disputas realizadas entre os publicistas e privatistas sobre o tema público e privado até a década de 1980.

Giannotti, o objeto de pesquisa se resume as universidades *Pontifícias* ou *Eclesiásticas* que, na época, totalizam apenas seis estabelecimentos²².

Bittar nos informa que em 1986, ano da publicação de *A universidade em ritmo de barbárie*, há setenta e oito universidades, quarenta e oito públicas (trinta e cinco federais, onze estaduais e três municipais) e vinte e sete privadas (BITTAR, 1999, p. 42). Dessas, seis são instituições *Pontifícias* e oito *Católicas*.

Assim, os exemplos de universidades utilizados por Giannotti correspondem a apenas 22% das IES do sub-campo das IES privadas.

Por que as universidades *Pontifícias* e *Católicas* são, até a década de 1980, consideradas o principal núcleo das IES privadas pelos educadores e pesquisadores do campo educacional?

A razão está que, neste estágio, tais instituições concentram maiores números de estudantes matriculados. Logo, mantêm o monopólio do campo das IES, gerando entre os sub-campos, disputas por espaço de poder.

Neste espaço de luta simbólica, o principal questionamento dos educadores e pesquisadores refere-se à valorização da cultura católica com utilização de recursos públicos que devem restringir-se as IES públicas.

Se a diferença entre público e privado, neste período, é da ordem financeira, como se posicionam os educadores e pesquisadores oriundos do sub-campos das IES privadas?

O padre Egídio Francisco Schimitz²³, professor e pesquisador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com mais de dezesseis obras publicadas e de reconhecimento no sub-campo das Instituições privadas, em especial, de confessionalidade católica, contrapõe-se a Giannotti, considerando que o Estado deve apoiar financeiramente as IES privadas. Na obra *Caminhos da Universidade Brasileira* (1984) declara:

O Estado não é o dono do bem comum, mas apenas o seu promotor oficial (...). No momento em que o Estado reservar exclusivamente para si o direito de educar, ele se arroga um direito que não é seu, mas que lhe foi

²² Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

²³ Assim como Giannotti, Schimitz não está incluído entre os autores investigados. Utilizamos um trecho de sua obra apenas para ilustrar a posição dos educadores e pesquisadores do sub-campo das IES privadas sobre a utilização de recursos públicos para as instituições privadas até a década de 1980.

outorgado pela sociedade dos homens, que é anterior e superior ao Estado como entidade política. Se a função do Estado é promover o bem comum, e se o bem comum exige que haja pessoas que se dediquem a determinados estudos, é claro que o Estado precisa ajudar a quem queira oferecer esses estudos, seja ele mesmo, seja alguma iniciativa particular ou de grupos. Isto, sempre entendendo que não seja encarado como um favorecimento pessoal, mas que o investimento reverta em favor da comunidade. Por exemplo, se uma universidade particular receber auxílio do Estado, é sua obrigação fazer reverter esses benefícios para o melhor ensino ou para oferecer melhores condições de educação, ou para produzir outros resultados favoráveis à comunidade.

Os recursos públicos para a iniciativa privada que se dedica às questões sociais são aqui representados como um investimento em benefício da comunidade.

Acrescenta Schmitz:

Quem atender a uma necessidade social tem o direito de receber auxílio para atender melhor a esta necessidade. Como necessidade social pode-se entender não apenas a formação de profissionais ou técnicos, mas a possibilidade e o direito das pessoas de escolherem o tipo de educação que preferirem. Cabe ao Estado cuidar que a iniciativa particular tenha de fato condições financeiras, econômicas, materiais e funcionais, e, especialmente, pedagógicas, para que possa atender aos objetivos da sociedade que lhe confia seus membros a fim de que se formem e se tornem elementos socialmente úteis e ativos. Com isto se implica que haja certo controle que, entretanto, deverá sempre respeitar a autonomia e a liberdade de se organizarem como julgarem melhor, contanto que garantam um bom nível de formação aos profissionais formados por elas, e especialmente que promovam os valores necessários para os indivíduos da comunidade (SCHMITZ, 1984, p. 60-64).

Schmitz destaca a importância da formação de profissionais, da liberdade de escolha e o papel das IES de transmitir valores e formar sujeitos *úteis* e ativos para a comunidade. Para tanto, considera que o Estado deve compartilhar na promoção do bem comum com a sociedade civil, apoiando a iniciativa privada e regulando para que esta tenha condições materiais e pedagógicas para atender aos objetivos da sociedade.

Assim, de um lado encontram-se acadêmicos, como Giannotti (1986), que defendem os interesses do sub-campo das IES públicas, procurando assegurar verbas estatais exclusivamente para essas instituições. De outro, como Schmitz (1984), que visam os interesses do sub-campo de IES privadas no sentido de obter acesso a recursos públicos para o setor privado.

Nas lutas simbólicas, exemplificadas aqui, por dois pontos de vista, os educadores e pesquisadores competem ora pela manutenção ora transformação dos sub-campos das IES públicas e privadas. Suas produções culturais podem favorecer

os agentes dos sub-campos no domínio de um ponto de vista como também gerar novas lutas simbólicas visando à transformação do sub-campo e do campo educacional.

Em 1988 é promulgado o principal instrumento regulador e de controle do Estado, a Carta Constitucional que, refletindo os embates entre os sub-campos das IES públicas e privadas, mantém o apoio estatal as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas).

De acordo com Bittar (1999, p. 14) a partir daí é consagrada a denominação universidade comunitária em fase de gestão já na primeira metade da década de 1980 como podemos observar tanto nas fundamentações de Schmitz (1984), ao evidenciar que o objetivo das universidades é de atender as necessidades da comunidade, quanto de Giannotti (1986, p. 101), ao afirmar que as instituições mantidas por Ordens e Congregações Católicas estão adotando um novo conceito: o de instituto privado de serviços comunitários.

Na década de 1990, é instituído no país o plano de reforma do Estado, cuja meta consiste na redução do papel do Estado de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-o, apenas, como regulador e provedor destes (GONÇALVES, 2008, p. 97). Como um serviço social, a educação é, particularmente, atingida.

Embora mantenha os preceitos constitucionais consolidados na divisão das IES por dependência administrativa como públicas federais, estaduais e municipais e, privadas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, o poder executivo reduz financiamentos as IES públicas e, através de instrumentos reguladores, favorece e estimula a privatização do campo educacional de IES. Com isso, o sub-campo das IES públicas e o núcleo das IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas perdem espaços de poder, principalmente a partir de 1998, para o núcleo das IES privadas particulares. A alteração no campo provoca nos agentes institucionais vários questionamentos sobre a representação identitária dos núcleos do campo educacional.

Neste período, Bittar (1999), objetiva analisar até que ponto as universidades comunitárias apresentam uma identidade construída. Das trinta e duas universidades investigadas, vinte e quatro se definem como comunitárias confessionais e oito apenas como comunitárias.

Conclui que, até fins dos anos 1990, os agentes institucionais não conseguem construir uma identidade, mas apresentam alguns aspectos definidores como a

confessionalidade, a denominação de público não-estatal, algumas características de gestão universitária e a extensão universitária com inserção na comunidade.

Assim como Giannotti (1986) e Schimitz (1944), Bittar (1999) tem por objeto de pesquisa as universidades que, na ocasião, são as primeiras a sentir os efeitos da expansão mercadológica do ensino superior.

Com Bittar (1999) observamos que as instituições comunitárias compõem-se de estabelecimentos mantidos por Ordens e Congregações Católicas, de outras opções religiosas e por instituições leigas com influências significativas das instituições que professam algum tipo de confessionalidade religiosa.

De 1998 a 2001, o núcleo das IES comunitárias, confessionais e filantrópicas apresenta decréscimo no número total de estabelecimentos. Tal perda quantitativa está associada à competitividade entre os subgrupos e domínio das IES particulares, afetando o *habitus* das instituições comunitárias.

Na luta pelo poder, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas, a partir de 2001, buscam fortalecer o sub-campo investindo em novos estabelecimentos, formando associações entre os grupos institucionais sem fins lucrativos e adotando métodos comuns. Tais práticas parecem interessar os educadores e pesquisadores de todos os núcleos do campo educacional das IES.

Morosini e Franco (2006) identificam características na sustentabilidade das IES comunitárias; Pinto (2009) investiga a avaliação institucional elaborada através do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas; Bartnik e Silva (2009) avaliam a ação extensionista praticada pelas instituições católicas e comunitárias e, Schmidt (2010) discute o significado do comunitário como público não-estatal.

Morosini e Franco (2006) buscam elementos caracterizadores na gestão das universidades comunitárias que identificam como a expansão, diversificação de áreas e financiamento e avaliação como formas de enfrentar a competitividade no campo educacional.

A expansão é verificada através da criação de estabelecimentos buscando ocupar outros espaços; novos cursos substituindo os que consideram decadentes; acordos de cooperação interinstitucionais fortalecendo a união; o reforço do caráter comunitário das instituições e o estímulo a manutenção dos jovens na região.

Para as autoras, a expansão está intrinsecamente relacionada à diversificação tanto das atividades quanto das formas de financiamento. As instituições comunitárias têm criado cursos de pós-graduação em áreas distantes e

estratégicas para a universidade e, quanto à diversificação de recursos, os agentes contam com o apoio do governo federal, com financiamento de projetos e acreditam que um núcleo central forte estabelecido com a comunidade pelo trabalho em rede (COMUNG), um plano de desenvolvimento institucional, uma gerência profissional e a experiência de gestão são estratégicos na busca de recursos externos.

No que se refere à avaliação, demonstram que os agentes não eliminam o controle assentado em padrões de qualidade e de qualificação, mas alertam para a exclusão. Em vista disso, as universidades comunitárias adotam uma avaliação específica, centrada na sua missão.

A maior fonte de tensões é a sustentabilidade institucional no confronto da dupla natureza da IES: o caráter público não-estatal, de serviço à comunidade e o caráter de sua inserção no mundo competitivo e em luta pela sobrevivência. Sob tal tensão, algumas IES se aproximam do modelo heterônomo, adotando um empreendedorismo reativo às investidas da globalização; outras captam tenuamente a influência da globalização, devido à forte ligação com o local que toma todo o olhar. Outras ainda estão atentas às repercussões da globalização, sem deixar de priorizar os valores (MOROSINI e FRANCO, 2006, p. 69)

A avaliação para a missão, identificadas por Morosini e Franco como característica comum de sustentabilidade das universidades comunitárias, é tema de investigação de Pinto (2009).

Segundo o autor, a avaliação institucional, no Rio Grande do Sul, é elaborada e organizada a partir do COMUNG, um consórcio regional de caráter educacional e político criado pelas universidades comunitárias. Os agentes do COMUNG consideram que a avaliação *é um processo contínuo de autoconhecimento e autodesenvolvimento, que deve contar com a participação da comunidade interna e externa e, permitir a busca pelo aperfeiçoamento e aprimoramento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão de cada IES* (PINTO, 2009, p. 211). Para tanto, formularam um instrumento de avaliação para verificar se as universidades estão desempenhando seu papel de IES e cumprindo sua missão.

Bartnik e Silva (2009) avaliam a ação extensionista das IES católicas e comunitárias. Afirmam que ainda é realizada informalmente embora haja indícios de uma transformação em prática acadêmica associada ao ensino e à pesquisa e reveladora de aspectos que caracterizam as instituições enquanto comunitárias e católicas.

Schmidt (2010), também tratando de um dos aspectos definidores de uma possível identidade investigados por Bittar (1999), não se detém a práticas específicas, mas as representações dos agentes sobre o sub-campo em que está inserido, discutindo o significado do comunitário como público não estatal.

Destaca que a *comunidade é um elemento central da doutrina cristã. Embora nem todas as instituições confessionais cristãs utilizem explicitamente o comunitário como elemento central de sua identidade, grande parte delas reivindicam o caráter comunitário* (SCHMIDT, 2010, p. 12).

Podemos observar que o núcleo das IESCC é, ainda que de forma subjetiva, integrado ao sub-campo das instituições confessionais e, conseqüentemente das comunitárias. Significa afirmar que o núcleo das IESCC não parece ser objeto específico de análise dos educadores e pesquisadores do campo educacional.

Segundo Schmidt (2010) as universidades comunitárias do sul do país (especialmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina), são as que apresentam, mais claramente, características do público não-estatal, a saber:

- Criação impulsionada por organizações da sociedade civil e poder público local, a quem pertence o patrimônio;
- Resultados financeiros reinvestidos na própria universidade;
- Inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos;
- Órgãos deliberativos superiores integrados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica e regional;
- Os dirigentes são professores da universidade, eleitos pelas comunidades acadêmicas e representantes da comunidade regional;
- A forma jurídica da mantenedora é a de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil;
- A mantenedora mantém o controle administrativo e a gestão financeira;
- O patrimônio, em caso de encerramento das atividades, é destinado a uma instituição congênere (SCHMIDT, 2010, p. 29).

O autor destaca ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) bem como o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9/01/2001), consideram as instituições comunitárias como privadas, gerando momentos de tensão entre o poder político e o sub-campo das IES comunitárias que, unidas, seguem lutando pelas alterações de sua formatação jurídica. No

processo de discussão da Reforma universitária de 2004, conseguem obter êxito parcial ao serem inseridas no projeto de lei compondo a tríade públicas-comunitárias-particulares.

A partir de 2008, as entidades representativas das universidades comunitárias gaúchas e catarinenses (COMUNG e ACAFE) tomaram a iniciativa de formular e propor ao Governo Federal e ao Congresso Nacional um projeto de lei das instituições comunitárias. Por ação da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC, essa mobilização foi incorporada em 2009 por todas as entidades representativas das universidades comunitárias brasileiras, incluindo a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE. De forma inédita, as comunitárias unificam seu discurso e sua ação em prol de um marco legal pelo qual o Estado e a sociedade brasileira passem a reconhecê-las como instituições com características distintas das privadas, ou seja, como públicas não estatais (SCHMIDT, 2010, p.32-33).

Ao separarmos os autores por vínculos acadêmicos e profissionais observamos *diferentes olhares* sobre o campo educacional de IES. Mesmo quando os três grupos de educadores e pesquisadores analisam um mesmo tema, como privatização e mercantilização do ensino superior seus pontos de vista apresentam divergências. No entanto, ao tratarem sobre as universidades comunitárias há uma espécie de *senso comum* entre os três grupos de investigadores. Seus pontos de vista são similares e complementares.

Em fins dos anos 1990, momento de perda de espaço no campo educacional das universidades comunitárias, Bittar (1999) procura aspectos definidores de identidade do sub-campo que identifica como a confessionalidade, a denominação de público não-estatal, características de gestão universitária e a extensão universitária com inserção na comunidade.

A exceção da confessionalidade, todos os demais temas tornam-se objetos de pesquisas de autores de todos os sub-campos das IES. A gestão universitária é tratada por Pinto (2009), Morosini e Franco (2006); a denominação de público não-estatal das universidades comunitárias por Schmidt (2010), e a extensão universitária por Bartnik e Silva (2009). Em momentos diversos, sem contradições nem questionamentos os pontos de vista destes autores transformam-se em uma única representação das IES comunitárias.

Bittar (1999) identifica a confessionalidade como um dos aspectos da identidade das universidades comunitárias e Schmidt (2010), afirma que *comunidade é um elemento central da doutrina cristã*. Mesmo assim, a confessionalidade não se

torna objeto de pesquisa dos educadores e pesquisadores do campo educacional. Por quê? Como investigar o interior do sub-campo das IES comunitárias sem um dos elementos fundamentais do seu *habitus*?

Talvez a questão seja inócua. Talvez, nesse momento, esteja sendo objeto de pesquisa de algum educador e pesquisador do campo educacional. Mas acreditamos que *negar o ser confessional* destas instituições é esquecer-se de parte daquilo que já é senso comum no interior do sub-campo, um dos elementos definidores de seu *hábitus*.

Em geral, os autores com formação acadêmica e atuação profissional em IES pública investigam campos do espaço social que interferem no campo educacional das IES. Ao contrário, os educadores e pesquisadores oriundos das IES privadas centram seus estudos no interior do próprio sub-campo. Os investigadores com trânsito entre os sub-campos das IES públicas e privadas integram os temas *macro* e *micro* associando as forças de poder externas ao campo educacional com seus reflexos nos sub-campos que o integram.

Os três grupos de autores sofrem influências do campo de forças dos seus sub-campos de origem e, através do poder simbólico lutam por espaços de poder seja pelo reconhecimento de sua produção no interior do campo das IES, seja compartilhando com as representações dos agentes institucionais e dos sub-campos na luta por espaço de poder no campo educacional. No entanto, ao tratarem do sub-campo ou mesmo de uma ou mais IES comunitária, compartilham seus pontos de vista. Não negam a presença da confessionalidade religiosa no sub-campo das IES comunitárias, mas também não aprofundam seus estudos sobre o tema. O núcleo das IES de confessionalidade religiosa segue subsumido no núcleo das IES comunitárias.

No passado o núcleo das IES de confessionalidade religiosa e, em especial católica, era alvo de críticas dos investigadores com formação acadêmica e atuação profissional em IES públicas. A partir de meados dos anos 1990, o poder político legitimado reduz os espaços de poder das IES públicas e incentiva a privatização, especialmente do sub-campo das IES privadas particulares. O campo educacional se altera com a redução dos espaços de poder do sub-campo das IES públicas e do núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas. Diante do monopólio das IES particulares no campo educacional, os educadores e pesquisadores das IES públicas alteram seus pontos de vista sobre as IES confessionais se aproximando

dos pontos de vista dos demais grupos de autores (das IES privadas e com trânsitos entre as IES públicas e privadas).

Os educadores e pesquisadores que tratam de outros temas como ensino público e privado e política de gestão organizacional também citam o núcleo ou mesmo uma das IES de confessionalidade religiosa (em especial, católica). Alguns se restringem no relato de estágios precedentes do campo educacional, outros utilizam suas unidades como objeto de aplicação de modelos de gestão organizacional, aproximando-as do núcleo das IES particulares. Neste caso, influenciados pelos pontos de vista do sub-campo das IES particulares, representam as IES confessionais com frágeis políticas de gerenciamento organizacional e carentes de *ferramentas* para tornarem-se mais competitivas no campo educacional.

2 O CAMPO EDUCACIONAL DAS IES

Os educadores e pesquisadores do campo educacional atuam como facilitadores tanto na introdução como manutenção de pontos de vista sobre o campo educacional. Influenciados ou influenciadores do processo de representações sobre o campo educacional das IES, seus discursos fornecem *pistas* sobre como se inter-relacionam os campos sociais, suas interferências no campo educacional e os movimentos de lutas no interior do campo e núcleos que o integram.

Neste capítulo demonstramos como se estrutura o campo educacional das IES identificando os sub-campos ou núcleos que o constituem.

Destacamos as interferências dos poderes político e religioso na representação do campo e, em especial do sub-campo das IES privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas. Através de instrumentos reguladores dos poderes político e religioso caracterizamos o sub-campo das IES privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas e o núcleo das IESCC.

Com auxílio de dados estatísticos, revelamos os pontos de vista dos campos político e religioso sobre a educação superior; identificamos o número total de estabelecimentos sem fins lucrativos, às regiões em que se situam e complementamos com dados referentes ao total de estudantes matriculados. Verificamos que, sob ponto de vista político as IESCC encontram-se subsumidas no sub-campo das IES privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas. Mas sob ponto de vista religioso apresentam peculiaridades quanto a sua natureza acadêmico-religiosa.

2.1. Estrutura do campo educacional e relações de poder

O campo educacional do ensino superior é representado como um espaço de relações entre grupos de IES com distintos posicionamentos.

Sob ponto de vista político o campo pode ser fracionado de acordo com a natureza administrativa das IES em públicas e privadas. Estas, por sua vez, são formadas por núcleos ou sub-campos de IES públicas federais, estaduais,

municipais e privadas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Com características dos núcleos das IES comunitárias, confessionais e filantrópicas e, de acordo com o poder religioso, destacamos o sub-campo das IESCC.

Tanto o campo quanto suas frações (núcleos) são relativamente autônomas. Suas missões, visões e objetivos institucionais específicos descrevem os pontos de vista de seus agentes e garantem uma lógica particular de funcionamento e estruturação acadêmica e administrativa. No campo, visam à manutenção ou alteração de suas posições e, mesmo que de forma inconsciente, lutam pelo poder no campo educacional das IES.

O poder é identificado como um campo de força que regula as lutas internas no núcleo, no campo bem como na relação com agentes e instituições externas, ou seja, oriundas de outros campos sociais. O poder está permeado na estrutura das posições, nas alianças e nas oposições entre os agentes.

Nas disputas pela produção de um *sensu comum*, um dos poderes de maior persuasão é o político, aqui entendido como poder de Estado, aparelho político que compreende as instituições governamentais e o funcionalismo público, cuja violência simbólica é legitimada por mandatos que o tornam uma espécie de *árbitro* das lutas e jogos de poder no campo social.

No Brasil o governo pode ser trocado a cada quatro anos em níveis federal, estadual e municipal. Em nível federal, os principais agentes de dominação política no período de 1995 a 2010, são os presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), eleitos para dois mandatos consecutivos.

A partir de seus projetos de governo os órgãos governamentais e organizações do terceiro setor, imbuídos de poder público e legitimidade governamental, promovem vários programas de ação para o campo social que acabam se convertendo em políticas públicas.

Para que uma política de governo se converta em política pública, é necessário que esta se baseie em programas concretos, critérios, linhas de ação e normas; planos; previsões orçamentárias, humanas e materiais; também podem ser incluídas as disposições constitucionais, as leis e os regulamentos, os decretos e resoluções administrativas, entre outras. (DIAS, 2010, p. 262)

Influenciados pelo discurso neoliberal²⁴ propagado por intelectuais, mídias e empresários, os novos grupos que assumem o poder legitimado contribuem para o retraimento do Estado e, mais amplamente, à submissão aos valores da economia. Na prática, o Estado tem se retirado de certo número de setores da vida social de sua incumbência e pelos quais é responsável como a habitação pública, a televisão e as rádios públicas, os hospitais públicos, a escola pública, etc. (BOURDIEU, 1998, p. 10-15).

A partir da década de 1990 as instituições governamentais, através de instrumentos reguladores, impõem ao campo educacional das IES uma série de medidas que alteram a posição dos núcleos, gerando disputas, negociações e alianças para manutenção de seus espaços de poder.

Dos *programas de reformas* educacionais, gestados entre 1995 a 2010, destacamos:

- Estímulo a privatização do ensino;
- Política de *qualidade do ensino* sob ponto de vista do mercado;
- Redução do financiamento estatal para as IES públicas;
- Venda de serviços e contribuição dos estudantes na geração de receita para as IES públicas;
- Desenvolvimento das consultorias (assistências técnicas) como atividade acadêmica vinculando as instituições a setores produtivos para captação de recursos privados;
- Variação dos tipos acadêmicos de instituições voltadas, especificamente para o ensino em detrimento da pesquisa;
- Cursos com rápida formação profissional dirigida às exigências do mercado de trabalho;
- Autonomia universitária associada a instrumentos de regulação e,
- Controle por meio das avaliações institucionais entre outras.

²⁴ Discurso é concebido dentro do espaço de trocas e lutas entre os atores sociais. Essa troca lingüística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre o produtor, provido de um dado capital lingüístico, e o consumidor (ou um mercado, capaz de propiciar certo lucro material ou simbólico. O mesmo discurso pode receber diferentes preços em diferentes mercados (STEINBERGER, 2005, p. 179-180). Assim, quanto mais oficial for o mercado, tanto mais dominado será pelos dominantes, detentores da competência legítima, autorizados a falar com autoridade. Neste sentido o discurso referente a visão neoliberal torna-se dominante devido a doutrinação simbólica a que participam passivamente jornalistas e cidadãos e ativamente um certo número de intelectuais. Esse discurso, segundo Bourdieu, no essencial, *se reveste com racionalizações econômicas os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e em todos os países* (BOURDIEU, 1998, p. 42-43).

A utilização de relatórios e outros instrumentos de regulação possibilitam o poder público verificar a efetivação de seu monopólio frente às lutas simbólicas instituídas no campo educacional de IES. Através dos Censos Escolares identificamos seu poder de fazer grupos e de manipular a estrutura objetiva da sociedade. Nos critérios de categorização, observamos que o poder político omite alguns sub-grupos e evidencia outros, controla as lutas de poder bem como manipula os pontos de vista sobre o campo educacional das IES.

2.2. Poder político e suas interferências na estruturação do campo educacional de IES

O Censo Escolar consiste num levantamento periódico de dados sobre o campo educacional das IES. Realizado pelo MEC e INEP²⁵, reúne informações sobre as IES, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos seqüenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa²⁶.

Coletamos os dados correspondentes ao total de estabelecimentos de ensino superior por dependência administrativa e organização acadêmica que compõem o campo educacional e o núcleo das IES privadas. Complementamos com alguns dados referentes às matrículas²⁷ em IES do campo educacional. Associamos aos instrumentos reguladores como leis, decretos e resoluções identificando omissões na organização de critérios de divisão dos sub-grupos das IES, bem como destacamos as alterações ocorridas no campo educacional segundo o poder político.

²⁵ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

²⁶ Informações extraídas do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>

²⁷ Os Censos Escolares nos fornecem informações sobre as matrículas do sub-campo das IES privadas particulares e, em alguns períodos sobre o núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas. No entanto não temos dados específicos sobre o total de matrículas do núcleo das IESCC, nos impossibilitando realizar comparativos como fizemos com o número total de estabelecimentos de ensino segundo sua natureza jurídica.

A tabela 1 mostra o total de estabelecimentos de ensino superior público (administrado e mantido pelo poder público) e *particular* (administrados e mantidos por pessoas de direito privado), no período de 1995 a 2008.

TABELA 1: Número de EES segundo sua natureza jurídica – período de 1995 a 2008

ANO	TOTAL GERAL DE EES	ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS	ESTABELECIMENTOS PARTICULARES
1995	894	210	684
1996	922	211	711
1997	900	211	689
1998	973	209	764
1999	1.097	192	905
2000	1.180	176	1.004
2001	1.391	183	1.208
2002	1.637	195	1.442
2003	1.859	207	1.652
2004	2.013	224	1.789
2005	2.165	231	1.934
2006	2.270	248	2.022
2007	2.281	249	2.032
2008	2.252	236	2.016

Fonte: Elaboração própria com dados do MEC-INEP (1995-2008)

Em treze anos (1995 a 2008) o número total de EES aumenta de 894 para 2.252. Entre os 1.358 novos EES, 26 são públicos e 1.332 privados. O aumento de estabelecimentos privados demonstra que o campo educacional das IES torna-se atraente para antigos e novos agentes oriundos de outros campos sociais, que almejam investir na criação de EES.

Segundo os educadores e pesquisadores do campo educacional (CALDERÓN, 2000; CUNHA, 2003 e 2004; FLORÊNCIO, 2007; PETRY, 2007; GONÇALVES, 2008 e MARTINS, 2008), este estágio do campo caracteriza-se pela privatização e mercantilização do ensino superior. Embora seus pontos de vistas possam ser divergentes sobre o tema, todos acreditam que esse processo ocorre a partir da promulgação da lei nº. 9.394 em 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Na Constituição de 1988 o campo educacional das IES constitui-se de IES públicas e privadas. Estas estão representadas pelas IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas. A LDBEN define as IES públicas como estabelecimentos criados ou incorporados, mantidos e administrados pelo poder político em nível federal, estadual e municipal e IES privadas como estabelecimentos

criados por credenciamento junto ao Ministério da Educação, administrados e mantidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Destaca que as IES privadas constituem-se de dois núcleos: as com e sem fins lucrativos. As primeiras, omitidas na Carta Constitucional de 1988, são incluídas nos artigos da LDBEN com a denominação de privadas particulares. As segundas correspondem as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Se comparada a legislação dos estágios precedentes, a LDBEN *não apresenta nem todas as diretrizes, nem todas as bases da educação superior* (CUNHA, 2003, p.40), possibilitando maior interferência do poder executivo no campo educacional.

No período de 1997 a 2008, o poder executivo promulga quatorze leis, uma medida provisória; uma instrução normativa; quatorze decretos; trinta e sete resoluções; trinta e quatro portarias e oito pareceres do Conselho Nacional de Educação, totalizando cento e nove documentos legais²⁸.

O excesso de normativas e de forma permanente, segundo Schwartzman e Schwartzman (2002, p. 5), *torna impossível qualquer tentativa de sistematizar o marco normativo ao ensino superior privado, exceto em suas linhas mais gerais, ou em relação a questões muito específicas.*

No primeiro ano de aplicação da lei nº. 9.394/96 observamos que, de 922 EES o campo reduz para 900 em 1997. A alteração ocorre somente no sub-campo das IES *particulares* que de 711 totalizam 689 EES, uma retração de vinte e dois estabelecimentos.

Os agentes dos sub-campos tentam se adequar as novas normativas, mas também atuam no campo de lutas visando alterar as regras que reduzem seus espaços de poder no campo. Em muitos casos, sentindo-se pressionado, o poder político revoga alguns de seus documentos reguladores, instituindo em seu lugar outro que atenda, ao menos, em parte as reivindicações solicitadas, especialmente, pelos agentes do núcleo das IES privadas.

No período de 1998 a 2008 o campo educacional aumenta significativamente o número de EES, tendo por principal investidor agentes do sub-campo das IES *particulares*.

²⁸Dados extraídos em abril de 2008 do portal do Ministério de Educação. <http://meclegis.mec.gov.br/documento/anos/ano/2002/page/2>

Na condição de administrador e mantenedor do sub-campo das IES públicas, o poder político estimula a retração de estabelecimentos federais, estaduais e municipais nos anos de 1998/2000 e 2008. O controle do crescimento de EES do sub-campo das IES públicas e facilitação na autorização e credenciamento de diversos tipos de IES possibilita o crescimento quantitativo das IES particulares. Por outro lado, os instrumentos de regulação do poder político abrem o campo para uma elevada demanda reprimida de estudantes para o ensino superior criando um ambiente progressivamente competitivo e possibilitando IES privadas a realizar novos investimentos em EES.

Segundo dados do Censo Escolar Superior do MEC-INEP em 1995 há 1,76 milhão de estudantes matriculados em cursos presenciais no campo educacional das IES e, em 1997 este índice salta para 4,88 milhões. Analisando os sub-campos, observamos que as IES privadas, em 1995, são responsáveis por 60,2% das matrículas e, em 2007 por 74,6%.

Com maior número de EES e de estudantes matriculados, o sub-campo das IES privadas mantêm o monopólio do campo, sendo seus pontos de vista sobre a educação superior os que adquirem maior representatividade no interior do campo educacional das IES.

Entre 2001 a 2007 o poder político volta a investir, moderadamente, na criação de novos EES públicos. Após uma retração de trinta e quatro EES entre 1995 a 2000, o poder mantenedor das IES públicas cria sessenta novos EES no período de 2001 a 2008. Nada comparável a evolução quantitativa de EES privados que entre 1998 a 2008, teve um aumento de 1.327 estabelecimentos.

Os dados da Tabela 1 correspondentes ao período de 1995 a 2008 são extraídos de órgãos representantes do poder político, o MEC-INEP. Comparando com os instrumentos reguladores observamos algumas omissões na representação do campo educacional das IES. Suas categorias de análise do período de 1995 a 1998 incluem os estabelecimentos públicos subdivididos nos núcleos federais, estaduais e municipais²⁹ e os *particulares* como sinônimo de privados. Na lei 9.394/96 o termo *particular* é tratado em sentido estrito, ou seja, como um dos

²⁹ Na Tabela 1 omitimos os núcleos das IES públicas federais, estaduais e municipais, adotando somente o sub-campo das IES públicas.

núcleos do sub-campo das IES privadas que também inclui as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas³⁰. Assim define as IES privadas:

- As IES particulares em sentido estrito são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado³¹. Para serem assim denominadas, não devem apresentar nenhuma característica comum às comunitárias, confessionais e filantrópicas;
- As IES comunitárias são formadas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive, cooperativa de professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade. Em 2005, a Lei 11.183 inclui as cooperativas de pais e em 2009, a Lei 12.020 dá nova redação às comunitárias afirmando que são *instituídas por grupos de pessoas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (BRASIL, ago.2009, art. 20)*;
- As IES confessionais são compostas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologias específicas e,
- As instituições filantrópicas são formadas por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidos como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços na área de educação devendo obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional³².

³⁰ A lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no art. 19 destaca duas categorias administrativas: públicas e privadas. Públicas são as instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e as privadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Nos art. 17 e 18 identifica as subcategorias públicas como federais, estaduais e municipais e, no art. 20 as privadas, como particulares em sentido estrito, comunitárias, confessionais e filantrópicas (BRASIL, 20 dez.1996, art. 17- 20).

³¹ O Código Civil ou lei nº, 10.406/2002 regulamenta no art. 40 a 44, três tipos de pessoas jurídicas: 1) de direito público interno identificadas como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei; 2) de direito público externo que são os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito público internacional e, 3) de direito privado identificadas como Associações, sociedades e fundações (BRASIL, 2002, p. 14-15).

³²BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.101**, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24

As definições das IES apresentadas na Lei 9.394/96 têm por critério de diferenciação as formas de financiamento. As IES públicas por serem mantidas pelo poder político em nível federal, estadual e municipal têm seus recursos oriundos daí. Já entre as instituições privadas somente as comunitárias, confessionais ou filantrópicas podem receber imunidade tributária e recursos públicos. Para tanto, devem comprovar finalidade não lucrativa, aplicar seus excedentes em educação e, em caso de encerramento de suas atividades, assegurarem à destinação de seu patrimônio a outra instituição comunitária, confessional ou filantrópica (BRASIL, 1988, art. 213).

Mesmo que definidos como núcleos do sub-campo das IES privadas pela LDBEN, as IES particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas não aparecem nos registros do MEC-INEP até 1998³³. No ano seguinte, as categorias são reformuladas, e tais núcleos passam a integrar as estatísticas dos Censos Escolares do Ensino Superior.

A tabela 2 mostra a evolução do total de estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais e privados particulares, comunitários, confessionais e filantrópicos no período de 1999.

TABELA 2: Número de EES por dependência administrativa - período de 1999 a 2008

ANO	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO SUPERIOR						
	PÚBLICOS				PRIVADOS		
	Total Geral	Federal	Estadual	Municipal	Total Geral	Particular	Comunitárias Confessionais Filantrópicas
1999	192	60	72	60	905	526	379
2000	176	61	61	54	1004	698	306
2001	183	67	63	53	1208	903	305
2002	195	73	65	57	1442	1125	317
2003	207	83	65	59	1652	1302	350
2004	224	87	75	62	1789	1401	388
2005	231	97	75	59	1934	1520	414
2006	248	105	83	60	2022	1583	439
2007	249	106	82	61	2032	1594	438
2008	236	93	82	61	2016	1579	437

Fonte: Elaboração própria com dados do MEC- INEP (1995-2008)

de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: 27 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm> Acesso em 02 jan. 2011.

³³ A não inclusão das subcategorias comunitária, confessional, filantrópica e particular impede nossa análise sobre o processo de crescimento de cada grupo de estabelecimentos privados.

Observamos que, nos anos 1999/2000 e 2007/2008 há decréscimo do total de EES públicos estaduais e municipais no primeiro período e federais no segundo. De 2001 a 2007 o sub-campo tem um aumento de setenta e três estabelecimentos: quarenta e cinco federais, vinte e um estaduais e sete municipais.

Quanto aos estabelecimentos privados o processo de expansão é constante e acelerado, especialmente, devido aos EES privados particulares que de 526 em 1999, atingem um total de 1.679, ou seja, um acréscimo de 1.053 estabelecimentos em nove anos.

Os EES privados comunitários, confessionais e filantrópicos, nos três primeiros anos (1999 a 2001) apresentam redução de setenta e quatro estabelecimentos; de 2002 a 2006, acréscimo de 122 EES e nos anos subseqüentes voltam a sofrer perdas quantitativas. Em nove anos (1999 a 2008) obtêm um acréscimo de apenas cinqüenta e oito estabelecimentos, bem aquém dos resultados obtidos pelos EES particulares.

No campo educacional, observamos que o núcleo das IES públicas em termos quantitativos apresenta períodos de acréscimos e decréscimos no total de EES. O mesmo não acontece no sub-campo das IES privadas que mantêm aumento constante e, até mesmo acelerado, no número total de EES. No entanto, em seu interior, identificamos que esse processo ocorre apenas com o núcleo das IES particulares, pois o sub-campo das IES comunitárias, confessionais e filantrópicas apresenta reduções no total de estabelecimentos.

Quanto ao número total de estudantes matriculados em cursos presenciais nas IES privadas, os dados fornecidos pelo MEC-INEP³⁴, destacam que em 2003, totalizam 3.479.913, sendo 1.051.655 em IES públicas e 2.428.258 em IES privadas. Em 2008 somam 5.080.056: 1.273.965 estão em IES públicas e 3.806.091 em privadas.

As IES privadas continuam a destacar-se tanto na quantidade de EES quanto no total de estudantes matriculados em cursos presenciais. Os dados não fornecem informações referentes aos seus núcleos (particulares e comunitárias, confessionais e filantrópicas), mas podemos obter algumas informações através do resumo técnico do MEC-INEP de 2008, sobre as trinta maiores IES do país, como mostra a tabela 3.

³⁴ Dados extraídos em 19 de maio de 2011 dos resumos técnicos do INEP sobre o ensino superior nos períodos de 2008. <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>.

TABELA 3: Relação das trinta primeiras IES, por ordem decrescente no número de matrículas - Brasil

- 2008.

	IES	Sigla	UF	Sub-campo	Matriculas
1.	Universidade Paulista	UNIP	SP	Privada com.conf.fil.	166.601
2.	Universidade Estácio De Sá	UNESA	RJ	Privada particular	115.916
3.	Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	Privada com.conf.fil.	93.520
4.	Universidade Presidente Antonio Carlos	UNIPAC	MG	Privada com.conf.fil.	55.686
5.	Universidade Bandeirante de São Paulo	UNIBAN	SP	Privada particular	55.674
6.	Universidade de São Paulo	USP	SP	Pública	50.508
7.	Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	Privada com.conf.fil.	43.437
8.	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	Privada com.conf.fil.	39.305
9.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC-MINAS	MG	Privada com.conf.fil.	34.017
10.	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	UNESP	SP	Pública	31.974
11.	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Pública	31.069
12.	Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	Privada com.conf.fil.	31.025
13.	Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	Privada com.conf.fil.	30.653
14.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Pública	29.132
15.	Universidade Anhembi Morumbi	UAM	SP	Privada particular	26.841
16.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	Privada com.conf.fil.	26.527
17.	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	Pública	25.720
18.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	Privada com.conf.fil.	24.733
19.	Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	Pública	24.325
20.	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	Pública	24.158
21.	Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	Privada com.conf.fil.	23.612
22.	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	Pública	23.513
23.	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR	PR	Privada com.conf.fil.	23.029
24.	Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy	UNIGRANRIO	RJ	Privada com.conf.fil.	22.883
25.	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Pública	22.640
26.	Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	Pública	22.486

27.	Centro Universitário Augusto Motta	UNAM	RJ	Privada com.conf.fil.	22.417
28.	Centro Universitário da Cidade	UNIVERCIDADE	RJ	Privada com.conf.fil.	22.310
29.	Universidade do Vale de Itajaí	UNIVALI	SC	Privada com.conf.fil.	22.238
30.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Pública	21

70

Fonte: Elaboração própria com dados do MEC- INEP e E-MEC 2008

Do total de 5.080.056 estudantes matriculados em IES do campo educacional, 1.187.611 realizam seus estudos nas trinta maiores IES do país. Destas, onze são IES públicas e dezenove privadas. Entre as IES privadas, três são particulares e dezesseis comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Mesmo com menores números totais de estabelecimentos (tabela 2) e, muitas vezes, subsumidas nas representações do poder político, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas encontram-se entre as IES maiores do país, demonstrando que ainda mantêm seu espaço de poder tanto no interior do núcleo das IES privadas como no próprio campo educacional. Entre elas encontramos quatro IESCC.

Além da natureza jurídica das mantenedoras, as instituições estão organizadas, academicamente, pelo Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, em diferentes tipos: universidades, centros universitários e faculdades³⁵. Na tabela 3 verificamos que as trinta maiores IES do país são instituições universitárias, ou seja, vinte e oito universidades e dois centros universitários.

As universidades, segundo a Carta Constitucional de 1988, devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Complementa a lei 9394/96 que são *instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano*. Apresentam as seguintes características:

- Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e,
- Um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996, art. 52).

As universidades têm autonomia didática, científica e administrativa bem como gerenciamento dos recursos financeiros e do patrimônio institucional. Além disso, estão dispensadas de solicitar ao poder público, autorização para abertura de novos cursos superiores.

71

Os Centros Universitários são pluricurriculares abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento. Caracterizam-se pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação de seu corpo docente e condições de trabalho oferecidas à comunidade escolar. Diferentemente das universidades, não necessitam investir em pesquisa e extensão.

De acordo com o Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, tem autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes e registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos. Devem apresentar um quinto do corpo docente em regime de tempo integral e um terço, ao menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado.

Nas Tabelas 1 e 2 demonstramos a evolução do ensino superior nos períodos de 1995 a 2008. Verificamos que o crescimento quantitativo ocorre devido à expansão do ensino superior privado, favorecido pelo poder público. Nas representações deste, como demonstra a tabela 1, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas estão incluídas na categoria *particular*, ou seja, subsumidas no sub-campo privado e, até mesmo, confundidas com as IES do núcleo das particulares.

A partir de 1999, os dados fornecidos pelo MEC-INEP incluem os núcleos do sub-campo das IES privadas, como mostra a tabela 2. Através deles verificamos que os agentes das IES privadas particulares investem mais em estabelecimentos do que as comunitárias-confessionais-filantrópicas, tornando-se os principais responsáveis pelo crescimento do número total de EES. Com isso, aumentam o número total de estudantes matriculados em cursos presenciais embora sejam as IES comunitárias-confessionais-filantrópicas as que mantêm as maiores unidades institucionais do país (tabela 3).

³⁵Apresentamos somente os três tipos de instituições de ensino (Universidades, Centros Universitários e Faculdades) identificadas no Decreto 5.773/06. Os registros do MEC-INEP incluem os Centros de Educação Tecnológica e, posteriormente, os Institutos de Educação Superior.

Verificamos que no campo de força as lutas por manutenção e ampliação por espaço de poder se acirram no interior do sub-campo das IES privadas bem como no próprio campo educacional das IES.

Na tabela 4 restringimos nossa análise ao sub-campo das IES privadas destacando os tipos acadêmicos de estabelecimentos criados por tais instituições. Mostramos o número total de estabelecimentos privados segundo sua organização 72 acadêmica em universidades, centros universitários e faculdades. Em cada acadêmico identificamos o total de EES privados (T); particulares (Part.) e Comunitários (Com.), Confessionais (Conf.) e Filantrópicos (Fil.).

TABELA 4: Número de EES privados por organização acadêmica, segundo sua categoria administrativa – 1999 a 2008

Ano	Universidades			Centros Universitários			Faculdades		
	T	Part.	Com. Conf. Fil.	T	Part.	Com. Conf. Fil.	T	Part.	Com. Conf. Fil.
1999	83	26	57	39	22	17	783	478	305
2000	85	27	58	49	32	17	870	639	231
2001	85	27	58	64	41	23	1051	827	224
2002	84	28	56	74	47	27	1262	1028	234
2003	84	26	58	78	47	31	1436	1175	261
2004	86	26	60	104	60	44	1504	1222	282
2005	86	25	61	111	62	49	1606	1306	300
2006	86	24	62	115	63	52	1679	1354	325
2007	87	28	59	116	63	53	1691	1371	320
2008	86	29	57	119	63	56	1811	1487	324

Fonte: Elaboração própria com dados do MEC-INEP (1999-2008)

O sub-campo das IES privadas, em 1995 totaliza 905 EES privados: oitenta e três universidades, trinta e nove centros universitários e 783 faculdades. Das oitenta e três universidades, cinquenta e sete são mantidas por instituições sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas) e vinte e seis por IES com fins lucrativos (particulares).

O sub-campo das IES privadas aumenta o total de universidades em 2000. Após este ano, se travam no campo de forças lutas por espaço de poder.

O núcleo das IES particulares mantém o crescimento até 2002, ano de retração das universidades comunitárias-confessionais-filantrópicas. Entre 2003 e 2006 estas voltam a crescer enquanto as universidades particulares mantêm e até mesmo regridem no total de EES. Nos anos de 2007 e 2008 o processo se inverte. Aumentam as universidades particulares e as comunitárias-confessionais-

filantrópicas entram em período de retração. Mesmo assim, são elas que mantêm maior número de universidades do sub-campo das IES privadas.

Relacionando os dados das tabelas 3 e 4 observamos que, em 2008, o núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas totaliza cinquenta e 73 universidades. Destas, dezesseis se encontram entre as maiores IES do país.

Durante a década de 1990, o poder político por meio do Decreto nº. 2.207, de 15/04/97³⁶ institui os centros universitários que passam a gozar das prerrogativas de autonomia universitária sem a necessidade de investirem em atividades de pesquisa e extensão. A partir daí, os agentes do sub-campo das IES privadas buscam junto ao poder executivo transformar suas faculdades em centros universitários. Ao longo de nove anos (1999/2008) são reconhecidos oitenta centros universitários: quarenta e um particulares e trinta e nove comunitários-confessionais-filantrópicos.

No *ranking* das trinta maiores IES do país identificamos apenas dois centros universitários (núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas), localizados nas 27^o. e 28^o. Posições (tabela 3).

O sub-campo das IES privadas no ano de 2008 totaliza duzentos e cinco estabelecimentos universitários (universidades e centros universitários): cento e treze comunitários-confessionais-filantrópicos e noventa e duas IES particulares.

Entre os grupos das instituições universitárias, observamos que entre 1999 a 2008 há acréscimo de três universidades e oitenta centros universitários, demonstrando que são os principais responsáveis pelo crescimento deste grupo acadêmico de instituições. Porém, em nada comparado ao aumento de faculdades, que totaliza 1.028 estabelecimentos.

As faculdades são o *carro-chefe* nos processos de expansão do campo educacional das IES em seus diversos estágios. São instituições de pequeno porte, multicurriculares organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado. Voltadas para o ensino, não gozam de autonomia como as universidades e centros universitários, necessitando de autorização do poder público para criar, organizar e extinguir cursos e programas.

Em 1999, o sub-campo das IES privadas totaliza 783 faculdades: 478 particulares e 305 comunitárias, confessionais e filantrópicas. Em 2008 somam

³⁶ O Decreto nº. 2.207 de 15/04/97 que regulamenta o Sistema Federal de Ensino e que apresenta os tipos de instituições de ensino, entre eles, os centros universitários foi revogado pelo Decreto 2.306

1.811 estabelecimentos. Tal crescimento se deve aos investimentos de antigos e novos agentes do núcleo das IES particulares que, ao longo de nove anos, solicitam autorização do poder público para o funcionamento de 1.009 estabelecimentos, média de 112 faculdades por ano. 74

A mesma estratégia não é utilizada pelos agentes do núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas que, neste período, têm autorizados somente dezenove estabelecimentos desta natureza.

Os anos de 2000, 2001 e 2007, há redução do total de faculdades comunitárias-confessionais-filantrópicas. Em 1999/2001 o núcleo reduz setenta e cinco estabelecimentos e altera o *status* de faculdades para centros universitários. Com um total de 325 (2006), diminui mais quatro EES e, em 2007, eleva um à categoria de centro universitário.

Os investimentos em faculdades comunitárias-confessionais-filantrópicas ocorrem nos períodos de 2002/2006 e 2008. Entre 2002 a 2005 são autorizadas, em média, dezesseis faculdades por ano. Em 2006 somam mais cinco estabelecimentos, reduzidos no ano seguinte. Em 2008 são autorizadas quatro novas faculdades, totalizando 324 estabelecimentos.

Os instrumentos reguladores do poder público como a lei 9.394/96 e vários decretos e resoluções publicados ao longo do período de 1995 a 2008 alteram as relações de poder no campo educacional.

Os Censos Escolares do MEC-INEP registram (tabela 1), que em treze anos o total de estabelecimentos de ensino superior triplica. Entre 1999 a 2008 (tabela 2), são autorizados quarenta e quatro EES públicos (trinta e três federais, dez estaduais e um municipal) e 1.111 privados (1.053 particulares e cinquenta e oito comunitários, confessionais e filantrópicos).

O campo educacional de IES passa a integrar instituições particulares, resultantes do agrupamento de atores com diferentes formatos jurídicos e finalidades econômicas compondo um conjunto bastante diferenciado e diversificado de IES. Tudo isso com evidentes diferenças no modelo de *governança* adotado pelas instituições e com reflexos na forma de administração acadêmica e de inserção dessas instituições no campo educacional (TAVARES, 2009, p. 222).

de 19/08/97. Este, por sua vez, foi substituído pelo Decreto 3.860 de 09/07/01 que esteve vigente até 2006, quando foi substituído novamente pelo Decreto 5.773 de 09/05/06.

No campo de força, grupos institucionais lutam pelo poder de ditar as regras e pelo domínio do campo educacional das IES. As lutas se travam entre os grupos das IES públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, comunitárias laicas e de diferentes confessionalidades, etc. No interior destes núcleos novas disputas tendem a ocorrer entre os diversos grupos acadêmicos de IES. Instituições universitárias lutam pela manutenção de seus espaços de poder com instituições universitárias; universidades competem com centros universitários, etc.

75

No sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas, destacamos o núcleo das IES confessionais. Os critérios de categorização do poder público impedem que tais instituições sejam agrupadas somente como confessionais, pois também apresentam características comunitárias e filantrópicas.

Segundo a LDBEN, as instituições confessionais vinculam-se a uma Ordem ou Congregação religiosa específica ou a alguma orientação ideológica que as conduzem. Os lucros são oriundos de suas atividades e é reinvestido nas próprias IES, o que origina a denominação de instituições sem fins lucrativos.

As mantenedoras das IES confessionais estão cadastradas na Receita Federal do Ministério da Fazenda como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos no formato de fundações, sociedades e associações de utilidade pública. Em geral, as mantenedoras das IES também administram estabelecimentos de educação básica, pesquisa, saúde, assistência social e religioso entre outros.

Entre 2002 e 2005 tornam-se objeto de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³⁷, órgãos de estatística e pesquisa do governo, que tem por finalidade analisar a distribuição espacial e a área de atuação das entidades associativas e fundações. Os agentes do poder público chegam às seguintes conclusões:

- Entre as instituições sem fins lucrativos as dedicadas às áreas da saúde e educação são as mais antigas;
- Essas áreas representam apenas 8% das 275 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos analisadas, porém empregam mais da

³⁷ As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005 / IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.162 p. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n.8). Disponível em:http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/EPIEn8_Fasfil2005.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2010.

metade (52%) do total de pessoas ocupadas em entidades sem fins lucrativos;

- É grande a participação de entidades religiosas cuja influência no âmbito dessas organizações é bem mais ampla do que os pesquisadores imaginavam;
- O maior número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos concentram-se nas regiões sudeste, sul e nordeste.

76

Por um lado o poder político omite alguns dados sobre o sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas e, em especial das IES confessionais, por outro demonstra em suas pesquisas a importância dos agentes mantenedores e do próprio núcleo no espaço social.

Na figura 5, demarcamos os espaços geográficos do sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas, identificando o total de estabelecimentos por região brasileira, no ano de 2008.

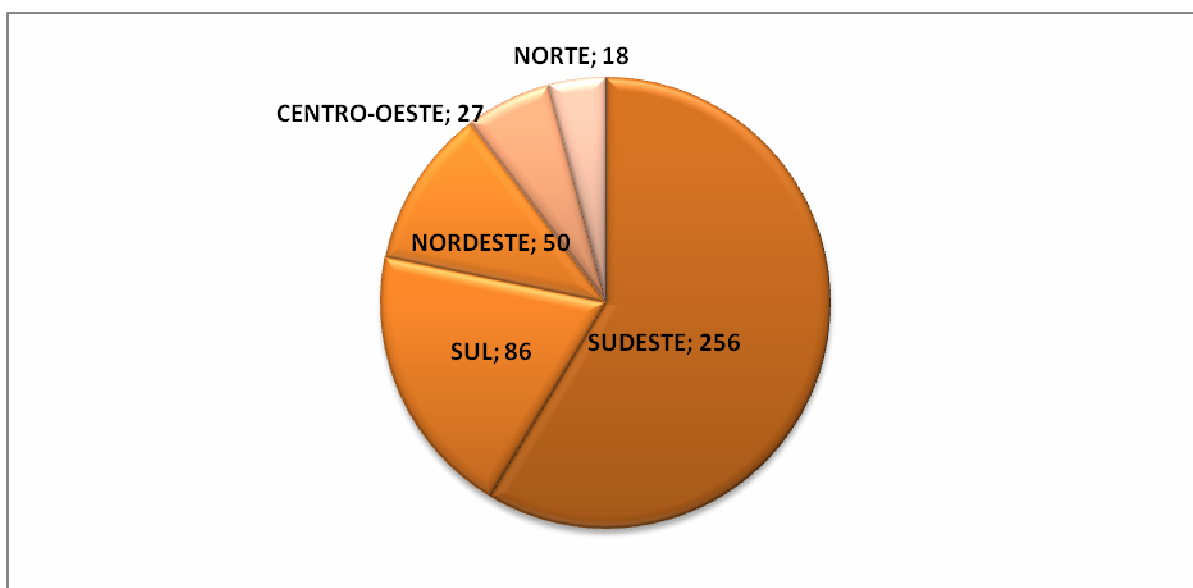


FIGURA 5 - Total de EES comunitários, confessionais e filantrópicos por região do Brasil
Fonte: Elaboração própria com dados do MEC-INEP 2008

O núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas totaliza 437 estabelecimentos (tabela 2). Estão distribuídos nas seguintes regiões do país:

- Sudeste: duzentos e cinquenta e seis EES;
- Sul: oitenta e seis EES;
- Nordeste: cinquenta EES;

- Centro-oeste: vinte e sete EES e,
- Norte: dezoito EES.

As regiões sudeste, sul e nordeste são as que concentram maiores números de EES do sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas. Estas regiões também estão identificadas nas pesquisas do IBGE e IPEA como as que apresentam maiores números de fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Relacionando os dados, podemos observar que as regiões sudeste, sul e nordeste apresentam parcelas significativas do núcleo de IES comunitárias-confessionais-filantrópicas, incluindo grupos de IES confessionais católicas, metodistas, espíritas, luteranas, presbiterianas, adventistas, entre outras.

Centramos nossos estudos no núcleo das IESCC. Em 2010, coletamos noventa e cinco estabelecimentos cujas mantenedoras estão associadas a ABMES, ABRUC e ANAMEC e /ou reconhecidas pelo Ministério da Educação e procuramos também situá-las regionalmente como mostra a figura 6.

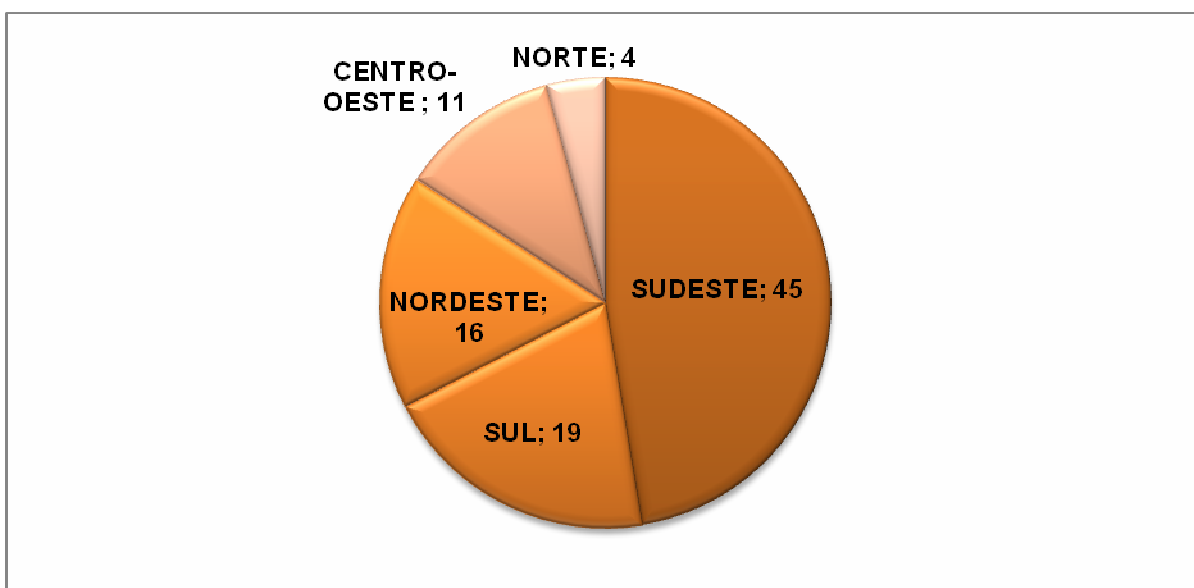


FIGURA 6 - Total de EESCC por região do Brasil - 2010
 Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES, ABRUC e ANAMEC; MEC – E-MEC

Do total de noventa e cinco estabelecimentos de confessionalidade católica, quarenta e cinco situa-se na região sudeste, dezenove na sul, dezesseis na nordeste, onze na centro-oeste e quatro na região norte.

Observamos que em diferentes períodos de estudo (2002/2005; 2008; 2010) os agentes das instituições sem fins lucrativos optam pelas regiões sudeste, sul e

nordeste. Realizamos sua delimitação regional, verificamos que estão entre as trinta maiores IES do país (tabela 3) e que se destacam pelos investimentos em instituições universitárias (tabela 4). Neste sentido, entre as IES privadas, é o sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas quem mais incentiva o ensino integrado a pesquisa e extensão.

As IESCC também predominam nas regiões sudeste, sul e nordeste. E entre as primeiras IES privadas na história do campo educacional, estabelecimentos mais antigos são do início dos anos de 1940 e os mais recentes, reconhecidos pelo poder político durante a década de 2000. Com maior capital simbólico, as IESCC apresentam peculiaridades na sua organização estrutural originadas da relação que mantêm com o poder religioso.

2.3. O núcleo das IESCC

De acordo com o direito canônico, as IESCC são “mantidas” (subordinadas) por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas oriundas do campo religioso que atuam no campo educacional (ALVES, 2006, p. 19).

No Brasil, identificamos que o núcleo das IESCC, de acordo com sua organização administrativo-religiosa, está subdividido em dois grandes grupos, como mostra a figura 7.

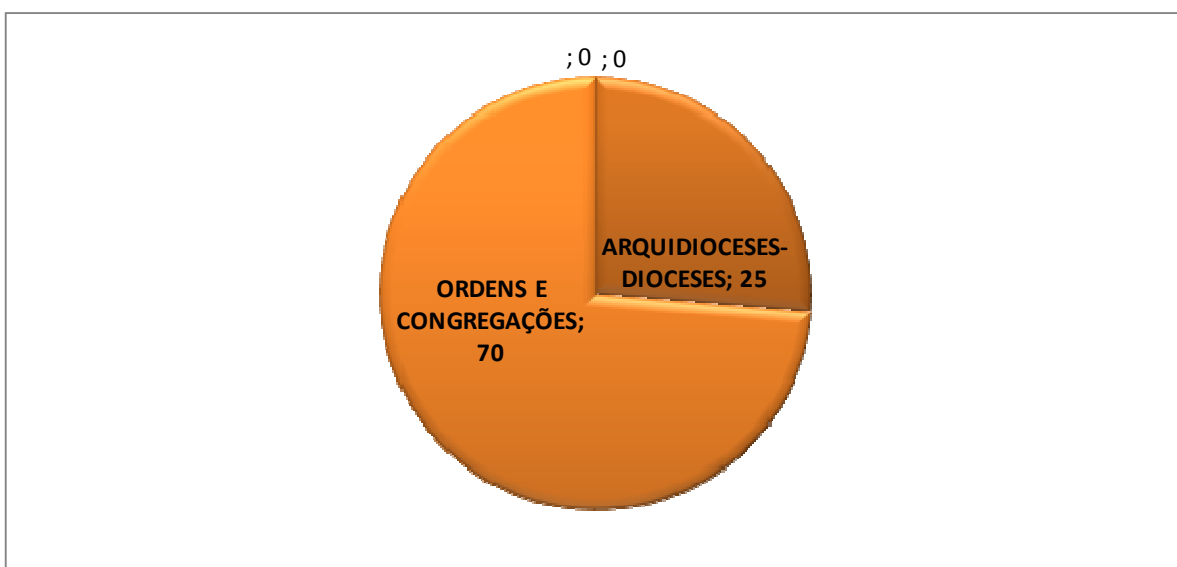


FIGURA 7 - Total de EES segundo sua organização administrativo-religiosa – 2010
Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES; ABRUC; ANAMEC, MEC-E-MEC

As noventa e cinco IESS estão divididas em dois grupos de mantenedoras: as Arquidioceses-Dioceses e Ordens-Congregações Católicas. As primeiras administram e mantêm vinte e cinco e as segundas, setenta estabelecimentos. 79

O grupo das Ordens e Congregações administra e mantém maior número de EES do núcleo das IESCC. No entanto, sob ponto de vista religioso, o grupo das Arquidioceses e Dioceses apresenta maior capital simbólico.

As Arquidioceses são unidades locais, regionais ou nacionais, governadas por arcebispos, com propósito de organizar e tornar mais eficaz a administração da Igreja católica. De menor porte e importância histórica, as dioceses, administradas por bispos, são unidades geográficas em que a Igreja divide o mundo. Não existem isoladamente, pois através de seus bispos são unidas umas as outras por meio das Arquidioceses, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Igreja Católica.

Os bispos são selecionados por oficiais do Vaticano que procuram indicar os mais leais ao Papa para assegurar as políticas da Santa Sé observadas no âmbito das dioceses (REESE, 1999, p. 12). Nesse sentido as Arquidioceses e Dioceses atuam como representantes do poder religioso central (Santa Sé) e suas influências são significativas na *luta pela imposição da definição legítima do religioso e das diferentes maneiras de desempenhar seu papel* (BOURDIEU, 2004, p. 120).

As Ordens e Congregações são organizações femininas e masculinas de leigos e clérigos dedicados a diferentes atividades pastorais e religiosas. Estas organizações adotam a forma de Institutos de Vida Consagrada e, mediante votos ou outros vínculos sagrados, professam os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e caridade (ROMA, 1983, c. 573). Os Institutos são erigidos canonicamente por autoridade eclesiástica e devem observar com fidelidade os princípios e propósitos dos seus fundadores.

Os Institutos de Vida Consagrada clericais atendem a um fim ou propósito almejado por seu fundador ou tradição legítima, sob a direção de clérigos que assumem o exercício da ordem sagrada e estão reconhecidos como tal pela autoridade da Igreja. Institutos laicos são reconhecidos pela Igreja em virtude de sua natureza, índole e fim. Apresentam uma função própria determinada pelo fundador

ou por tradição legítima que não inclui o exercício da ordem sagrada (ROMA, 1983, c. 588).

Portanto, os Institutos apresentam relativa autonomia de vida e de governo e podem conservar patrimônio próprio, mas seus membros estão obrigados a obedecer ao Sumo Pontífice, como a seu Superior Supremo, em virtude do vínculo sagrado de obediência (ROMA, 1983, c.586-590).

Os Institutos de Vida Consagrada, aqui denominados de Ordens e Congregações estão fracionados em Inspetorias ou Províncias, unidades administrativas que reúnem um conjunto de comunidades locais, por afinidade geográfica ou cultural. Uma Ordem ou Congregação pode estar representada no Brasil através de várias Inspetorias ou Províncias, localizadas em diferentes regiões do país. Embora, sob ponto de vista religioso as Inspetorias ou Províncias são apenas subdivisões administrativas de determinada Ordem ou Congregação, na representação do poder político se tratam de pessoas jurídicas de direito privado diferentes uma das outras.

As Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas atuam em diversos campos do espaço social e, entre eles, no campo educacional, como administradoras e mantenedoras de estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior. Comparando com os demais mantenedores do campo educacional, as Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas apresentam como característica peculiar o fato de constituírem-se no campo religioso e integrarem o campo educacional. Dois campos distintos, mas não independentes, pois através delas os campos se articulam, interpenetram e inter-relacionam.

Para os agentes do campo religioso, a educação atua como promotora do processo de evangelização e mobilização dos grupos sociais no campo de força e na luta pela hegemonia e o poder de ditar as regras. Estas tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico, entendido como um poder invisível *o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem* (BOURDIEU, 2007, p. 7-8).

O poder simbólico é capaz de se impor como legítimo dissimulando a força que há em seu fundamento pelo reconhecimento e mobilização dos grupos sociais. Sua ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência.

O poder simbólico é, para Bourdieu, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. As leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em particular, o trabalho de dissimulação e transfiguração que assegura uma verdadeira transformação das relações de força, transformam essas forças em poder simbólico capaz de produzir efeitos reais, sem gasto aparente de energia (CASTRO, 1998, p. 10).

Assim os religiosos e especialistas se apropriam simbolicamente do sagrado e do discurso fundador exercendo o domínio (poder religioso) da condução e orientação de uma educação, legitimada no transcendente, que consiste na proposição de que as instituições de ensino católicas são comunidades dinâmicas de fé e evangelização³⁸ formadoras de uma identidade *única e verdadeira* baseada na virtude e no desenvolvimento integral da pessoa humana³⁹. Com essa finalidade o poder religioso autoriza a criação de escolas e IES. Através de seu principal instrumento de regulação, o Código de Direito Canônico, reconhece dois tipos de IESCC: as Pontifícias ou Eclesiásticas e as Católicas.

As IES *Pontifícias* ou *Eclesiásticas* são reguladas por suas mantenedoras, uma Diocese e pela Congregação para a Educação Católica do Vaticano.

O título de pontifícia corresponde a um reconhecimento oficial da universidade por parte da Sagrada Congregação para a Educação Católica do Vaticano. Este título lhe confere, igualmente, um status internacional. Em consequência, os estatutos de uma universidade pontifícia devem ser aprovados pelo Vaticano, como também deve ser aprovada a escolha do seu reitor. O arcebispo ou bispo da diocese é, em geral, o grão-chanceler de uma universidade pontifícia. Esta condição lhe outorga o direito e o dever de zelar pela ortodoxia do ensino no que se refere às questões de teologia. (JULIATTO, 2004).

Complementa AMADO (2009) que ao reconhecer uma universidade como de direito pontifício, o Vaticano está erigindo ou criando uma nova Universidade

³⁸ A identidade institucional das escolas católicas está descrita no documento JOÃO PAULO II. *Discurso do santo padre ao comitê europeu para a educação católica*. Roma, 28 de abril de 2001.

³⁹ Com base na filosofia aristotélico-tomista, Brugger esclarece que recebe o nome de pessoa humana o indivíduo de ordem espiritual, dotado de uma natureza espiritual em sua peculiaridade não-comunicável. *À essência da pessoa humana pertence somente a capacidade de autoconsciência espiritual e, correspondente, a se dispor de si mesmo, não absolutamente o exercício atual de dita capacidade (...)* Sem dúvida, a natureza espiritual deve realizar-se no indivíduo de maneira não-comunicável; por isso, a essência divina e a humanidade de Cristo, apesar de serem substâncias individuais, não são pessoas, porque a primeira pertence às três pessoas divinas, e a segunda é comunicada, como natureza humana ao Filho de Deus (BRUGGER, 1977, p. 320).

Católica e, portanto, o grau de pertença e vínculo jurídico é diferente do momento anterior. Além da mantenedora, a universidade deve remeter-se a Congregação para a Educação Católica do Vaticano que atua como um poder regulador da Santa ⁸² no campo educacional das IES.

Como *Pontifícias*, estas instituições se aproximam mais do poder religioso central, devendo atender não só a legislação regulada pelo poder público como do religioso. Os principais instrumentos reguladores do poder religioso para as Universidades *Pontifícias ou Eclesiásticas*, são o Código de Direito Canônico para a Igreja Latina (21/01/1983) e Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* (29/04/1979) que estabelecem as diretrizes para a educação cristã católica

As IES Católicas também são reconhecidas oficialmente pelo poder religioso central e tem praticamente os mesmos compromissos das universidades pontifícias, quanto a obrigação que ambas assumem de respeitar os princípios e diretrizes da Igreja. A principal diferença está que as IES *Católicas* não necessitam vincular-se as respectivas Dioceses, embora, no Brasil oito destas faculdades sejam criadas por Arquidioceses e Dioceses.

Assim como as IES Eclesiásticas, as Católicas devem atender as normas reguladoras do Código de Direito Canônico e da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (15/08/1990)⁴⁰, específica para as universidades e demais instituições católicas de estudos superiores.

Com base nos cânones do Código de Direito Canônico e documentos gerais do poder religioso central, identificamos um terceiro tipo de IESCC que denominamos de *Católicas de fato, mas não de Direito*. Estes estabelecimentos são aceitos mas não reconhecidos oficialmente pelo poder religioso central. O Código de Direito Canônico, apenas sugere que tais estabelecimentos devam incluir *Centros Universitários Católicos* (Pastoral Universitária) *que proporcionem, sobretudo, ajuda espiritual a juventude*⁴¹.

As IES *Católicas de fato, mas não de direito* são administradas, mantidas e reguladas somente por Dioceses, Ordens e Congregações Católicas.

⁴⁰ Ver Capítulo 4.

⁴¹Sobre a inclusão de Pastorais nas Instituições: *O bispo diocesano (...) deve cuidar de que nas Universidades, inclusive não católicas, haja centros universitários católicos que proporcionem ajuda, sobretudo espiritual, a juventude* (ROMA, 1983, c. 813). (grifo nosso)

No primeiro caso, embora as IES não apresentem a denominação *Católica*, são reguladas pelo poder religioso central, aqui, representados pelas Dioceses. Mesmo sem a obrigatoriedade de fazê-lo, em geral, tais agentes inspiram-se na Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (15/08/1990) para organizar e estruturar as IES *Católicas de fato, mas não de direito* por eles administradas. 83

No segundo caso, são mantidas por Inspetorias ou Províncias de Ordens e Congregações, formadas por clérigos ou leigos e atendem, especialmente, as regras e normas de seu fundador e tradição legítima. O grupo das IES *Católicas de fato, mas não de direito*, mantidas por Congregações laicas são as que apresentam maior autonomia diante do poder religioso central.

Entre as noventa e cinco IESCC investigadas, observamos que vinte e cinco são mantidas por Arquidioceses e Dioceses e setenta por Ordens e Congregações Católicas (figura 7). Estas por sua vez, fracionam-se em três tipos segundo sua natureza religiosa: Pontifícias ou Eclesiásticas; Católicas e *Católicas de fato, mas não de direito*. A figura 8 mostra o número total de estabelecimentos segundo sua natureza religiosa.

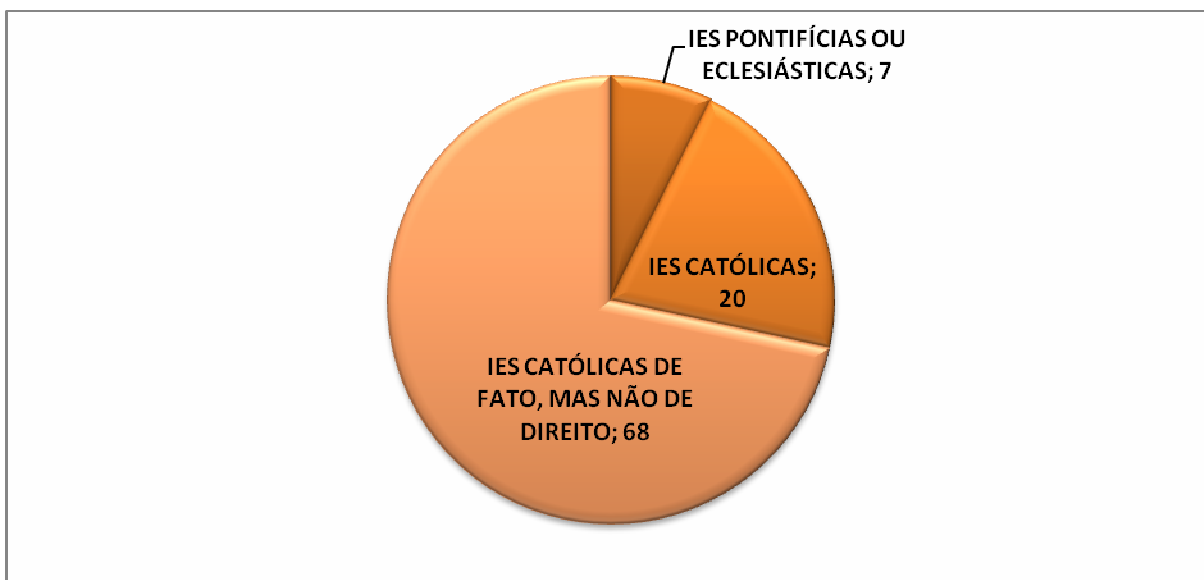


FIGURA 8 - Total de estabelecimentos segundo sua natureza religiosa – 2010
Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES, ABRUC, ANAMEC, MEC-E-MEC

De um total de noventa e cinco IESCC, sete são *Pontifícias*, vinte *Católicas* e sessenta e oito *Católicas de fato, mas não de direito*.

As primeiras IES brasileiras elevadas à condição de *Pontifícias* pelo poder religioso central são as Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e de São Paulo (PUC-SP), em 1947. Nos anos 1950, são reconhecidas como tal as Pontifícias Universidades Católicas do Rio Grande do Sul (PUCRS em 1951) e Campinas (PUC-CAMPINAS, em 1956). Passaram-se duas décadas até que 84 1983 e 1985, as Pontifícias Universidades Católicas de Minas Gerais (PUC-MIN) e Paraná (PUCPR) receberam tal titulação. Em 2009 foi à vez da Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) ser reconhecida como de direito *Pontifício*.

Comparado com os demais tipos de IES do núcleo das IESCC as *Pontifícias* são as que apresentam menor número de estabelecimentos. No entanto, em âmbito mundial, o Brasil é o segundo país com maior número de universidades *Pontifícias*, perdendo apenas para a Itália que totaliza nove instituições dessa natureza.

Como vimos, IES *Pontifícias* e *Católica* do sub-campo das IESCC são os únicos tipos reconhecidos, formalmente, pelo poder religioso central. Segundo censo realizado pela Congregação para a Educação Católica do Vaticano há 1.358 IES desta natureza, no mundo. No Brasil, entre as IES coletadas nesta investigação, totalizam vinte e sete instituições Pontifícias e Católicas.

As IES Católicas, em maior número que as *Pontifícias*, totalizam vinte estabelecimentos. Entre eles destacam-se três tipos acadêmicos de instituições: sete Universidades, um Centro Universitário e doze Faculdades.

No Brasil, até meados de 1995, somente as universidades⁴² são reconhecidas, formalmente, por agentes do poder religioso central. A partir daí, outros tipos acadêmicos como Centros Universitários e Faculdades passam a obter o título de IES *Católicas*.

Na etapa de coleta das IESCC associadas a ABMES, ABRUC, ANAMEC e reconhecidas pelo MEC/E-MEC encontramos quatro faculdades com a denominação *Católica* vinculadas ao núcleo das IES privadas particulares⁴³.

Na legislação emitida pelo poder político, nada impede que uma instituição de ensino superior adote o termo *Católico* em sua *marca*.

⁴² São sete as universidades católicas, a saber: Universidade Católica de Brasília; Universidade Católica Dom Bosco; Universidade Católica de Pelotas; Universidade Católica de Pernambuco; Universidade Católica Petrópolis; Universidade Católica de Salvador e Universidade Católica de Santos.

⁴³ Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia; Faculdade Católica Nossa Senhora das Neves; Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias e Faculdade Católica Santa Teresinha. De

Sob ponto de vista religioso, todo estabelecimento administrado e mantido por agentes do campo religioso que almeja incluir o termo *Católico* na *marca* institucional deve solicitar autorização de representantes do poder religioso central. Entre as quatro faculdades analisadas verificamos que uma foi criada por leigos com apoio do pároco da comunidade em que está inserida. Não obteve autorização de representantes do poder religioso central, e continua a ser administrada e mantida por leigos sem vínculo com agentes do campo religioso⁴⁴. As demais pertencem à mesma pessoa jurídica. Foram criadas por leigas de vida consagrada e, possivelmente, obtiveram autorização do poder religioso central. No entanto, se associaram a grupos privados alterando sua personalidade jurídica e integrando-se ao sub-campo das IES privadas particulares.

Considerando como critérios de inserção ao núcleo das IESCC, ser administrada e mantida por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações da Igreja Católica Apostólica Romana e não possuir fins lucrativos excluímos as quatro faculdades, considerando-as como pertencentes ao núcleo das IES privadas particulares.

As IES *Católicas de fato, mas não de direito* totalizam sessenta e oito estabelecimentos e, portanto é um grupo quantitativamente dominante no núcleo das IESCC.

Quando comparada aos demais tipos de IESCC, são as que têm maior autonomia religiosa uma vez que não sofrem regulação da Congregação para a Educação Católica do Vaticano, nem de seus representantes mais imediatos. Neste sentido, podem apresentar novos pontos de vista sobre a educação superior. Nas lutas simbólicas seus agentes podem sofrer maior influência do campo político e de outros grupos que integram o campo educacional das IES.

Analisando as representações dos poderes político e religioso observamos que, sob ponto de vista político, as IESCC são instituições sem fins lucrativos que professam um credo religioso e que podem ser igualado a um só sub-campo, o das instituições comunitárias- confessionais-filantrópicas. Sob ponto de vista religioso tais instituições são comunidades evangelizadoras e que se diferenciam quanto aos seus vínculos com o poder religioso central.

acordo com dados do MEC/E-MEC a natureza jurídica destas instituições se caracteriza por faculdades privadas com fins lucrativos.

⁴⁴ Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia

As IESCC possuem características únicas e similares ao sub-campo a que estão vinculadas e ao próprio campo educacional das IES. Suas especificidades advêm do *habitus* da instituição e de cada um dos agentes que se integram em uma espécie de *senso comum* do grupo (gestores, docentes, discentes, funcionários da comunidade local, etc.) e se expressam através das normas que regem e regulam disputas por poder no interior da instituição, no núcleo e sub-campo a que se vinculam.

Nossa intenção recai na investigação destas instituições enquanto um núcleo do sub-campo das IES privadas que sofre influências dos demais grupos do campo educacional e, até mesmo de outros campos como o político e religioso, mas também mantêm suas especificidades na luta por espaços de poder.

E parece-me que a contribuição de Bourdieu ajuda a superar esta tensão ou esta contradição, por sugerir que, para cada objeto de análise, devemos pensar ao mesmo tempo no espaço, no campo de coerção, de coações, de interdependências que não são percebidas pelos indivíduos, e, ao mesmo tempo, localizar dentro dessa rede de coações um espaço para o que chamava “sentido prático”, ou estratégia, ou ajuste às situações — e que, inclusive, para indivíduos que têm as mesmas determinações sociais, não funciona de uma maneira homogênea (CHARTIER, 2002, p. 151).

São as estratégias, o sentido prático e os ajustes adotados pelo núcleo das IESCC frente às coerções que sofrem no campo que possibilitam analisar como constroem sua representação identitária a partir das influências do poder político e religioso.

3 EMBATES ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO NO CAMPO EDUCACIONAL DAS IES

Quando analisamos as interferências do poder político no campo educacional, estamos nos referindo ao poder de Estado que integra as instituições governamentais e o funcionalismo público. Por outro lado, nos referimos ao poder religioso como poder da Santa Sé, Congregação para a Educação Católica do Vaticano, Arquidioceses e Dioceses, Ordens e Congregações Católicas cujos agentes integram tanto o campo religioso quanto o núcleo das IESCC.

Através dos Censos Escolares emitidos pelo MEC-INEP, observamos que o para poder político as IESCC estão subsumidas ora na categoria de instituições *particulares* ora na de instituições privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas.

Sob ponto de vista do poder religioso as IESCC apresentam um tipo muito específico de estruturação. O núcleo é constituído por grupos *mantidos*, ou seja, subordinados por Arquidioceses e Dioceses, mais próximas do poder religioso central (Santa Sé e Congregação para a Educação Católica do Vaticano) e, por Inspetorias ou Províncias de Ordens e Congregações Católicas. Compreendem três tipos de IES religiosas: Pontifícias, Católicas e *Católicas de fato, mas não de direito*. As duas primeiras são reconhecidas, oficialmente, pelos agentes do poder religioso central e apresentam maior regulação que as IES *Católicas de fato, mas não de direito*.

Neste capítulo apresentamos breves comentários sobre as relações entre o poder político e religioso no decorrer de alguns estágios do campo educacional. Centramos a investigação nas interferências do poder político no campo educacional durante os anos de 1995 a 2002. Tratamos do poder político, especialmente de um de seus núcleos, o executivo cujo principal agente foi o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Demonstramos como se estrutura o campo político e identificamos como integrante do poder executivo, o Ministério da Educação. Situamos o leitor na estrutura do ministério voltada para o ensino superior e os principais instrumentos reguladores e de controle emitidos por este. Destacamos a LDBEN e respectivos Decretos presidenciais que a complementam neste período. 88

Destacamos as influências destes instrumentos reguladores no sub-campo educacional das IES privadas e a conseqüente perda de espaço de poder das IESCC. Identificamos momentos de crise e tensões no núcleo das IESCC diante das alterações do campo educacional e da representação identitária de suas instituições mantenedoras.

3.1. Breves comentários sobre as relações entre os poderes político e religioso em alguns estágios do campo educacional

No Brasil, o campo educacional se constitui a partir de alianças e negociações entre os poderes político e religioso, pois parece que, neste estágio a *catequização* não só auxilia na mobilização de novos *fiéis* ampliando o espectro de atuação do poder religioso como beneficia o poder político no processo de *colonização* e, por sua vez, de dominação dos campos sociais.

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo de poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica de ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem. (BOURDIEU, 2009, p. 69).

Desde a criação do campo educacional até fins do século XIX, o poder religioso com apoio do político mantém o domínio do campo. Além de ser o principal agente do sub-campo das Instituições privadas devido a sua ampla rede de escolas com a *marca* católica, também influencia na estrutura curricular das escolas que compõem o sub-campo das instituições públicas.

O ideal do poder religioso de *comunidades dinâmicas de fé e evangelização* já está presente na representação identitária das instituições de ensino.

A partir de fins da década de 1890 as lutas de poder no levam novos agentes a dominarem o campo político. Influenciados pela filosofia positivista criam instrumentos de controle que visam à manutenção e ampliação do seu domínio. Neste sentido, travam lutas com o poder religioso visando destituir suas influências no interior do campo político. Constitui-se aí o que conhecemos como um estágio de separação entre Estado e Igreja, ou melhor, uma tentativa de laicização do campo político e controle desse poder nos demais campos sociais.

No campo educacional, os agentes do poder político reduzem os espaços de poder da religião católica no sub-campo das escolas públicas. Esta reage criando novas Dioceses e mobilizando agentes do campo religioso, especialmente, de Ordens e Congregações Católicas voltadas para a *missão educativa*. No campo de lutas o poder religioso tem por estratégias ampliar o número de estabelecimentos de ensino e de estudantes matriculados fortalecendo a evangelização no interior do sub-campo educacional das instituições privadas. Desta forma, as disputas passam a ser travadas entre instituições públicas e privadas.

Destaca Thiry-Cherques que,

A história própria do campo, tudo que compõe o *habitus*, as estruturas subjacentes, enfim funcionam como um prisma para os acontecimentos exteriores. Os resultados das lutas externas – econômicas, políticas, etc. - pesam na relação de forças internas. Mas as influências externas são sempre mediadas pela estrutura particular do campo, que se interpõe entre a posição social do agente e sua conduta. É nesse sentido que campo é “relativamente autônomo”, isto é, que ele estabelece suas próprias regras, embora sofra influência e até mesmo seja condicionado por outros campos (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 41).

Agentes do campo religioso influenciam o campo educacional. Mas uma vez inseridos neste e relacionando-se com outros grupos do interior do campo, também têm seu *habitus* alterado.

Entende-se por *habitus* os sistemas de disposições, modos de perceber, sentir, fazer, pensar, valorar o mundo. Adquirido por aprendizagem formal e informal oriundas das relações sociais, os *habitus* contem em si a história pessoal e coletiva atuando como um esquema de ação, percepção e reflexão da realidade, presentes nos gostos e posturas e geradores de práticas e representações da realidade (BOURDIEU, 2008, p. 21-22).

A partir dos anos 1940, agentes do campo religioso que já haviam se inserido no campo educacional através de escolas de educação básica, com apoio do poder político e religioso, integram-se ao sub-campo das IES privadas.

As Ordens e Congregações, em especial, fundadas para a missão educativa e com experiência na administração de escolas de educação básica investem IESCC. Por serem instituições com especificidades estruturais diferentes educação básica, seus agentes necessitam conhecer as regras de inserção no campo. Neste estágio, as IES públicas mantêm o domínio e, portanto, são as que influenciam na estruturação do campo educacional das IES. Nesse processo relacional os agentes das IESCC são influenciados pelo poder político mantenedor das IES públicas, alterando suas representações e práticas sobre o campo educacional. Esta espécie de *senso comum* sobre a educação superior permite a inserção dos agentes do núcleo das IESCC no campo educacional. Associando os novos pontos de vista ao *habitus* religioso, os agentes das IESCC integram-se ao campo educacional e dominam o sub-campo das IES privadas até os anos 1980.

Em momentos de expansão dos demais núcleos das IES, as disputas por espaço de poder acirram-se e os agentes das IESCC adotam práticas regulares para a sua manutenção no campo educacional como maior aproximação dos agentes do campo religioso, criação de estabelecimentos, formação de novos quadros de promotores da fé cristã e intensificação do controle e regulação de organismos do poder religioso central (em especial, da Congregação para a Educação Católica do Vaticano). Até, por volta dos anos 1980, tais estratégias e práticas parecem manter as IESCC com relativo domínio do sub-campo das IES privadas.

Na década de 1990, as relações entre os poderes político e religioso apresentam novos momentos de tensões e negociações. Ao reduzir a atuação do Estado no campo educacional o poder político estimula a expansão e monopólio das IES privadas. Como um núcleo das IES privadas, as IESCC são beneficiadas. No entanto, a privatização do ensino favorece a entrada de novos grupos no sub-campo das IES particulares cuja expansão quantitativa supera as IESCC que perdem espaços de poder já adquiridos no interior do sub-campo das instituições privadas, gerando momentos de tensões, resistências e disputas no interior do campo.

Neste capítulo, identificamos nos instrumentos de controle e regulação do campo político como são gerados novos pontos de vista sobre o ensino superior e suas influências no núcleo das IESCC.

3.1.1. Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): privatização, controle e regulação do campo educacional das IES

Fernando Henrique Cardoso (FHC) é um dos principais agentes do poder político no período de 1995 a 2002. Legitimado por dois mandatos consecutivos, o presidente, enquanto chefe do poder executivo tem o direito de nomear e dirigir a composição do governo, além de ter poderes legislativos outorgados pela Constituição.

Para lhe auxiliar o presidente delegou autoridade a noventa e três ministros que compuseram os vinte e quatro ministérios durante os oito anos em que esteve à frente do governo para resolver três principais problemas de coordenação das tarefas do Executivo como execução das políticas de governo, integração dos diferentes departamentos administrativos do governo e obtenção de apoio político no Congresso. Tais responsabilidades, em geral, são compartilhadas com o secretário executivo e demais secretários dos Ministérios.

(...) os secretários executivos, que funcionam como “homens do presidente” em ministérios cujos titulares não são de confiança do presidente, mas foram nomeados para obter apoios parlamentares, têm outra função importante: eles exercem o controle institucional através do qual o presidente delega autoridade como mandante ou principal e verifica o cumprimento de suas diretrizes, a fim de evitar que as ações de tais agentes se desviem dos objetivos do governo. Os secretários executivos de confiança do presidente garantem assim, em princípio, o monitoramento das ações do Ministério, tentando diminuir as perdas de agenciamento entre presidente e ministros (LOUREIRO e ABRUCIO, 1999, p. 82).

Os ministérios que compõem o poder executivo, plenamente integrado, formulam estratégias e instrumentos de regulação e controle para os campos sociais a partir do PDRAE, elaborado pelos agentes do Ministério de Administração e

Reforma do Estado (MARE)⁴⁵ sob a coordenação do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (1995-1998). Através do PDRAE os agentes do poder executivo procuraram readequar as funções do Estado por meio da implantação de modelos organizacionais/institucionais baseados na cultura gerencial⁴⁶.

O PDRAE está baseado em três princípios adotados no governo de FHC: desregulação do Estado, privatização e a abertura comercial.

As privatizações de instituições públicas, segundo os agentes governamentais, servem para abater a dívida interna do Estado além de reduzir seu papel de executor ou prestador de serviços, mantendo apenas, a função de regulador e coordenador e, a abertura comercial para aumentar as disputas no campo empresarial pressionando as empresas nacionais a tornarem-se competitivas para suportar a concorrência externa sem apoio estatal.

Quanto aos serviços sociais e científicos, destaca o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira que,

(...) a propriedade deverá ser essencialmente pública não-estatal. As atividades sociais, principalmente as da saúde, educação fundamental, e de garantia de renda mínima, e a realização de pesquisa científica envolvem externalidades positivas e dizem respeito a direitos humanos fundamentais. São, portanto, atividades que o mercado não pode garantir de forma adequada através do preço e do lucro. Logo, não devem ser privadas. Por outro lado, uma vez que não implicam o exercício do poder do Estado, não há porque serem controladas pelo Estado, e de se submeter aos controles inerentes à burocracia estatal, contrários à eficiência administrativa, que a reforma gerencial pode reduzir, mas não eliminar. Logo, se não devem ser privados nem estatais, a alternativa é adotar o regime de propriedade pública não-estatal, é utilizar organizações de direito privado, mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. (PEREIRA, 2001, p. 250-251).

⁴⁵ O Ministério de Administração e Reforma do Estado, em 1998 passou a denominar-se de Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Extinto em janeiro de 1999, por meio da Medida Provisória nº 1.795 o MPO passou a denominar-se de Ministério do Orçamento e Gestão (MOG), voltando a ser alterado em julho do mesmo ano (Medida Provisória nº 1.911-8) para Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

⁴⁶ O ministro do MARE explica como a rede de comunicação e divulgação se integra ao seu programa de Reforma do Estado: *Eu já tinha algumas poucas idéias da nova administração pública (a que chamaria um pouco adiante de gerencial), adquiridas por meio da leitura do livro de Osborne e Gaebler, Reinventando o governo. Mas precisava conhecer muito mais a respeito. Para isso viajei para Inglaterra logo no início do governo e comecei a tomar conhecimento da bibliografia que recentemente havia se desenvolvido, principalmente naquele país, a respeito do assunto, sob o título geral de nova gestão pública. O resultado foi elaborar, ainda no primeiro semestre de 1995, o Plano diretor de reforma do aparelho do Estado e a emenda constitucional de reforma administrativa, tomando como base as experiências recentes em países da OCDE, sobretudo o Reino Unido.* (PEREIRA: 2001, p. 247-248).

De acordo com o modelo gerencial, adotado no PDRAE, o público pode ser estatal e não-estatal. A figura de público não-estatal é definida como de organizações que, mesmo não fazendo parte do aparelho do Estado, se dedicam aos interesses públicos, servindo a sociedade sem visar lucro. Complementa o ministro,

93

As organizações públicas não-estatais podem ser, em grande parte – e, em certos casos, inteiramente – financiadas pelo Estado. Quando se trata, por exemplo, de uma escola fundamental comunitária, ela deve ser gratuita e inteiramente financiada pelo poder público (...). Essa forma de propriedade garante serviços sociais e científicos mais confiáveis do que os realizados diretamente pelo Estado, e mais confiáveis do que os prestados por empresas privadas que visam o lucro em vez ao interesse público. (...). É mais eficiente do que a de organizações estatais, porque pode dispensar os controles burocráticos rígidos, na medida em que as atividades envolvidas são geralmente atividades competitivas, que podem ser controladas por resultados com relativa facilidade (PEREIRA, 2001, p. 251)

Para os setores sociais, voltados para o atendimento de demandas sociais e considerados atividades não exclusivas do Estado como, por exemplo, institutos de pesquisa, hospitais, museus, universidades, etc., é proposta a sua execução, com financiamento do Estado, por intermédio de entidades públicas não-estatais, ou seja, organizações sociais e não-governamentais (SANTANA, 2002, p. 3).

O PDRAE é colocado em prática por meio de instrumentos reguladores e de controle que alteram não só o campo político como os demais campos sociais e, entre eles, o educacional.

3.1.2. Ministério da Educação: estrutura organizacional e instrumentos de controle e regulação para o campo das IES

O MEC é uma das representações do poder político legitimado, cuja função consiste regular e controlar o campo educacional.

No período de 1995 a 2002, é nomeado pelo presidente da República, o ministro Paulo Renato de Souza, economista, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas e antigo vice-presidente Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Seu prestígio junto ao presidente e as agências internacionais além de generoso espaço na mídia

possibilitam ao governo influenciar os agentes sociais na aprovação de vários instrumentos de controle e regulação para o campo educacional (PINTO, 200: 94 109)

Em 1995, primeiro ano de vigência do governo, algumas alterações são efetuadas no MEC com objetivo de adequar a estrutura técnico-administrativa aos novos objetivos governamentais (AGUIAR, 2002, p. 73).

O Ministério que nos anos precedentes integrou o campo desportivo (1992), em 1995, torna-se responsável somente pelo campo educacional. Através da Lei 9.131 de 25/11/95 é instituído o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado com as funções de auxiliar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. É formado pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior⁴⁷ cujos secretários de educação são nomeados pelo chefe do poder executivo.

A Câmara de Educação Superior, além do Secretário de Educação, é constituída por doze conselheiros cuja escolha e nomeação também são feitas pelo presidente da república. Destes, pelos menos seis, devem ser nomeados a partir de indicação de listas elaboradas pela Câmara junto a agentes do campo educacional como reitores de universidades, diretores de instituições isoladas, docentes, discentes e segmentos representativos da comunidade científica e de entidades nacionais públicas e particulares.

Os conselheiros terão mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, havendo renovação de metade das Câmaras a cada dois anos, sendo que, quando da constituição do Conselho, metade de seus membros será nomeada com mandato de dois anos (BRASIL, 1995, art. 8º.)

Até 2001 a Câmara de Educação Superior delibera sobre a autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de todos os cursos de graduação e credenciamento e aprovação de Estatutos e Regimentos das IES públicas federais.

Com a edição da Medida Provisória 2.216 e Decreto 3.860/2001 algumas destas atribuições ficam a cargo do próprio MEC, restringindo a Câmara a se manifestar somente nos processos relativos aos cursos de direito e área da saúde e

⁴⁷ Apenas descrevemos as funções da Câmara de Educação Superior porque estamos mapeando na estrutura do MEC as instituições voltadas para o ensino superior.

credenciamento, recredenciamento e aprovação dos estatutos de universidades e centros universitários. 95

Além do Conselho Nacional de Educação e respectivas Câmaras, o ministério conta com uma secretaria executiva formada por duas subsecretarias (assuntos administrativos, de planejamento e orçamento); representantes do MEC nos Estados e seis secretarias. Entre elas destacamos a Secretaria de Educação Superior (SESU), cuja função é planejar, orientar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. Também compete a SESU, a manutenção IES públicas federais e a regulação e controle tanto destas instituições como das IES privadas. Enfim, os agentes do MEC e seus órgãos integrantes como CNE, Câmara de Educação Superior e a SESU, sob regulação e controle do ministro da educação e presidente da República atuam como os principais representantes do poder político no campo educacional das IES⁴⁸.

O primeiro grupo de conselheiros, nomeados entre os indicados pelas entidades consultadas são em grande parte, agentes defensores do ensino público, ou seja, educadores e pesquisadores do sub-campo das IES públicas.

A outra metade do grupo de conselheiros, além do secretário de educação superior é indicada e nomeada pelo presidente da república, cuja maioria é oriunda do sub-campo das IES privadas. Essa composição de agentes dos dois núcleos do campo educacional das IES mostra-se permeável ao *privatismo* e a Câmara de Educação Superior do CNE, na qual se debatem os grandes interesses privados acaba *virando arena de disputa entre os próprios grupos privados* na luta pelo controle do campo educacional das IES (CUNHA, 2003, p. 48).

Assim, o Ministério da Educação e seus órgãos auxiliares voltados para o campo educacional das IES impõem pontos de vista gestados pelo poder legitimado e, por meio da violência simbólica, regulam e controlam a atuação dos sub-campos educacionais.

⁴⁸ Tais órgãos, como vimos, regulam e controlam as IES federais e privadas. Consideramos ainda como representantes do poder político no campo educacional de IES, os Estados e Municípios que administram, mantêm e regulam as IES Estatais e Municipais. Como nossa investigação tem por tema geral, as IES privadas e, específico as IES de confessionalidade Católica, não integramos estes dois poderes no corpo do texto.

3.1.2.1. LDBEN e legislação complementar

A LDBEN é um dos principais instrumentos de regulação do campo educacional. Do total de noventa e dois artigos, dezenove incluem a educação superior e, destes quatorze integram o capítulo IV (artigos 43 a 57), intitulado *Da Educação Superior*.

Segundo Saviani (1997, p. 157) e Pinto (2002, p. 112) o projeto de lei é elaborado por agentes do MEC, mas com autoria assumida pelo, então senador, Darcy Ribeiro e, promulgada como lei (nº 9.394/96) em 20 de dezembro de 1996.

O texto da lei nº 9.394/96 é estrategicamente genérico, permitindo a inclusão de novas leis e decretos complementares que atendam aos propósitos do poder executivo.

A LDBEN, a exemplo da Carta Constitucional de 1988, reafirma a coexistência dos sub-campos das IES públicas e privadas e, trata de temas como:

- Finalidades da educação superior;
- Reconhecimento/credenciamento e avaliação institucional;
- Cursos de programas;
- Ano letivo regular;
- Freqüência de professores e alunos;
- Alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos;
- Cursos no período noturno;
- Validação de diplomas dos cursos superiores;
- Transferência de alunos;
- Alunos não regulares;
- Definição e características das universidades;
- Autonomia universitária.

Observamos que a LDBEN reforça o poder do Estado como gerenciador e regulador do campo educacional das IES ao estabelecer seus níveis no campo educacional. Através deste instrumento de violência simbólica o Estado atua como manipulador dos pontos de vista dos agentes do campo, na medida em que tem o poder de autorizar, reconhecer, credenciar e avaliar as IES, com direito de desativar

cursos e habilitações; intervir, descredenciar IES bem como suspender prerrogativas de *autonomia* das instituições universitárias. -- 97

Neste caso, o termo autonomia relaciona-se as condições didático-científicas que, sob o ponto de vista dos agentes instituidores da LDBEN constitui-se em autonomia regulada, uma vez que, dão o direito as instituições universitárias de criar, organizar e extinguir cursos e programas em sua sede e o poder ao Estado de desativá-los, caso não atendam as prerrogativas estipuladas pelos órgãos reguladores do poder executivo.

Quanto as IES, a LDBEN não esclarece sua estrutura acadêmica, mas ao descrever, no artigo 45 que *a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização* (grifo nosso) possibilita ao poder executivo a inserção de novos instrumentos de regulação que atendam aos pontos de vista dos agentes do poder legitimado (BRASIL, 1996,art. 45º.).

No governo de FHC, os agentes se utilizam desta generalização para incluir, através de Decretos presidenciais⁴⁹, imposições sobre a organização das mantedoras (com e sem fins lucrativos) e organização acadêmica das IES (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos ou escolas superiores).

Desta forma, os agentes do poder executivo vinculam os princípios já estabelecidos no PDRAE ao campo educacional das IES, estimulando, estrategicamente, por meio da força simbólica as lutas entre os sub-campos por espaço de poder.

Nos Decretos presidenciais, caracterizam as instituições mantenedoras das IES como públicas (federais, estaduais e municipais), privadas particulares com finalidade lucrativa e privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas sem finalidade lucrativa, redefinindo os núcleos do campo educacional das IES.

As instituições privadas particulares (com fins lucrativos), não incluídas na Carta Constitucional de 1988, são reconhecidas por decreto do poder executivo que, assim estabelece:

⁴⁹ Durante o período de vigência do governo de FHC (1995 a 2002), este artigo da LDB foi complementado pelo Decreto nº. 2.207 de 15 de abril de 1997, revogado em 19 de agosto no mesmo ano pelo Decreto nº. 2.306 que teve nova redação em 09 de julho de 2001, através do Decreto nº. 3.860. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Decreto nº. 3.860 também foram revogados pelo Decreto nº. 5.773 de 09 de maio de 2006.

Art. 3º – As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2001, art. 3º.) 98

O poder executivo explicita que as instituições com fins lucrativos podem assumir finalidade comercial favorecendo a entrada desses agentes no campo educacional das IES.

Destaca Sguissardi que são mínimas as exigências legais para integrar o campo educacional. Exigem apenas a elaboração, a cada exercício fiscal, das demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes. Descartam a necessidade de publicá-las certificadas por auditores independentes, com parecer do conselho fiscal ou órgão equivalente e submetê-la a auditoria pelo poder público (SGUISSARDI, 2006, p. 1033).

As facilidades no processo de abertura de novas IES provocam um novo surto de expansão do sistema privado, especialmente das instituições privadas particulares.

Quanto à organização acadêmica das IES o poder executivo possibilita a criação de diferentes tipos de IES incentivando a competitividade no campo educacional. Porém, tipos acadêmicos tradicionais como as faculdades são as que dominam o sub-campo das IES privadas em número total de estabelecimentos (tabela 4). Com elas, aumentam os cursos na área de ciências sociais aplicadas (administração, direito, contabilidade e negócios). Sguissardi supõe que a concentração nessa área de conhecimento ocorre porque tais cursos exigem baixos investimentos e apresentam altos retornos (SGUISSARDI, 2006, p. 1029)

Entre os novos tipos acadêmicos de instituições universitárias destacamos os centros universitários. Como vimos, são instituições dedicadas ao ensino e com mesma autonomia que as universidades. Por exigirem menores investimentos que as universidades, os agentes das IES privadas, especialmente, do sub-campo das IES particulares, optam por este tipo acadêmico de instituição. Os centros universitários acabam superando as universidades em número total de estabelecimentos, reduzindo o desenvolvimento no campo das atividades de pesquisa e extensão universitária (tabela 4).

A inserção de novos agentes no sub-campo das IES privadas, a flexibilização dos tipos acadêmicos de IES e, entre eles a introdução de um novo tipo de instituição universitária geram diferentes pontos de vista no campo de forças e lutas do campo educacional das IES. 99

3.2. Alterações no sub-campo das IES privadas

Com objetivo de limitar o papel do Estado de executor e prestador de serviços, o poder executivo implanta suas reformas nos vários campos sociais. No educacional, o poder mantenedor reduz financiamentos ao sub-campo das IES públicas; favorece a expansão do sub-campo das instituições privadas especialmente pela flexibilização acadêmica e estimula a entrada de novos agentes no campo com finalidades comerciais.

Com um ano de governo, relativa estabilidade econômica e adotadas as primeiras medidas de implantação do PDRAE o sub-campo das IES privadas começa a investir na criação de EES. Em 1996 totaliza 711 estabelecimentos, um acréscimo de vinte e sete EES. Porém, os efeitos iniciais da LDBEN afetam o núcleo que tem uma redução de vinte e dois EES em 1997 (tabela 1).

A inclusão dos decretos presidenciais complementando os artigos da LDBEN, por outro lado, causam um impacto positivo no núcleo das IES privadas particulares que, a partir daí expandem-se desordenadamente.

Como, no período de 1995 a 1999, não temos dados sobre o total de estabelecimentos e matrículas dos núcleos do sub-campo das IES privadas, não podemos estabelecer comparativos entre grupos que o integram. No entanto, verificamos que entre 1999 a 2003, as IES privadas são as que mais investem em estabelecimentos de ensino superior. As IES comunitárias, confessionais e filantrópicas, até 2001, pressionadas pelo núcleo das IES particulares, reduzem, anualmente, o número total de estabelecimentos. Entre 1999 a 2001, sofrem uma retração de setenta e quatro EES. (tabela 2). Em 2002, último ano de governo de FHC, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas voltam a solicitar autorização e credenciamento de doze e em 2003, de trinta e três EES. Mesmo assim, o total de 350 estabelecimentos comunitários, confessionais e filantrópicas está aquém das 379 que tinham em 1999.

A análise dos estabelecimentos que integram os sub-campos das IES privadas nos mostra que a expansão do ensino superior ocorre através das instituições privadas particulares que dominam quantitativamente o sub-campo. As instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, ao contrário, perdem espaço de poder adquirido ao longo da história do sub-campo das IES privadas. Entre as instituições do sub-campo das IES comunitárias, confessionais e filantrópicas identificamos o núcleo das IESC.

Não temos dados suficientes para identificar se nesse núcleo há retração de EES entre 1995 a 2003. Entre as noventa e cinco IESCC ativas, associadas a ABMES, ABRUC e ANAMEC e registradas no MEC só podemos verificar se há ou não aumento de EES. A tabela 5 mostra o número total de EESCC, por dependência administrativa, no período de 1995 a 2003, quando são introduzidos novos instrumentos de regulação emitidos pelo poder executivo cujo principal agente é o presidente FHC.

TABELA 5 - Número de EESCC por dependência administrativa – período de 1995 a 2003

ANO	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DE CONFESSIONALIDADE CATÓLICA		
	TOTAL	ARQUIDIOCESES E DIOCESES	ORDENS E CONGREGAÇÕES CATÓLICAS
1995	39	11	28
1996	39	11	28
1997	40	11	29
1998	41	11	30
1999	42	11	31
2000	45	11	34
2001	54	12	42
2002	65	15	50
2003	71	17	54

Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES, ABRUC, ANAMEC, MEC-E-MEC

Entre 1995 a 1999 o núcleo das IESCC não apresenta a mesma prática de expansão quantitativa que as IES particulares.

No interior do núcleo, verificamos que as Arquidioceses e Dioceses mantêm o mesmo número de estabelecimentos enquanto os agentes das Ordens e Congregações Católicas solicitam autorização e reconhecimento de um estabelecimento por ano, no período de 1997 a 1999. Desse ano em diante, as

Ordens e Congregações Católicas obtêm autorização para vigência de mais vinte e três estabelecimentos. O mesmo não ocorre com as Arquidioceses e Dioceses que só investem em seis novos estabelecimentos entre os anos de 2001 a 2003.

Como vimos o núcleo das IESCC, para o poder político, encontra-se subsumido no interior do sub-campo das IES privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas. Porém, se compararmos as tabelas 2 e 5 verificamos que entre 1999 a 2001 o sub-campo perde espaços de poder ao reduzir seu total de estabelecimentos de ensino enquanto o núcleo das IESCC mantém seus espaços e, até mesmo, investe na autorização de novos EES.

A tabela 2 nos informa que, entre 2001 e 2002, as IES comunitárias-confessionais-filantrópicas apresentam um acréscimo de doze estabelecimentos. Destes, identificamos na tabela 5 que, onze são núcleo das IESCC.

Um ano após o governo de FHC há um aumento de trinta e três EES do sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas. Porém, somente seis são do núcleo das IESCC.

Mesmo com relativo crescimento do núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas, em nada se compara com a expansão quantitativa das IES particulares.

Mas se o poder executivo favorece a privatização do ensino superior, por que as IESCC não se expandiram como as IES privadas particulares?

3.2.2. Núcleo das IESCC: crise e tensão

A partir de meados dos anos 1990, os agentes do poder executivo promulgam diversos instrumentos de regulação que alteram, significativamente, o campo educacional das IES.

Suas estratégias de ação integram sua dupla condição: a de mantenedor das IES públicas e de regulador do campo educacional.

Através do programa de reformas educacionais, observamos que o campo educacional das IES é representado como um espaço de domínio do sub-campo privado cujas instituições estão voltadas para atender as necessidades de mercado.

Com este ponto de vista, o poder executivo estabelece as regras no campo estimulando as disputas por poder entre seus núcleos.

Cabe lembrar que o programa de reforma do campo educacional não se restringe ao ensino superior, mas a todo o campo educacional afetando as IESCC também no âmbito da educação básica. 102

O número crescente de novas escolas particulares eleva a oferta reduzindo o número médio de alunos por estabelecimento de ensino privado. De acordo com a pesquisa realizada pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e Associação Nacional de Mantenedoras das Escolas Católicas do Brasil (ANAMEC), em 1996 há 1.412 escolas católicas no país decrescendo para 1.282 em 1999, uma retração de 9,2%. No que se refere ao número total de alunos matriculados em escolas católicas verifica-se que, em 1996 totalizam 1.031.575 decrescendo para 907.717, uma queda de 12,6% (ALVES: 2006, p. 26-27).

A perda de espaço das escolas católicas gera muitas tensões entre os agentes e educadores das IESCC, como poderemos observar, através dos títulos de artigos da Revista de Educação da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC)⁵⁰ no período de 1996 a 2002, a saber:

- Leituras do mundo: olhando a realidade em busca de caminhos (1996);
- Para onde vai à escola?(1998);
- E agora 2000? Senhor e escravo: uma metáfora para a educação (2000);
- Educação: crise e sentido (2001);
- Um paradigma para a escola do século XXI? (2002)

Tais títulos são representativos do momento de tensão vivido pelos agentes tanto do campo religioso quanto do núcleo das IESCC.

Mas qual a relação entre as escolas de educação básica e o sub-campo das IESCC?

A resposta é bastante simples. As mantenedoras destas instituições, em geral, são as mesmas. As Ordens e Congregações Católicas voltadas para a missão educativa têm por prática a criação de escolas de ensino fundamental e médio. Somente após larga experiência no campo da educação básica tais mantenedoras

⁵⁰ A Revista de Educação da AEC é trimestral, dirigida por religiosos. Apresenta na contracapa um corpo de dez consultores, educadores e pesquisadores conhecidos nacionalmente como Jamil Cury, Pedro Demo, Margot Ott, José Israel Nery, entre outros. Apresenta, em média, quatro artigos, por revista, de autoria destes consultores e convidados.

tendem a investir no ensino superior. Por serem instituições sem fins lucrativos, as principais fontes de sustentabilidade são originadas do pagamento de mensalidades escolares. Com a retração dos estabelecimentos e de matrículas escolares há diminuição de recursos tanto para a manutenção quanto criação de estabelecimentos de educação básica e superior.

Alves caracteriza o período como de maior concorrência de estabelecimentos de ensino, crescimento de grandes grupos empresariais de ensino, aumento nos níveis de inadimplência, desenvolvimento e comercialização de tecnologia educacional pelos mantenedores de instituições com fins lucrativos, incremento dos custos que crescem em proporção superior às receitas e a conseqüente queda da margem operacional (ALVES, 2006, p.30-31).

A tabela 6 mostra, por décadas, o total de tipos acadêmicos de IESCC (T) mantidos por Arquidioceses e Dioceses (AD), Ordens e Congregações (OC).

TABELA 6 - Número total de IESCC mantidas por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações, por organização acadêmica– 1940-2010

DÉCADAS	T	UNIVERSIDADES		CENTROS UNIVERSITÁRIOS		FACULDADES		OUTROS (ESCOLAS SUPERIORES, INSTITUTOS)	
		AD	OC	AD	OC	AD	OC	AD	OC
1940	02	00	01	-	-	-	01		
1941-1950	08	02	02	-	01	-	01		
1951-1960	17	03	01	-	05	-	-		
1961-1970	25	02	02	-	02	-	02		
1971-1980	32	-	01	01	03	-	02		
1981-1990	36	01	02	-	-	-	01		
1991-2000	45	01	-	-	-	01	07		
2001-2010	95	-	-			12	25	02	11

Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES; ABRUC; ANAMEC; MEC/E-MEC

As Arquidioceses, Dioceses (AD), Ordens e Congregações Católicas (OC) mantêm dezoito universidades, doze centros universitários, cinquenta e duas faculdades e treze escolas e institutos superiores, totalizando noventa e cinco EES.

Nas décadas de 1990 e 2000, período de vigência dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as mantenedoras solicitam a autorização e credenciamento de cinquenta e nove IES e reconhecimento de doze centros universitários.

Comparando as práticas dos agentes mantenedores, identificamos que as Arquidioceses e Diocese, no período de 1941 a 1990 credenciam, predominantemente, universidades, enquanto as Ordens e Congregações também solicitam ao poder político autorização para a criação de faculdades. A partir do governo de FHC, ambas deixam de investir em universidades⁵¹ e, em seu lugar procuram alterar o status de suas faculdades, vigentes desde as décadas de 1940 a 1970, para centros universitários. 104

Em 1997, através dos Decretos 2.306/97 e 3.860/97, o poder executivo cria a figura dos centros universitários como mesmos níveis de autonomia das universidades, idealizados no contexto de uma série de medidas propostas pelo governo de FHC.

A partir daí o sub-campo das IESCC integra doze centros universitários, um mantido por Arquidioceses e Dioceses e onze por Ordens e Congregações Católicas. Destes, nove são credenciados no período de 1997 a 2002⁵², durante o governo de FHC. Enquanto as Arquidioceses e Dioceses continuam mantendo mais universidades do que centros universitários, o mesmo não acontece com as Ordens e Congregações Católicas que, em apenas duas décadas, passam a manter mais centros universitários do que universidades.

Tais práticas partem de dois pontos de vista: um favorável e outro contra os centros universitários manterem a mesma autonomia das universidades.

Os representantes das mantenedoras de estabelecimentos não-universitários vêem na figura dos centros universitários a oportunidade de elevar o status de suas instituições e obter autonomia para criar, organizar e extinguir, cursos e programas de educação superior e remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes e sem gastos adicionais. Este não é somente um ponto de vista dos agentes das IESCC, mas de todos os grupos que integram o sub-campo das IES privadas.

Como vimos na tabela 4, os centros universitários crescem, especialmente a partir de 2002, totalizando setenta e quatro estabelecimentos (quarenta e dois particulares e vinte e sete comunitários, confessionais e filantrópicos). Considerados como instituições universitárias competem, diretamente, com as oitenta e quatro

⁵¹ Na década de 1990 foi criada apenas uma universidade nos anos de 1994, período anterior ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁵² Ver Apêndice B

universidades (vinte e oito particulares, cinqüenta e seis comunitárias, confessionais e filantrópicas).

Os agentes das universidades dos diversos grupos que integram o sub-campo das IES privadas se unem para questionar a inconstitucionalidade dos direitos fornecidos aos centros universitários. Ou seja, se utilizam dos próprios instrumentos de regulação e controle do poder político identificando suas contradições para validar seus pontos de vista.

Destacam que no artigo 207 da Carta Magna a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial está vinculada ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Criticam as vantagens competitivas desse tipo de estabelecimento que não necessitam investir em pesquisa e extensão e nem manter um terço do corpo docente em tempo integral. Com menos despesas, acabam diminuindo o valor das mensalidades dos cursos.

Em 1999, na intenção de rebaterem os pontos de vista dos representantes das universidades, doze centros universitários criam a Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU) que inclui somente três centros universitários de IESCC. O objetivo principal da ANACEU é *dar sustentabilidade e legitimidade à nova tipologia implantada na educação superior*⁵³.

A ANACEU integra diferentes núcleos do sub-campo das IES privadas em defesa da manutenção dos centros universitários no campo educacional. Já as universidades, estão subdivididas em três Associações, vinculadas aos subgrupos educacionais de IES a que pertencem.

Em 1989 são criadas as Associações das Universidades Federais (ANDIFES) e das Universidades Particulares (ANUP) e, em 1995, no primeiro ano de governo de FHC, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC). As fronteiras entre os sub-campos são bem definidas sob os pontos de vista das Associações universitárias.

A ABRUC, com maior número de representantes das IESCC, não participa de disputas com os representantes dos centros universitários uma vez que estes também estão associados à entidade. Sua criação esta relacionada à outra luta no campo educacional que consiste na criação de um novo sub-grupo de IES: o das Instituições públicas não-estatais.

⁵³ Objetivo extraído da página virtual da ANACEU. Disponível em www.anaceu.org.br. Acesso em 07 fev.2011.

Em busca de espaços de poder, os agentes das universidades lutam, durante todo o período do governo de FHC para que haja novas regulações para os centros universitários. Porém, é somente durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva que se estabelecem novos instrumentos de regulação e controle sobre os centros universitários materializados no Decreto presidencial nº. 5.786 de 24 de maio de 2006⁵⁴.

No que se refere às faculdades, a tabela 6 nos mostra que as Arquidioceses e Dioceses mantêm treze estabelecimentos autorizados nas últimas duas décadas enquanto as Ordens e Congregações trinta e nove. Destes, sete foram autorizados no período de 1940 a 1990 e trinta e dois entre 1991 a 2010.

Na tabela 4 identificamos que as faculdades são o *carro chefe* da expansão do sub-campo das IES privadas e, especialmente do núcleo das particulares.

Junto à expansão das faculdades privadas particulares há aumento dos cursos de Ciências Sociais e Aplicadas que apresentam baixo custo e alto retorno financeiro. As faculdades voltadas para esta área do conhecimento concorrem com as IESCC que, até então, concentram-se nas áreas de Ciências Humanas e Lingüística, Letras e Artes. Com vagas excedentes, reduzido número de estudantes matriculados nestas áreas de ensino, as IESCC aprofundam sua crise interna. Diminuir ou mesmo fechar os cursos das áreas de Ciências Humanas e Lingüística, Letras e Artes significa, também, alterar o *habitus* religioso das IESCC, na medida em que é este conhecimento que auxilia na reflexão dos princípios fundadores destas instituições.

No caso específico das *Pontifícias* e *Católicas*, a exclusão de cursos vinculados a tais áreas de conhecimento pode ser considerada um descumprimento aos instrumentos reguladores e de controle impostos pelo poder religioso central (Santa Sé).

Esse momento de tensão que interfere na própria representação identitária das IESCC é aprofundado com a promulgação do Código Civil de 2002 que, ao tratar da personalidade jurídica das instituições privadas, tende a desconsiderar a natureza religiosa de suas mantenedoras, como veremos no próximo item deste capítulo.

⁵⁴ Por meio do Decreto presidencial nº. 5.786 de 24 de maio de 2006, os Centros Universitários ficam obrigados a ter 1/5 dos docentes em regime de tempo integral e 1/3, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Na tabela 6 observamos que os agentes das IESCC, entre 1995 a 2000 mantêm as mesmas práticas de investimentos em EES das décadas precedentes (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990). Supomos que, com base em seu *capital* simbólico os agentes das IESCC resistem na adoção de novas estratégias no campo de lutas, preferindo manter as mesmas práticas que compreendem seu *habitus* coletivo. 107

Nesse período os agentes das IESCC parecem estar mais interessados em manter os EES vigentes no campo e aumentar seu grupo de instituições universitárias, alterando o status de suas faculdades para centros universitários. Embora as Ordens e Congregações Católicas aumentem seus investimentos em faculdades, não consideramos esse dado como uma alteração de *habitus* por observarmos tal prática nas décadas precedentes.

No entanto, a partir de 2001, identificamos transformações no núcleo das IESCC. A tabela 6 mostra um acréscimo de cinquenta EES, quatorze mantido por Arquidioceses e Dioceses e trinta e seis por Ordens e Congregações Católicas. Comparando com as décadas anteriores, podemos considerar o maior investimento do poder religioso em EES da história do núcleo das IESCC. Além disso, observamos que os agentes mantenedores passam a investir em faculdades, escolas e institutos superiores em detrimento de estabelecimentos universitários. O que mudou? Por que tal reação só irá acontecer a partir dos dois últimos anos de governo do presidente FHC?

3.3. Código Civil e alterações na personalidade jurídica das mantenedoras da IESCC

Como vimos, a perda espaços de poder no campo educacional das IESCC a partir de meados da década de 1990 está relacionada à introdução de novos agentes no campo político que, influenciados pela doutrina neoliberal se utilizam de diversos instrumentos de regulação e controle para os campos sociais.

Pierre Bourdieu (...) denunciava, no fim da década de 1990, o imperialismo da razão neoliberal a expressar-se de diferentes maneiras. Uma delas, por meio de teses que vão sendo midiaticamente disseminadas pelo planeta. Os planos, relatórios e pareceres de organismos multilaterais, cartilhas c 108 do *Consenso de Washington*, relatórios de comissões nacionais (c *Dearing Report*), o Plano Diretor da Reforma do Estado (Brasil, 1995), a legislação e os anteprojotos de lei específicos da educação superior ou de outras áreas das políticas públicas, como a da previdência, e estudos de núcleos de pesquisa de universidades, entre outros, serão seus veículos mais imediatos (SGUISSARDI, 2006, p. 1035).

A imposição deste ponto de vista no campo educacional baseado na desregulação do Estado e privatização teve seus efeitos também no campo educacional.

As IESCC são, especialmente, afetadas com o domínio quantitativo do núcleo das IES privadas particulares. Com vagas ociosas, aumento nos níveis de inadimplência e despesas maiores que a receita obriga as instituições mantenedoras a fechar alguns estabelecimentos escolares no país. Esta crise na educação básica também interfere tanto sustentabilidade quanto na criação de novos estabelecimentos de ensino superior. Com maior número de universidades, os agentes das IESCC também são afetados com a diversidade tipológica de estabelecimentos que competem no campo educacional.

Além dos problemas de sustentabilidade, as mantenedoras no ano de 2002 enfrentam outros problemas.

O Estado associado ao poder jurídico estabelece novas representações para a personalidade jurídica das mantenedoras, desconsiderando as IESCC, especialmente, as Inspetorias e Províncias de Ordens e Congregações católicas como organizações religiosas.

A redação original do Código Civil prevê, no artigo 44, apenas três formas de pessoas jurídicas de direito privado: associações, sociedades e fundações (BRASIL, 2002, p. 15).

Por definição, *constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos* (BRASIL, 2002, p. 17) e, esse é o caso das instituições católicas. No entanto, o código estipula uma série de regras incompatíveis com o *modus operandi* das mantenedoras.

Nos artigos 57 e 59 o código civil impõe regras para a exclusão dos membros e para eleição de diretoria, mas as instituições da Igreja Católica se baseiam em

critérios de hierarquia. A nomeação de um bispo, bem como sua expulsão não é definida pela base, em assembléia, mas é decorrente da ordem de um superior hierárquico. *Como essa hierarquia é estabelecida em normas essenciais ao violá-las pode significar uma restrição estatal à liberdade de certas religiões* (AZEVEDO, 2006, p. 102). 109

Diante da nova regulação o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC) emite parecer ao Ministério da Justiça demonstrando a impossibilidade de integrar-se às novas leis. Como resultado das reivindicações religiosas o poder político altera o Código Civil, através da lei n. 10. 825/03, incluindo no artigo 44 que as organizações religiosas são consideradas novas espécies de pessoas jurídicas e, no artigo 2.031, em parágrafo único, dispensa essas novas espécies de pessoas jurídicas a se adequarem ao Código (AZEVEDO, 2006, p. 102).

Associações de inspiração religiosa, mantenedoras de escolas, ensino superior e instituições na área de saúde reivindicam ao Ministério sua inclusão no novo artigo como organizações religiosas. Entre elas destacamos as Ordens e Congregações Católicas aprovadas pela Santa Sé como associações de leigos e clérigos por meio de Institutos de Vida Consagrada.

Os principais fundamentos advêm no Decreto 119-A, de 07/01/1890 que regulamenta a separação entre Estado e Igreja e que neste momento é utilizado como principal instrumento do poder religioso para se contrapor as novas regulações. Referem-se, especialmente, aos seguintes artigos do Decreto:

A todas as confissões religiosas pertence por igual à faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto; A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público (BRASIL, 1890, arts. 2º. e 3º.)

O decreto institui a liberdade de credo as igrejas, associações e institutos sem interferência do poder público. Utilizando-o como documento justificador de suas lutas, as associações e institutos (Inspetoria e Províncias de Ordens e Congregações Católicas), destacam que em seus estatutos assumem sua orientação religiosa e afirmam que adequar-se ao novo instrumento regulador infringe um direito adquirido desde 1890.

Transformar seus vínculos expressos em estatutos, não atender aos votos de obediência, destituir-se das regras impostas pelo poder religioso significa alterar o *habitus* institucional e individual aceitando total condicionamento do poder polític -

110

Analisa Azevedo,

Não obstante as denominações de todas essas instituições fazerem referência a certas religiões, isso não as torna organizações religiosas, pois não integram a estrutura hierárquica das Igrejas que mencionam. São inspiradas por valores religiosos e, certamente, contribuem com a divulgação de determinado credo ou ideologia, Mas o fazem sem estarem inseridas na estrutura própria das Igrejas a que se vinculam. (...) O fato de ter nome de santo, ou aludir a alguma religião o nome da associação pia, ou moral, não a faz sociedade ou associação religiosa. Sociedade religiosa é a que se dedica ao culto. Se, ao lado do culto, pratica beneficência, ou ensino moral ou assistência moral, é mista. Se o culto é secundário, cessa qualquer caracterização como sociedade ou associação religiosa. Tal sociedade ou associação fica fora de qualquer hierarquia religiosa (AZEVEDO, 2006, p. 103).

Tais argumentos fazem parte do parecer emitido em resposta a uma consulta do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) ao Ministério da Justiça. Em resposta as Instituições religiosas, afirmam que são pessoas jurídicas não dedicadas prioritariamente ao culto e, portanto devem necessariamente adaptar-se as regras que o novo código impõe às associações.

Diante das interferências do poder político no campo educacional e religioso, os agentes mantenedores de IESCC são impulsionados a lutar por sua manutenção e domínio no núcleo das IESCC. Nossa hipótese é que as regulações impostas pelo Código Civil às mantenedoras de IESCC foram o *estopim* para que estas começassem a alterar suas práticas no campo educacional durante toda a década de 2000.

4 ALTERAÇÕES NO NÚCLEO DAS IESCC E CONCILIAÇÃO DIPLOMÁTICA COM O PODER POLÍTICO

Vimos que no período em que Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) está à frente do poder executivo, vários são os instrumentos de manipulação, regulação e controle que interferem e alteram o campo educacional. Novos agentes com finalidades comerciais dominam o campo das IES privadas reduzindo os espaços de poder de instituições mais tradicionais do sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas.

Os agentes do núcleo das IESCC vivem momentos de tensão com a perda espaços no sub-campo para as instituições privadas particulares e desconsideração política de suas instituições mantenedoras como organizações religiosas.

Durante a década de 1990 os agentes das IESCC mantêm as mesmas práticas adotadas nas lutas por espaço de poder em estágios anteriores como: preservação das IES já constituídas; investimentos em instituições universitárias; associação com agentes de outros núcleos do campo educacional e maior aproximação do campo religioso.

O principal agente do campo religioso recomenda aos representantes das instituições pontifícias e católicas que *tanto quanto for possível e de acordo com os princípios e a doutrina católica, colaborem com os programas governamentais e com os projetos das organizações nacionais e internacionais em favor da justiça, do desenvolvimento e do progresso* (JOAO PAULO II, 1990).

Buscando adequar-se as novas transformações no campo, os agentes do núcleo das IESCC passam por períodos de desassossego durante a década de 1990. Mas, a partir dos dois últimos anos do governo de FHC, promovem alterações no sub-campo ampliando e variando os tipos acadêmicos de IESCC.

Neste capítulo, analisamos as práticas adotadas pelos agentes para manutenção e expansão das IESCC, no período de 2000 a 2010, demonstrando

aspectos da representação identitária construída a partir de embates e imposições dos poderes político e religioso.

No que se refere ao poder político, relacionamos alguns projetos implantados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com dados estatísticos apresentados por órgãos apresentados por essa fonte de poder sobre a expansão dos núcleos do campo educacional. 112

Destacamos, ainda, um acordo de cooperação internacional, conhecido como *Concordata*, entre os principais agentes do poder executivo e religioso como um exemplo de relação diplomática e conciliatória que reafirma as imposições do campo político para o núcleo das IESCC.

4.1. Governo Lula (2003-2010) e as políticas conciliatórias

A partir de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva⁵⁵ torna-se um dos principais agentes do poder político ao assumir o executivo. Legitimado por dois mandatos consecutivos, e com as mesmas prerrogativas do governo precedente nomeia, ao longo de oito anos, noventa e nove ministros para comporem os trinta e oito ministérios.

Para integrar o Ministério da Educação, um dos órgãos auxiliares do poder executivo, nomeou seu companheiro de filiação partidária, o advogado e político Tarso Fernando Herz Genro, que esteve à frente do referido ministério por dois anos.

Em 2005, com a saída de Tarso Genro para assumir a presidência do Partido dos Trabalhadores (PT), o chefe do poder executivo nomeou Fernando Haddad⁵⁶, advogado, mestre em economia, educador e pesquisador do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, que já atuava como “ um dos homens do presidente” no cargo de secretário executivo do Ministério de Educação.

Os novos agentes do poder executivo por meio de decretos presidenciais criam entre 2003 a 2010, novos instrumentos de regulação e controle

⁵⁵ Por ser um período muito recente na História do país, são poucas as investigações sobre o programa de reforma para a educação superior propostos na gestão de Lula o que dificultou realizar uma análise mais aprofundada sobre as propostas do poder executivo.

complementares a LDBEN que compõem o programa de reformas da educação superior. Ao todo, são aprovadas nove leis, uma medida provisória, uma instrução normativa, nove decretos, trinta e cinco resoluções, trinta e cinco portarias e pareceres.

113

Inicialmente, o programa de reformas é elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por dois representantes dos seguintes órgãos do poder executivo: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda. Tais agentes, ainda no primeiro ano de governo do presidente Lula, são encarregados de realizar um diagnóstico da educação superior e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior, ou seja, um plano voltado para o sub-campo das IES públicas.

Com o programa de privatização do governo precedente, as IES públicas diminuem seus espaços de poder no campo educacional das IES. Entre 1997 a 2000 são reduzidos trinta e cinco estabelecimentos de ensino (tabela 1). A partir daí, até 2002, apresentam um pequeno acréscimo de dezenove EES, sendo doze do núcleo das IES federais. Enquanto isso, durante todo o período de governo do presidente FHC o sub-campo das IES privadas é acrescido de 753 novos estabelecimentos (tabela 2). No último ano deste governo, as IES públicas totalizam 195 EES com 1.051.655 estudantes matriculados enquanto as IES privadas somam 1.442 estabelecimentos com 2.428.258 alunos matriculados.

Diante do diagnóstico do campo educacional das IES o GTI propõe um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente, às instituições públicas federais e uma reforma de ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes, educação à distância, autonomia universitária e financiamento (OTRANTO, 2006, p. 43).

Em 2005, o poder executivo aprova um programa que visa aumentar as matrículas nas universidades federais, oferecendo recursos para expansão de campi no interior do país. São assinados contratos de gestão explicitando as metas a serem cumpridas para obtenção dos recursos públicos. Em 2007 lança o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, a exemplo

⁵⁶ Fernando Haddad segue como Ministro da Educação no governo de Dilma Rousseff (2010 -?)

do primeiro, consiste na assinatura de contratos de gestão para o período de 2008 a 2012. Os contratos de gestão do REUNI estão previstos recursos para a contratação de professores e servidores técnico-administrativos, obras, equipamentos e outros recursos. Em contrapartida, as universidades devem criar novos cursos, especialmente, noturnos; elevar suas relações alunos por docentes para dezoito e a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% (AMARAL, 2009, p. 332). 114

Tais ações do poder executivo continuam a promover o aumento de estabelecimentos e de estudantes matriculados nas IES públicas. No período de 2003 a 2007, há um acréscimo de cinquenta e quatro estabelecimentos públicos, e aumento anual de matrículas. Em 2008, observamos nova redução de estabelecimentos, mas o mesmo não ocorre com as matrículas que continuam a crescer, atingindo um total de 1.273.965. Embora o governo do presidente Lula promova instrumentos específicos para a expansão do núcleo das IES públicas federais, também estimula crescimento do sub-campo das IES privadas que já somam 2.016 estabelecimentos com 3.806.091 alunos matriculados em cursos presenciais.

A Educação a Distância (EAD), referendada no art.80 da Lei 9.394/1996, para todos os níveis de ensino é introduzida no campo educacional a partir de 1996. No período inicial, as IES públicas são as primeiras a adotar essa modalidade. As práticas adotadas por estas IES tornam-se referência para a estruturação de decretos, resoluções e portarias emitidas durante o governo de FHC.

De 1996 a 2005 o número de instituições credenciadas para EAD e cursos de graduação a distancia crescem 350% e 310% respectivamente. Interessante notar que em 2004, segundo ano do governo do presidente Lula, a oferta de vagas em cursos de EAD está situada predominantemente no sub-campo das IES privadas. Em 2005, o poder executivo apresenta uma regulamentação geral aprovada pelo Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 que *engloba e sistematiza a maioria dos documentos legais emitidos durante o governo de FHC, com exceção da abertura à oferta de disciplinas semipresenciais ou a distancia nos cursos regulares presenciais já reconhecidos pelo MEC*. A partir daí, a EAD nas IES privadas se expande rapidamente mantendo-se dominante nesta modalidade de ensino (SEGENREICH, 2009, p. 206-207).

No mesmo ano, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e empresas estatais, o poder

executivo cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior por meio do uso da metodologia da educação à distância. A UAB é oficialmente instituída pelo Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006 e tem por objetivo expandir quantitativamente as vagas na rede pública de educação superior. 115

Se os programas de expansão das matrículas e, entre eles o REUNI, atendem somente o grupo de universidades do núcleo das IES públicas federais, a UAB vai mais além. Nesta os agentes do executivo incluem os grupos de Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFETs) e universidades dos três núcleos que integram o sub-campo das IES públicas viabilizando mecanismos para o fomento, implantação e execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Do total de 236 EES do sub-campo das IES públicas, oitenta e oito integram o sistema de UAB e, através dessa parceria, aumentam o número de estudantes matriculados em cursos EAD.

O governo Lula também promulga a Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentando o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% e 25% para estudantes de cursos de graduação ou seqüenciais de formação específica, em IES privadas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. As instituições que aderem ao programa são beneficiadas com a isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Destaca Carvalho,

É possível perceber que as instituições mais beneficiadas são aquelas com fins lucrativos, já que ficam isentas, a partir da adesão, de praticamente todos os tributos federais que recolham. As instituições sem fins lucrativos deixam de recolher a COFINS e o PIS. O impacto sobre a rentabilidade deve ser importante, uma vez que a isenção da COFINS estimula o aumento de matrículas e, conseqüentemente, o crescimento da receita operacional bruta, já que não há ônus tributário sobre o incremento na prestação de serviços. A isenção do PIS tem impacto muito reduzido sobre a folha salarial. As entidades filantrópicas apenas se beneficiam da isenção do PIS, cujo ônus fiscal é pouco representativo. (CARVALHO, 2006, p. 988)

Seguindo a lógica de Sguissardi (2006, p. 1033) as instituições privadas são duplamente favorecidas na medida em que *vendem* as vagas ociosas em troca de

verbas públicas e, conseqüentemente, com a isenção tributária. No caso das instituições comunitárias e confessionais, a isenção possibilita reinvestimentos em atividades educacionais. 116

Os programas implantados pelo governo Lula apresentam dois tipos de ações: como mantenedor das IES públicas federais e, representante do poder político que interfere no campo educacional por meio da violência simbólica.

No primeiro caso, atua no interior do campo como figura jurídica de direito público a quem se vinculam estrutural e legalmente os estabelecimentos de ensino superior. Sendo agentes representantes da federação administram e mantêm o núcleo das IES públicas federais. Nessa condição que observamos as ações praticadas pelo poder mantenedor quando tratamos do REUNI.

Além de mantenedor representa o poder do Estado cujo presidente constitui-se no principal agente do poder executivo nas funções de chefe de estado e de governo. Enquanto tal é imbuído de poder para atuar e interferir, através de instrumentos de regulação, nos diversos campos sociais e, entre eles, o educacional. Associando sua condição de mantenedor com o poder que lhe outorga a federação, o executivo integra-se aos demais mantenedores do sub-campo das IES públicas que, também atuam como representantes do poder político, para a criação da UAB. É através deste programa que estimula a expansão do sub-campo das IES públicas.

Se observarmos somente o sub-campo das IES públicas, verificamos que há crescimento no número total de estabelecimentos, especialmente, do núcleo das IES federais (tabela 2), ampliação de novos campi, aumento do número de vagas, cursos presenciais e no modelo EAD e de estudantes matriculados. Porém, ao compararmos com o sub-campo das IES privadas, tais ações do poder mantenedor das IES públicas parecem pouco alterar o campo educacional das IES.

Estimuladas pelo poder executivo desde 1995, as IES privadas apresentam maior número de estabelecimentos (tabela 2), estudantes matriculados em cursos presenciais e em EAD. Os programas estabelecidos durante a gestão do presidente Lula como o regulamento geral da EAD e o PROUNI corroboram na ampliação dos espaços de poder destas IES que adquirem superioridade quando confrontadas com o sub-campo das IES públicas.

Destaca Amaral (2009, p. 325), que o crescimento acelerado de novos estabelecimentos e cursos associados aos índices de inadimplência e vagas

excedentes provocam uma acirrada competição entre as IES que procuram todos os meios, manter estudantes que possam cumprir com pontualidade compromissos financeiros perante a instituição. Esse processo se dá, especialmente, entre as IES que integram o próprio sub-campo das IES privadas.

Seguindo a proposta do PDRAE de um Estado avaliador e regulador das ações sociais, o governo do presidente FHC implanta o Exame Nacional de Cursos (ENC – Provão) dispondo sobre a avaliação de instituições e cursos e subjugando a renovação de reconhecimento de cursos aos resultados do *provão* e da avaliação das condições de ensino.

O provão foi um mecanismo de regulação estatal com critérios relacionados ao mercado, com estabelecimento de *rankings* que estimulavam a concorrência entre as IES. Apesar das normas preverem punições nos casos dos resultados negativos no Provão, na prática não houve nenhum efeito punitivo, senão de divulgação midiática e publicitária em procedimentos de auto-regulação típicos do mercado (BARREYRO e ROTHEN, 2006, p. 959).

No governo do presidente Lula, o *provão* e demais instrumentos avaliativos vigentes são extintos e, em seu lugar, é criado pela Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com objetivo de conduzir o processo de avaliação da educação superior. Esse sistema consiste na avaliação das IES, dos cursos por elas oferecidos e do desempenho dos estudantes. Apresenta vários instrumentos complementares como auto-avaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Através do SINAES, o poder executivo constata se as instituições devem ser credenciadas e reconhecidas e seus cursos autorizados ou não.

O sistema de avaliação adotado, nas última três décadas, para o campo educacional das IES é representativo do papel do Estado de regulador e coordenador das ações sociais e, entre elas, as educativas. Mesmo que, durante o governo do presidente Lula haja ações que favoreçam as instituições públicas e, especialmente, o núcleo no qual atua como mantenedor, os instrumentos legais promulgados neste período também continuam favorecendo o sub-campo das IES privadas como e a competição no campo educacional. Comparando os sistemas de avaliação promulgados durante as gestões dos governos FHC e Lula, Amaral destaca que,

A implantação do Exame Nacional de Cursos (ENC), o *prové* 9.131/1995), a sua extinção e a criação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE (Lei 10.861/2004) e a divulgação pelo MEC do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC) em 2008 propiciam o *ranqueamento* das IES e passaram a ser instrumentos avaliativos que acirraram ainda mais a competição entre as instituições privadas (AMARAL, 2009, p. 325).

Como vimos, o sub-campo das IES privadas pode ser fracionado em dois grandes núcleos: IES particulares e comunitárias-confessionais-filantrópicas. Por quase três décadas o núcleo das IES particulares vem se expandindo e ocupando espaços que, até então, eram dominados pelas IES comunitárias, confessionais e filantrópicas.

No campo de lutas as principais estratégias dos agentes das IES particulares consistem na abertura de novos estabelecimentos. Em geral, são instituições de pequeno porte (faculdades) com cursos de baixo custo e alto retorno financeiro. Por exigirem menores investimentos, os agentes tentam tornar suas instituições atrativas através de uma das regras básicas na competição mercadológica: baixas mensalidades. Embora cada estabelecimento não chegue a concentrar grande número de estudantes matriculados, é na quantidade que o núcleo das IES particulares tem procurado aumentar seus espaços de poder no campo educacional. A expansão do núcleo das IES particulares no sub-campo das IES privadas afeta o núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas que, mesmo com maior capital simbólico, perde espaços adquiridos ao longo dos estágios do campo educacional.

Os agentes do núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas vivem momentos de tensão. Suas estratégias iniciais consistem na tentativa de manter-se no campo e na alteração do *status* de algumas de suas faculdades para centros universitários. A partir de 2003, início do governo do presidente Lula, os agentes voltam a investir em universidades e faculdades.

Com maior número de estabelecimentos universitários (universidades e centros universitários) que o núcleo das IES particulares e estudantes matriculados, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas apresentam número superior de estabelecimentos na lista publicada pelo poder executivo sobre trinta primeiras IES do País (tabelas 3 e 4). Esses dados demonstram que o núcleo das IES

comunitárias-confessionais-filantrópicas, mesmo tendo perdas de espaços de adquirido, ainda é dominante no sub-campo das IES privadas.

Do núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas, interessa-nos analisar como as IESCC se posicionam frente às novas alterações no campo bem como explicitam sua representação identitária a partir das imposições tanto do poder político quanto religioso.

4.2. Expansão do núcleo das IESCC⁵⁷

Nos primeiros anos do governo do presidente FHC, são publicados o número total de estabelecimentos considerando, apenas dois sub-campos educacional: públicos e privados (a que denominam de particulares), não evidenciando o núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas (tabela 1). Os dados somente aparecem em 1999 identificando que estas sofrem redução do total de estabelecimentos até o ano de 2001 (tabela 2). No entanto, através do grupo das IESCC coletadas para esta investigação, observamos que seus agentes, pouco investiram em novos EES no período de 1995 a 2001 (tabela 5).

A partir de fins da década de 1990 o poder executivo, por decreto presidencial, visando à expansão do campo educacional, diversifica os tipos acadêmicos de instituições e cria a figura dos Centros Universitários, “universidades de ensino” que competem diretamente com as universidades.

As IESCC apresentam comportamento similar ao sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas a que estão inseridas. Por um lado, alteram o *status* de suas antigas faculdades, aumentando o número de instituições universitárias e, por outro se unem aos demais núcleos do campo em que predominam as universidades na luta contra as vantagens proporcionadas aos centros universitários.

Tentando a conciliação deste embate, durante o governo do presidente Lula é instituído, por meio de decreto nº. 5.786 de 24 de maio de 2006, novos critérios para

⁵⁷ Utilizamos o termo expansão para tratar do aumento no número total dos tipos acadêmicos de IESCC, pois não temos dados referentes ao total de estudantes matriculados nestas IES.

a manutenção dos centros universitários no campo educacional. Segue sendo instituição universitária voltada para o ensino, mas com critérios similares às universidades que tange a manter um quinto do corpo docente em regime de tempo integral e um terço, ao menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Desde 1995 até 2007 as IES privadas particulares aumentam, anualmente, o número total de estabelecimentos. O mesmo não ocorre com o núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas cujos agentes investem em novos EES somente a partir de 2002, último ano de governo do presidente FHC.

Até 2001, as IESCC mantêm o mesmo padrão de investimentos em EES das décadas precedentes. Os agentes alteram suas estratégias no período de 2001 a 2010, investindo em novos estabelecimentos. Entre as noventa e cinco IESCC investigadas, constatamos ser este período de maior investimento em estabelecimentos de ensino da história do núcleo das IESCC;

Na tabela 7 apresentamos o total de IES de Confessionalidade Católica associadas ABMES; ABRUC; ANAMEC, por organização administrativa o período de administração de governo do presidente Lula (2003 a 2010).

TABELA 7: Número total de IESCC por organização administrativa – período de 2003 a 2010

ANO	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DE CONFESSIONALIDADE CATÓLICA		
	TOTAL	ARQUIDIOCESES E DIOCESES	ORDENS E CONGREGAÇÕES CATÓLICAS
2002	65	15	50
2003	71	17	54
2004	82	20	62
2005	87	22	65
2006	87	22	65
2007	88	23	65
2008	92	25	67
2009	94	26	68
2010	95	26	69

Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES, ABRUC, ANAMEC, MEC-E-MEC

Relacionando as tabelas 5 e 7, observamos que entre 2001 a 2010 são autorizados e reconhecidos pelo MEC quarenta e um EES do núcleo das IESCC. As Arquidioceses e Dioceses investem em quatorze enquanto que as Ordens e

Congregações em vinte e sete EES, tornando-se as principais responsáveis pela expansão do sub-campo das IESCC.

Os períodos de maiores investimentos concentram-se nos anos de 2002 a 2004, época caracterizada pela transição de governo. Entre 2006 e 2007 mantêm o mesmo número total de estabelecimentos de 2004 e, no período de 2008 a 2010 voltam a apresentar a mesma regularidade de investimentos em EES das décadas precedentes (tabela 6).

4.2.1. As universidades Pontifícias e sua regulação pelo poder religioso

Vimos que IES privadas particulares aumentam, significativamente, o total de estabelecimentos tendo por *carro-chefe* o modelo acadêmico tradicional de IES, as faculdades. Mas no que tange a instituições universitárias, preferem investir nos centros universitários em detrimento das universidades.

Entre as IES comunitárias-confessionais-filantrópicas os investimentos se equilibram entre universidades, centros universitários e faculdades. No entanto, o núcleo das IESCC altera seu perfil de atuação apostando na diversidade tipológica ao solicitarem autorização e reconhecimento ao poder executivo de centros universitários, escola e institutos superiores e, especialmente de faculdades.

Na Tabela 8 destacamos, por décadas, os tipos acadêmicos divididos em universidades, centros universitários, faculdades, escolas e institutos superiores. No interior de cada um destes tipos acadêmicos apresentamos sua natureza religiosa identificando as Pontifícias (P), Católicas (C) e *Católicas de fato, mas não de direito* (CF).

TABELA 8: Número total de IES CCpor organização acadêmica e religiosa – décadas de 1940 a 2000

DECADAS	UNIVERSIDADE			CENTRO UNIVERSITÁRIO			FACULDADE			ESCOLA SUPERIOR			INSTITUTO SUPERIOR		
	P	C	CF	P	C	CF	P	C	CF	P	C	CF	P	C	CF
1940-1950*	04	01		-	-	01	-	-	02	-	-	-	-	-	-
1951-1960	03	01		-	01	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1961-1970	-	03	01	-	-	02	-	-	02	-	-	-	-	-	-
1971-1980	-	01		-	-	04	-	-	02	-	-	-	-	-	-
1981-1990	-	01	02	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
1991-2000	-	-	01	-	-	-	-	02	06	-	-	-	-	-	-
2001-2010	-	-		-	-	-	-	10	27	-	-	03	-	-	10
TOTAL	07	07	04	-	01	11	-	12	40	-	-	03	-	-	10

Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES; ABRUC; ANAMEC; MEC/E-MEC

O núcleo das IESCC totaliza dezoito universidades, doze centros universitários, cinquenta e duas faculdades, três escolas e dez institutos superiores. Destas sete são instituições pontifícias, vinte e três católicas e sessenta e cinco católicas de fato, mas não de direito.

De 1941 a 2000 predominam no núcleo das IESCC, as universidades e faculdades. As sete universidades pontifícias são reconhecidas pelo poder público durante as décadas de 1940 e 1950⁵⁸.

A autorização para uma instituição tornar-se de direito *Pontifício* não ocorre, necessariamente, no momento em que estas são criadas ou reconhecidas pelo poder público. Depende da solicitação dos agentes mantenedores à Congregação para a Educação Católica do Vaticano, que através de processo avaliativo promove ou não a IES ao *status* de pontifícia.

As sete universidades são elevadas a condição de Pontifícias nas seguintes décadas: 1940 (duas); 1950 (duas); 1980 (duas) e 2000 (uma).

Durante o período de governo do presidente FHC (1995-2002), as instituições pontifícias se vêm ameaçadas tanto pelo aumento da concorrência no campo educacional com a expansão dos centros universitários quanto na sua representação identitária uma vez que suas mantenedoras, instituições religiosas, são questionadas pelo poder político através do Código Civil de 2002.

⁵⁸ Na tabela 8 incluímos duas IESCC que foram reconhecidas pelo poder público no ano de 1940 como correspondentes a década de 1941-1950.

Para melhor compreendermos esse embate com o poder público, cabe analisarmos como se estruturam as universidades *pontifícias*, através de seu principal instrumento regulador: a Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*.

Tal instrumento, promulgado pelo poder religioso central trata da natureza e finalidades das *pontifícias* e normatiza a organização administrativa e acadêmica com detalhamentos que vão desde a organização curricular até a infra-estrutura das instituições de ensino.

Institui que estas universidades devem cultivar e ensinar à doutrina sagrada e as ciências que com ela estão correlacionadas, com direito de conferir graus acadêmicos por autoridade da Santa Sé. Razão e fé são os conceitos que definem a natureza das IES eclesiásticas e que são esclarecidas no art. 3º. Ao tratar das finalidades desses estabelecimentos, destaca que devem,

a) cultivar e promover, mediante a investigação científica, as próprias disciplinas, e em primeiro lugar aprofundar o conhecimento da Revelação cristã e das matérias que com esta têm conexão, explanar sistematicamente as verdades que nela se contêm, considerar os novos problemas do nosso tempo à luz da mesma, e apresentá-la ao homem contemporâneo de forma adequada às diversas culturas; b) formar os alunos, a nível superior de alta qualificação, nas próprias disciplinas segundo a doutrina católica, e prepará-los convenientemente para afrontarem os seus encargos; e ainda, promover a formação continuada, ou permanente, dos ministros da Igreja; c) colaborar dedicadamente com a Igreja, quer a nível das Igrejas particulares quer a nível da Igreja universal, em toda a obra da evangelização, segundo a própria natureza e em estreita comunhão com a Hierarquia (JOÃO PAULO II, 1979, art. 3).

As instituições Pontifícias são representadas pelo poder religioso como comunidades dinâmicas promovedoras do diálogo entre fé e a razão. É nesse diálogo que se constrói uma identidade única e verdadeira baseada na virtude e no desenvolvimento integral da pessoa humana.

Como vimos, com o Novo Código Civil as mantenedoras e respectivas instituições deixam de serem consideradas organizações religiosas e como tal devem adequar-se as imposições do poder político. O código civil também estabelece regras para eleição dos membros da diretoria e exclusão de seus membros enquanto o código religioso impõe para as instituições *Pontifícias* normas de organização as autoridades acadêmicas com base na hierarquia religiosa.

A Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* define que as autoridades acadêmicas podem ser pessoais (reitor, diretor, decano) ou colegiais (órgãos

diretivos ou Conselhos das faculdades ou universidade). O Reitor e Diretor são nomeados, ou confirmados, pela Congregação para a Educação Católica e os demais designados entre as *pessoas peritas a vida da universidade* e entre o corpo docente. Entre as autoridades inclui-se o grão-chanceler (Bispo diocesanos) que atua como representante da Santa Sé junto à universidade e das instituições junto à mesma Santa Sé.

Duas representações antagônicas que interferem nas regras gerais do sub-campo das IESCC no qual se integram o grupo de instituições Pontifícias.

Como estratégia de luta, os agentes do sub-campo e, especialmente, mantenedores e gestores destas instituições se aproximam do poder religioso central solicitando sua intervenção no campo político. Esse embate irá resultar no acordo de cooperação internacional, conhecido como, *Concordata* entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Papa Bento XVI, como veremos ainda neste capítulo.

4.2.2. Os novos tipos de instituições católicas

Além as instituições Pontifícias, até a década de 1980 são criadas as universidades católicas. A *marca católica* também inclui uma faculdade fundada década de 1950 e transformada em centro universitário católico em 2005 e dez faculdades, criadas na década de 2000 (tabela 8)

Diferentemente das Pontifícias, as instituições católicas podem ser instituídas pela Santa Sé, por uma Conferência Episcopal ou outra Assembléia da Hierarquia Católica ou por um Bispo diocesano.

Com o consentimento do Bispo diocesano uma instituição católica pode também ser criada por um Instituto Religioso ou por outra pessoa jurídica pública do campo religioso, assim entendida conforme os cânones do Código de Direito Canônico. Ainda pode ser fundada por outras pessoas eclesíásticas ou leigas com o consentimento de autoridade eclesíástica competente.

As universidades, centros universitários e faculdades católicas também estão reguladas pelo poder religioso por meio da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (15/08/1990), um documento mais sintético do que a *Sapientia Christiana*,

composto de duas partes: Identidade e missão da universidade católica e normas gerais

De acordo com a *Ex Corde Ecclesiae*, a universidade (centro universitário e faculdade) é uma comunidade acadêmica que contribui para o desenvolvimento da investigação, ensino e extensão e, enquanto católica deve se caracterizar pelo diálogo entre fé e razão, fidelidade à mensagem cristã tal como é apresentada pela Igreja e *empenho institucional ao serviço do povo de Deus e da família humana* (JOÃO PAULO II, 1990, Art. 13).

Em *Ex Corde Ecclesiae*, o diálogo com as culturas a luz da fé adquire maior significado, pois para a Igreja é conhecendo e investigando a diversidade cultural contemporânea que se pode evangelizá-la.

A Universidade Católica deve tornar-se cada vez mais atenta às culturas do mundo de hoje, bem como também às várias tradições culturais existentes dentro da Igreja, de maneira a promover um contínuo e proveitoso diálogo entre o Evangelho e a sociedade de hoje. Entre os critérios, que distinguem o valor de uma cultura, vem em primeiro lugar o sentido da pessoa humana, a sua liberdade, a sua dignidade, o seu sentido de responsabilidade e a sua abertura ao transcendente. Com respeito à pessoa humana está ligado o valor eminente da família, célula primária de toda a cultura humana (JOÃO PAULO II, 1990, art. 45).

A evangelização cultural como missão da Instituição Católica, deve ocorrer no interior da comunidade acadêmica, na formação dos estudantes, por meio da pastoral universitária e, portanto, deve formar e preparar religiosos para integrarem a comunidade acadêmica e no interior dela auxiliarem na evangelização.

O aumento de instituições católicas, associada à elevação da Universidade Católica de Goiás a condição de direito Pontifício e reconhecimento da PUC-MINAS como maior universidade católica do mundo⁵⁹ mostra que os agentes das IESCC estão mais próximos do poder religioso central bem como através deste domínio buscam expandir a rede de instituições demarcando sua condição de instituições religiosas.

Consideramos esta uma das estratégias para enfrentar tanto a expansão das IES privadas com fins comerciais no campo educacional como as imposições do poder político que interferem na condição religiosa destas instituições.

4.2.3. Práticas e estratégias das IES *Católicas de fato, mas não de direito*

Embora haja aumento significativo de instituições com a *marca católica* observamos que a maioria dos estabelecimentos são *Católicos de fato, mas não de direito*. Do total de noventa e cinco estabelecimentos investigados, sessenta e oito são desta natureza.

Na última década, Ordens e Congregações a exemplo dos maristas, lassalistas, salesianos, claretianos, franciscanos e camilianos tem buscado fortalecer suas microrregiões formando redes institucionais no interior do sub-campo e fora dele, em nível nacional e internacional.

Há vários tipos de redes institucionais:

- Redes entre escolas de educação básica e ensino superior;
- Redes somente de escolas de educação básica ou de IES;
- Redes que incluem escolas, IES e atividades assistenciais;
- Redes que integram mais de uma Inspeção ou Província da mesma Ordem ou Congregação;
- Redes interinstitucionais que incluem mais de uma Ordem ou Congregação.

Através das redes educacionais e institucionais as IESCC têm aumentado o número de parcerias e convênios outros núcleos do campo educacional ou mesmo com outros campos sociais nacionais e internacionais.

Tornar as IES mais competitivas no campo educacional faz parte dos discursos midiáticos e empresariais e expandir a fé, do religioso.

Afirmando que os recursos econômicos das instituições católicas são limitados, o principal agente do campo religioso, recomenda a cooperação e colaboração interinstitucional tanto entre as universidades católicas e eclesiais quanto com as demais IES (públicas, privadas), em nível regional, nacional e internacional. Nos acordos de cooperação destaca o papel das associações nacionais e internacionais das universidades católicas e de modo especial da

⁵⁹ Dado obtido no site de CNBB. PUC-MINAS é considerada a maior faculdade do mundo. 23 ago.2010. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/imprensa/noticias/4474-puc-minas-e-considerada-a-maior-universidade-catolica-do-mundo> Acesso em 15 jan. 2011.

Federação Internacional das Universidades Católica (FIUC)⁶⁰, constituída pela Santa Sé (JOAO PAULO II, 1990).

De acordo com a Santa Sé essas são formas de desenvolver projetos e atividades diversificando as fontes de financiamento e contribuindo para a expansão da cultura católica.

Para identificar as instituições como pertencentes a uma mesma rede as IESCC têm alterado o nome de seus estabelecimentos utilizando uma única *marca*.

As instituições que integram a rede de uma mesma Ordem ou Congregação, em geral, incluem o nome do fundador em todas. Identificamos alguns exemplos da ênfase na *marca* religiosa:

- Rede *La Salle*, dos Irmãos lassalistas: As IES apresentam a denominação *La Salle* referindo-se ao fundador João Batista de La Salle;
 - Rede Salesiana, dos padres salesianos: As IES apresentam a denominação *Salesiana ou Dom Bosco*, referindo-se ao fundador Francisco de Sales, popularmente conhecido como Dom Bosco;
 - Rede Claretiana, dos missionários claretianos: As IES apresentam a denominação *claretiano* referindo-se ao fundador Antônio Maria Claret.
- (Apêndice B)

Outras instituições que ainda não adotaram a formação em redes também identificam no nome referências religiosas associadas aos fundadores ou a Papas, Cardeais, Bispos etc. Por exemplo: Faculdade de Filosofia *Santa Dorotéia*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Santa Marcelina*, Faculdade de Teologia *Cardeal Eugênio Sales* (Apêndice B).

Na década de 2000 os agentes das IESCC investiram em outros tipos acadêmicos de instituições como Escolas e Institutos Superiores.

Os Institutos Superiores de Educação visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica, podendo oferecer os seguintes cursos e programas: curso Normal Superior para licenciatura de profissionais para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental; curso de licenciatura para a formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; programas de formação continuada para atualização de profissionais da educação básica, nos diversos níveis; programas especiais de formação pedagógica, para graduados em outras áreas que desejem ensinar em áreas específicas das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio; e pós-graduação de

⁶⁰ A FIUC foi criada em 1924 por iniciativa de alguns reitores, e reconhecida 25 anos depois pela Santa Sé.

caráter profissional para a educação básica. Os Institutos Superiores de Educação poderão ser organizados como unidades acadêmicas de IES já credenciadas, devendo, neste caso, definir planos de desenvolvimento acadêmico (LDBEN/96 e Parecer CP nº 53/99)

Do grupo das IESCC, são autorizados pelo poder público, três escolas e dez institutos superiores. Destes, apenas dois institutos superiores são mantidos por Arquidioceses e Dioceses. Os demais integram o grupo das Ordens e Congregações Católicas (Apêndice B)

Das três escolas superiores, duas são de teologia e uma de gestão comercial e marketing (apêndice B). No que se referem aos institutos, cinco concentram-se na área de ciências humanas e cinco atendem a mais de uma área do conhecimento (apêndice C).

Analisando os sites das escolas, institutos superiores e até mesmo de algumas faculdades (Ex: Faculdade São Bento da Bahia e do Rio de Janeiro), observamos no histórico institucional e na missão educativa que, alguns destes estabelecimentos em sua origem, são escolas formadoras de agentes do campo religioso. Na década de 2000 incluíram grupos de outros campos sociais necessitando, então, autorização do poder civil.

A figura 9 mostra a missão educacional do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG), como um exemplo de instituição que começa a integrar outros grupos dos campos sociais.

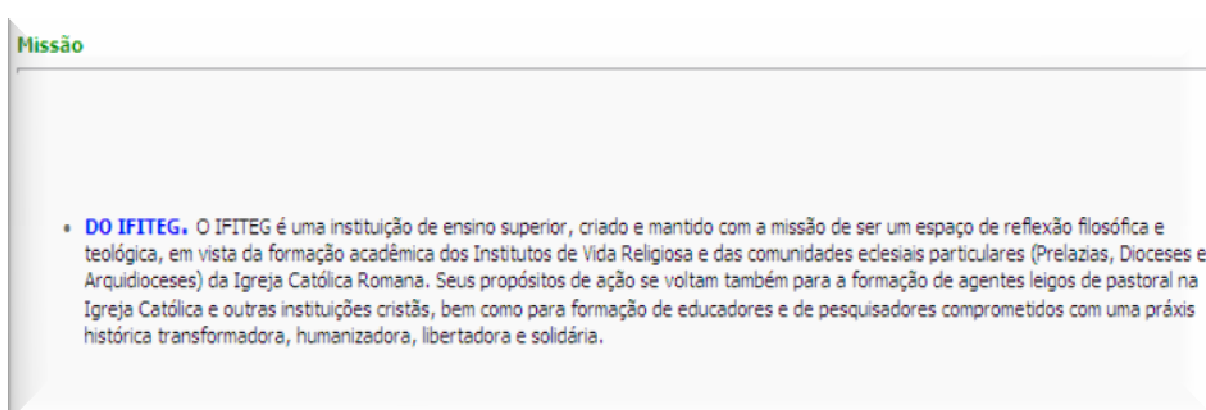


FIGURA 9 - Missão do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG)

Fonte: site institucional da IFITEG

O IFITEG explicita seu público-alvo: Institutos de vida religiosa e comunidades eclesiais particulares da Igreja Católica. A seguir inclui agentes *leigos* de pastoral de instituições cristãs, educadores e pesquisadores. Embora ainda defina que são

agentes com algum vínculo ao campo religioso ao introduzir os termos “leigo, educadores e pesquisadores” interessados na vida cristã diversifica o público que, até então era especificamente do campo religioso. O credenciamento também tem por objetivo oficializar e legalizar os cursos e, conseqüentemente a formação do público-alvo, seja ele do campo religioso ou não.

Essa parece ser uma estratégia dos agentes das IESCC que, para superar a crise institucional e do núcleo, se utilizam de espaços até então eram destinados, exclusivamente, para formação de agentes do campo religioso.

4.2.4. Cursos presenciais de graduação por área de conhecimento

Desde a década de 1990, os agentes das IES privadas particulares têm investido em cursos de baixo custo e alto retorno financeiro. A preferência tem sido pelos cursos da área de Ciências Sociais e Aplicadas. Com a expansão do núcleo, tais cursos têm ocupado os espaços que até então eram de domínio da área de Ciências Humanas.

Em geral, IESCC de maior capital simbólico se inseriram no campo educacional com cursos nas áreas de ciências humanas uma vez que esta área fundamenta seu próprio *habitus* religioso institucional favorecendo no diálogo entre a fé e razão.

Na década de 2000 os agentes do núcleo das IESCC solicitaram autorização do poder público para abertura de cinquenta IES. Diferentemente das décadas anteriores, todos os estabelecimentos são instituições não universitárias, ou seja, faculdades, escolas e institutos superiores (tabela 8). Entre os cinquenta estabelecimentos, quatorze (doze faculdades e dois institutos superiores) é mantido por Arquidioceses e Dioceses e trinta e seis (vinte e cinco faculdades, três escolas e oito institutos superiores) por Ordens e Congregações Católicas (tabela 6).

Será que os cursos presenciais de graduação ofertados nas novas IESCC continuam a ser predominantemente da área de ciências humanas?

Analisamos os sites de cada uma das IESCC autorizadas pelo poder público durante a década de 2000 identificando os cursos presenciais de graduação oferecidos por tais estabelecimentos. Utilizando-nos das áreas de conhecimento

reconhecidas pelo CNPq elaboramos uma lista registrando o nome estabelecimento, diferenciando-as em escolas, faculdades e institutos superiores, e o total de cursos de cada IESCC por área de conhecimento (Apêndice C). Com estes dados, elaboramos o quadro 1 que mostra o total de cursos presenciais de graduação por área de conhecimentos ofertados pelas faculdades, escolas e institutos superiores autorizadas pelo poder público no período de 2001 a 2010.

QUADRO 1: Total de cursos presenciais de graduação ofertados em faculdades, escolas e institutos superiores, por área de conhecimento – 2001-2010

ÁREA DE CONHECIMENTO	TOTAL DE CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO			
	ESCOLAS SUPERIORES	FACULDADES	INSTITUTOS SUPERIORES	TOTAL
Ciências Exatas e da Terra	-	07	03	10
Ciências Biológicas	-	-	-	00
Engenharia	-	10	04	14
Ciências da Saúde	-	11	09	20
Ciências Agrárias	-	02	-	02
Ciências Sociais Aplicadas	01	48	11	60
Ciências Humanas	02	47	14	63
Linguística, Letras e Artes	-	-	-	00
Multidisciplinar (tecnólogos)	-	22	02	24
TOTAL	03	147	43	193

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos dos sites institucionais das IESCC e MEC

Os cinquenta novos estabelecimentos oferecem 193 cursos presenciais de graduação. Destes, sessenta e três são da área de ciências humanas, sessenta de ciências sociais e aplicadas, vinte e quatro tecnólogos de área multidisciplinar, vinte das ciências da saúde, quatorze da engenharia e dez das ciências exatas e da terra.

Os cursos na área de Ciências Humanas, mesmo em maior número, parecem estar perdendo espaços tanto no sub-campo das IES privadas quanto no núcleo das IESCC para cursos na área de Ciências Sociais e Aplicadas que, aumentaram significativamente na última década.

Das cinquenta IESCC, vinte e duas iniciam suas atividades no campo educacional com cursos voltados exclusivamente para a área de Ciências Humanas enquanto quatorze não apresenta nenhum curso nesta área (Apêndice C).

Através das áreas de conhecimentos predominantes no núcleo das IESCC, identificamos dois grupos cujos pontos de vistas parecem divergir.

O primeiro é oriundo de um grupo dos agentes que continua a investir em cursos da área de Ciências Humanas mantendo estratégias similares aos agentes de IESCC de décadas precedentes. Os principais cursos oferecidos nestas instituições são Filosofia e Teologia, ou seja, cursos que subsidiam o *diálogo entre fé e razão* como propõe o poder religioso central.

Supomos que tal grupo, ao enfatizar a área de Ciências Humanas, especialmente, com os cursos de filosofia e teologia tem por finalidade preparar novos agentes para o sub-campo das IESCC. Mesmo não sendo pessoas de vida consagrada, os novos agentes podem auxiliar na manutenção do núcleo porque conhecem as regras do jogo.

Como vimos, algumas destas instituições eram antigas escolas preparatórias de agentes para o campo religioso. Nas últimas décadas o tal campo o tem perdido espaços de poder devido ao número reduzido de agentes que almejam tornarem-se pessoas de vida consagrada. Nesse sentido, a inserção destas antigas escolas no campo educacional possibilita também a ocupação de espaços e vagas excedentes auxiliando na manutenção das instituições.

O segundo o grupo de agentes tem deixado de investir em cursos da área de Ciências Humanas. A maioria deles mantém cursos da área de Ciências Sociais e Aplicadas, em especial, Administração, Ciências Contábeis, Direito, etc.

Nota-se que no campo de lutas, grupos do núcleo das IESCC têm sofrido influência do sub-campo das IES privadas particulares cuja expansão no campo educacional ocorreu devido à inclusão de instituições de pequeno porte voltadas para essa área de ensino.

Assim, alguns agentes das IESCC parecem acreditar que para manter e expandir-se no campo devem adotar métodos similares ao do núcleo concorrente, nem que para isso tenham que destituir-se do princípio original de inserção no campo, ou seja, a *formação integral da pessoa humana* e o diálogo *constante entre fé e razão* que, nas décadas precedentes, era representado e discutido nestas IESCC pelos cursos da área de ciências humanas.

Além da área de ciências humanas, as IESCC com maior capital simbólico tinham por regularidade a abertura de cursos presenciais de graduação voltados para as áreas de saúde e lingüística, letras e artes. Entre as IESCC autorizadas na década de 2000, verificamos que do total de 193 cursos de graduação, vinte são da área de saúde e nenhum da área de lingüística, letras e artes.

Em geral, os cursos da área de saúde exigem altos investimentos com infraestrutura (laboratórios, em especial) quando comparado aos demais. Mesmo nesta área há alterações no núcleo que tem optado, predominantemente, pelos cursos de educação física, psicologia e enfermagem em detrimento da medicina. Estes, por sua vez, são os que exigem menor investimento.

Por outro lado, os agentes do núcleo das IESCC têm optado pelos cursos multidisciplinares e, em especial, os tecnólogos que já totalizam vinte e quatro cursos e são, portanto, a terceira área mais enfatizada neste sub-campo. Isso reforça nossa suposição de que os agentes das IESCC têm procurado se manter e expandir no campo através de instituições e cursos que exijam poucos investimentos, mas altos retornos.

Outra alteração no núcleo das IESCC é que nenhum dos novos estabelecimentos oferece cursos nas áreas de ciências biológicas e lingüística, letras e artes. Em seu lugar optam pelos cursos na área de engenharia, multidisciplinares e ciências exatas e da terra. Além disso, a maioria das escolas, faculdades e institutos analisados, tem preferido incluir cursos de idiomas em detrimento de um curso superior na área.

As áreas de ciências biológicas e lingüística, letras e artes juntamente com ciências humanas, em décadas precedentes, dominavam no campo, especialmente através dos cursos de licenciatura. Neste momento, as novas IESCC têm optado pelos cursos de bacharelado em detrimento da licenciatura, mesmo que muitas de suas instituições mantenedoras tenham por origem a formação de professores para a educação básica. Neste caso, podemos concluir que as licenciaturas de perdido seus espaços de poder no campo educacional para os cursos de bacharelado.

Sobre as áreas de conhecimento dos cursos presenciais de graduação, podemos observar diferenças entre os grupos de IESCC mantidos por Arquidioceses/Dioceses e Ordens Congregações Católicas?

Vimos que na década de 2000 foi autorizado quatorze IESCC (doze faculdades e dois institutos superiores) mantidas por Arquidioceses/Dioceses e trinta e seis (vinte e cinco faculdades, três escolas e oito institutos superiores) por Ordens e Congregações Católicas (tabela 6 e Apêndice C).

O quadro 2 mostra o total de cursos presenciais de graduação por área de conhecimento, oferecidos em IESCC mantidas por Arquidioceses/Dioceses e Ordens e Congregações Católicas.

QUADRO 2: Total de cursos presenciais de graduação por área de conhecimento, oferecidos em IESCC mantidas por Arquidioceses/Dioceses e Ordens e Congregações Católicas.

ÁREA DE CONHECIMENTO	TOTAL DE CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO	
	ARQUIDIOCESES E DIOCESES	ORDENS E CONGREGAÇÕES CATÓLICAS
Ciências Exatas e da Terra	01	09
Ciências Biológicas		
Engenharia	02	12
Ciências da Saúde	07	13
Ciências Agrárias		02
Ciências Sociais Aplicadas	10	50
Ciências Humanas	25	38
Linguística, Letras e Artes		
Multidisciplinar (tecnologia)	02	22
TOTAL	47	146

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos dos sites institucionais das IESCC e MEC

Os agentes das IESCC mantidas por Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas investem na expansão do núcleo a partir da década de 2000. Diferentemente dos estágios anteriores, adotam como estratégia comum a criação de faculdades, escolas e institutos superiores. Através destas instituições não universitárias e de pequeno porte diversificam os tipos de IESCC

As Arquidioceses e Dioceses inserem no núcleo das IESCC quatorze novos estabelecimentos com quarenta e sete cursos presenciais de graduação. Nestes vinte e cinco são de Ciências Humanas, dez de Ciências Sociais e Aplicadas, sete da Saúde, dois da Engenharia, dois multidisciplinares e um das Ciências Exatas e da Terra. Neste grupo ainda dominam os cursos da área de Ciências Humanas, em especial, Teologia e Filosofia. Em menor número incluem os cursos de Ciências Sociais e Aplicadas e com pequena diferença deste, os cursos na área da Saúde.

Através destes dados podemos observar que os representantes do poder religioso central seguem mantendo regularidades em seus pontos de vista sobre a educação superior assim como o controle das IESCC por eles mantidas.

As Ordens e Congregações inserem trinta e seis novos estabelecimentos compostos por 146 cursos presenciais de graduação. Destes cinquenta são da área de Ciências Sociais e Aplicadas, trinta e oito de Ciências Humanas, vinte e dois Multidisciplinares (Tecnologia), treze da Saúde, doze da Engenharia, nove de Ciências Exatas e da Terra e dois em Ciências Agrárias.

Diferentemente das IESCC mantidas por Arquidioceses e Dioceses, a área de Ciências Humanas tem perdido espaços para os cursos de Ciências Sociais e Aplicadas que dominam no grupo das IESCC mantidas por Ordens e Congregações Católicas. Cresce também os cursos multidisciplinares (tecnologia) e engenharia enquanto a área da saúde, também parece perder seus espaços. Ou seja, cursos de áreas mais tradicionais estão dando lugar a outros cursos considerados como de maior retorno financeiro.

Analisando o núcleo das IESCC, como um todo, observamos que seus agentes continuam investindo na área de Ciências Humanas, especialmente, nos cursos de Filosofia e Teologia, atentas aos propósitos religiosos do diálogo entre razão e fé, promovendo a missão evangelizadora com ênfase no grupo das IESCC mantidas por Arquidioceses e Dioceses. Mas também ampliam os espaços na área de Ciências Sociais e Multidisciplinar (Tecnologia), a exemplo das IESCC mantidas por Ordens e Congregações Católicas, cujos cursos estão mais voltados para o *mercado educacional*. No campo de lutas, influenciados pelos pontos de vista dos agentes das IES particulares, parecem acreditar que tais áreas são mais competitivas e auxiliam na manutenção e expansão do núcleo das IESCC.

Desta forma, as novas práticas dos agentes das IESCC e, especialmente das mantidas por Ordens e Congregações Católicas tem provocado alterações no núcleo das IESCC.

4.2.5 Novos agentes no núcleo das IESCC

As Ordens e Congregações Católicas se estruturam por meio de Institutos de Vida Consagrada devendo seguir os preceitos de seus fundadores. Em termos quantitativos, mantém o monopólio do núcleo das IESCC, sendo os franciscanos e salesianos os que administram em maior número de estabelecimentos.

Em geral, iniciam suas atividades no campo educacional brasileiro através de escolas da educação básica. Uma vez consolidada sua *marca* no campo, suas práticas se voltam, também, para a criação de EES. Essa costuma ser uma estratégia regular desde os anos 1940.

Porém, na década de 2000, novos agentes de Ordens e Congregações se integram ao sub-campo das IESCC. Entre eles, destacamos a Congregação Pequena Obra da Divina Providencia (Orionitas) que, em 2005, solicitam autorização do poder público para inserir no campo educacional a Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), primeira IES da Congregação no mundo

A diferença das demais Ordens e Congregações dedicadas à missão educativa como compromisso de seu fundador, os orionitas são uma Congregação voltada a pregar a caridade e o Evangelho. Na década de 2000 inserem-se no campo educativo oferecendo dois cursos de nível superiores na área de Ciências Sociais e Aplicadas. Como outros treze estabelecimentos autorizados neste estágio do campo, não apresentam nenhum curso na área de Ciências Humanas, divergindo do seu *habitus* religioso de evangelização, cuja representação do poder religioso central, deveria estar associada a esta área de conhecimento.

4.2.6. Expansão e ocupação de espaços regionais

Até a década de 1990, três foram as regiões de maior ocupação das IESCC: sudeste, sul e centro-oeste. A região nordeste contava com três e a norte ainda não apresentava nenhum estabelecimento desta natureza.

A partir dos anos 2000, os agentes do núcleo das IESCC solicitam a autorização para cinquenta novas IES integrarem o campo educacional. A figura 10 mostra a localização regional destes novos estabelecimentos.

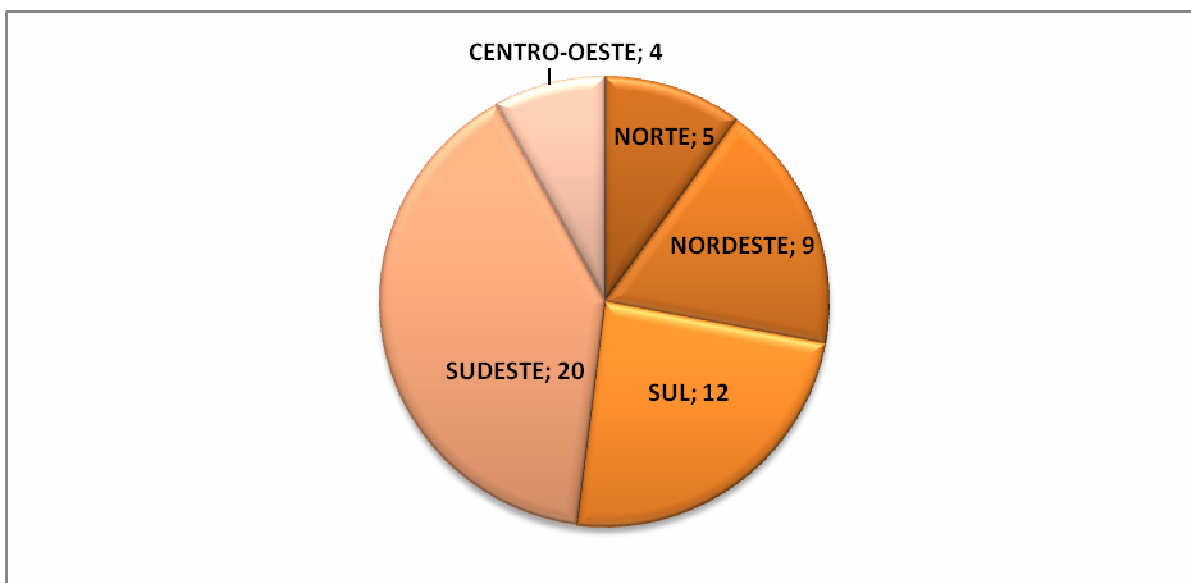


FIGURA 10: Total de IESCC, por região, reconhecidos pelo MEC a partir da década de 2000.
Fonte: Elaboração própria com dados da ABMES, ABRUC e ANAMEC; MEC – E-MEC

Sudeste e Sul ainda são as regiões de maior investimento em IESCC. No entanto, duas outras regiões se tornam atrativas entre os agentes das IESCC: nordeste e norte.

Ainda nos anos 1990, a região nordeste passou a ser ocupada por IES privadas. Florêncio (2007) e Petry (2007) evidenciam que instituições com fins comerciais ocupam essa área durante seu processo de expansão do campo educacional.

No campo de lutas os agentes das IESCC também se utilizam desta estratégia, ou seja, ocupar novos espaços regionais do país.

Até 2000, havia apenas três EESCC na região nordeste: dois receberam autorização do poder público nos anos 1940 e um durante a década de 1960. Mais recentemente, são autorizados nove estabelecimentos, totalizando quinze na região. Atualmente mantém quase o mesmo número de estabelecimentos da região sul.

Os investimentos nas regiões centro-oeste e norte foram bem menores. Na primeira foram autorizados quatro estabelecimentos e na segunda, cinco.

A região centro-oeste é conhecida dos agentes, uma vez que já possuem sete estabelecimentos. Já a região norte representa um novo espaço para os agentes das IESCC que, até então não possuíam estabelecimentos deste nível de ensino.

Interessante notar que essa região não é desconhecida no núcleo, pois os agentes das Arquidioceses, Dioceses, e maioria das Ordens e Congregações já

realizavam atividades sócio-religiosas, de evangelização, ou mesmo já integravam o campo escolar. No entanto, decidem investir em IES na região norte somente nos anos 2000 quando o campo educacional já se encontra monopolizado por IES privadas particulares.

4.2.7. Tentando criar um novo núcleo no campo educacional das IES⁶¹

A expansão contínua e acelerada dos agentes das IES privadas particulares com fins comerciais corrobora para a união dos agentes que integram o sub-campo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas que, desde os anos de 1980, lutam pela formação de um novo sub-campo de IES: públicas não-estatais.

Vimos, no capítulo 3, que após a publicação do Código Civil de 2002, o poder religioso e os agentes das IESCC vivem momentos de tensão com o poder político ao verem reestruturada a natureza jurídica de suas instituições.

O artigo 45 do Código Civil define apenas três tipos de pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades e as fundações. As instituições mantenedoras das IESCC passam a ser definidas como associações cujas regras estipuladas pelo poder político divergem da forma como estão estruturadas afetando, especialmente seu *habitus* religioso.

Desconsideradas como instituições religiosas e com perda de isenção de alguns tributos as mantenedoras de IESCC altera suas estratégias no campo. Reforça sua união com os demais núcleos das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas voltando a solicitar ao poder executivo a demarcação de sua natureza na condição de instituições públicas não estatais.

Durante o governo de FHC essa solicitação foi constante tendo por fundamento não só a Carta Constitucional de 1988 quanto o próprio PDRAE no qual o poder executivo reconhecia o caráter público destas instituições.

⁶¹ Este tema não pode ser verificado pela análise dos sites. O incluímos com base nos artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado analisadas no capítulo 1 e no livro *Instituições comunitárias: Instituições públicas não estatais*, tendo como um dos patrocinadores o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e a participação de vários agentes das IESCC. Maiores informações ver: SCHMIDT, João Pedro (org). *Instituições comunitárias [CD-ROM]: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC,2009.

Em 1996 a LDBEN diferencia este grupo de instituições (comunitárias, confessionais e filantrópicas) das particulares com fins comerciais. No entanto, o poder político continua incluindo aquelas como integradas ao sub-campo das IES privadas, deixando de reconhecê-las, oficialmente, como públicas não-estatais.

A luta pela alteração da condição de IES privadas reúne as IESCC às demais IES comunitárias, confessionais e filantrópicas através da ABRUC que conta com cinquenta e duas associadas e tem finalidade a inclusão de uma terceira categorias de pessoas jurídicas: as de direito público não-estatal.

Atualmente as IESCC continuam sendo registradas como pessoas jurídicas de direito privado na forma de associações, fundações e sociedades. Das noventa e cinco IESCC investigadas, quarenta e seis são associações, vinte e três fundações e vinte e seis sociedades

No campo educacional das IES a luta por reconhecimento de seus pontos de vista tem mostrado que as IESCC tão criticadas nas décadas anteriores por serem IES privadas e receberem isenções tributárias do poder executivo, hoje são reconhecidas pelos educadores e pesquisadores mais como IES comunitárias do que confessionais.

Estas, por sua vez lutam por esta condição, embora definam seu papel como comunitárias em sentido amplo com pontos de vista confessionais.

A qualidade de público estatal a distancia do sub-campo das IES privadas com fins comerciais e a aproxima das IES públicas, ao menos no ponto de vista dos educadores e pesquisadores do campo educacional. Esta proximidade está no fato de serem consideradas como um modelo de IES que ainda preserva os valores sociais voltados para a comunidade.

4.2.8. A missão das IESCC

A missão define a razão de ser da instituição, para que ela serve e qual a sua função social. Das IESCC autorizadas na década de 2000 selecionamos, aleatoriamente, uma por ano e, coletamos dos *sítes* institucionais sua missão, como mostra o quadro 3.

QUADRO 3: Missão institucional – 2001-2010

ANO	IES	MISSÃO
2001	Faculdade Palotina	A Faculdade Palotina, identificada com uma instituição de Ensino Superior, busca em suas ações, promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade. No que diz respeito a sua atuação na área educacional, sempre priorizou o ensino da Filosofia e da Teologia em função de sua natureza religiosa, sendo que eram exclusivamente seminarísticos. A entidade reavaliou sua posição e, em 2000, decidiu criar a Faculdade Palotina e buscar seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, ampliando sua área de atuação para o ensino, pesquisa e extensão, buscando romper seu isolamento decorrente da formação seminarística para integrar-se à sociedade como um todo.
2002	Faculdade Padre João Bagozzi	Formar profissionais aptos a atuar de maneira eficiente no mercado, gerenciar seus próprios conhecimentos e acompanhar as transformações do mundo (...) estimula a criação cultural e análise crítica, além de incentivar a pesquisa e investigação científica. Educar para o desenvolvimento integral do ser humano, de forma sustentável e comprometida com a vida e a sociedade
2003	Faculdade FAE Blumenau	Produzir e difundir o conhecimento, libertar o ser humano pelo diálogo entre a ciência e a fé e promover fraternidade e solidariedade, mediante a prática do bem e conseqüente construção da paz
2004	Faculdade São Bento da Bahia	Faculdade São Bento da Bahia tem como missão desenvolver a formação de profissionais dentro da tradição intelectual e humanística, preparando cidadãos comprometidos com o pleno desenvolvimento e realização do ser humano e com a transformação da sociedade, inspirada pelos quinze séculos de cultura beneditina, em consonância com legislação estabelecida pelo Ministério da Educação para o Ensino Superior
2005	Faculdade Católica Dom Orione	Ofertar ensino superior de qualidade, fundamentado no carisma de São Luis Orione, no universalismo científico e no respeito à diversidade cultural, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade com ética e vivência dos preceitos cristãos
2007	Faculdade Católica de Rondônia	A promoção plena da pessoa humana por meio do ensino de excelência, do fomento à pesquisa e do cuidado especial para com a extensão comunitária, fundamentada nos princípios ético-cristãos, na Inclusão Social e no desenvolvimento sustentável da região Amazônica
2008	Faculdade Católica do Cariri - CE	Faculdade Católica do Cariri, orientada por princípios éticos e cristãos, tem por missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura e promover a formação integral e permanente dos cidadãos e profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade.
2009	Faculdade de Tecnologia La Salle – Estrela	Promover o desenvolvimento da pessoa, através do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a transformação da sociedade nas dimensões humana e cristã
2010	Faculdade Claretiana de Teologia	O Studium Theologicum se destina à formação teológica doutrinal dos seminaristas diocesanos e religiosos em ordem ao sacerdócio. Possibilita-se também a matrícula de religiosos e leigos, que preencham as condições requeridas

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos dos sites institucionais

Analisando a missão das IESCC identificamos a recorrência das seguintes categorias:

a) Ser humano – pessoa humana: citado na missão de seis IESCC, utilizando as seguintes expressões:

- *Promover e valorizar o ser humano;*
- *Desenvolvimento integral do ser humano;*
- *Pleno desenvolvimento e realização do ser humano;*
- *Promoção plena da pessoa humana;*
- *Promover o desenvolvimento da pessoa;*
- *Libertar o ser humano.*

A categoria “ser humano – pessoa humana” está relacionada aos termos: valorização, promoção, desenvolvimento integral e pleno e liberdade.

Embora haja diferenças entre os termos *ser humano* e *pessoa humana*, incluímos na mesma categoria por considerar que no contexto das missões institucionais das IESCC se apresentam como expressões similares. Neste sentido o ser humano é pessoa integral, ou seja, constituída de um corpo com dimensão material e espiritual que ocupa tempo e espaço definido. Valorar e desenvolver o *ser humano- pessoa humana* significa reconhecer seu estágio físico e psicológico, mas acima de tudo, auxiliá-lo a atingir um estado mais pleno, que o liberta, o realiza e o promove: a consciência de sua condição espiritual. A expressão *promoção da pessoa humana* é utilizada em vários instrumentos reguladores do poder religioso para o Ensino Superior Católico e reafirmado nas missões destas IESCC.

Destacamos, ainda que três IESCC também utilizem o termo *cidadão* no seguinte contexto:

- (...) *preparando **cidadãos** comprometidos com o pleno desenvolvimento e realização do ser humano e com a transformação da sociedade;*
- (...) *promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania;*
- (...) *promover a formação integral e permanente dos **cidadãos** e profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade.*

Cidadão é um indivíduo reconhecido sob o ponto de vista político, uma vez que em sua definição é aquele que goza de direitos civis e políticos assim como desempenha deveres para com o Estado.

As três IESCC procuram adequar o ponto de vista religioso ao político considerando que o ser humano pleno, consciente de sua condição espiritual torna-se um cidadão fortalecido capaz de promover o bem na sociedade em que estão inseridos.

b) Princípios ético-cristãos: citado três vezes, através das seguintes expressões:

- *Sociedade com ética e vivência dos preceitos cristãos;*
- *Fundamentada nos princípios ético-cristãos;*
- *Princípios éticos e cristãos;*

Nas missões das IESCC os princípios ético-cristãos estão associados à pessoa humana, a sociedade e aos fundamentos da faculdade.

Ao salientar da ética cristã, as IESCC tratam de uma orientação dentro dos princípios morais, das atitudes virtuosas, dos preceitos e das regras cristãs. De acordo com o ponto de vista religioso, a virtude deve ser o fundamento da pessoa humana e da sociedade que se almeja construir. Sendo as três IESCC do grupo das instituições católicas, essa demarcação se faz necessária, pois reflete as orientações expostas Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*.

c) Explicitação da função religiosa: citado cinco vezes, como podemos observar nas seguintes expressões:

- *No que diz respeito a sua atuação na área educacional, sempre priorizou o ensino da Filosofia e da Teologia em função de sua natureza religiosa (...);*
- *(...) fundamentado no carisma de São Luis Orione;*
- *(...) libertar o ser humano pelo diálogo entre a ciência e a fé (...);*
- *(...) inspirada pelos quinze séculos de cultura beneditina (...);*
- *(...) se destina à formação teológica doutrinal dos seminaristas diocesanos e religiosos em ordem ao sacerdócio (...).*

As IESCC explicitam na missão institucional sua natureza religiosa. Observamos que duas faculdades, eram escolas voltadas para a formação de agentes para o campo religioso que, recentemente, solicitaram aprovação do poder político para se inserir no campo educacional. Embora tenham alterado o perfil incluindo *leigos* de outros campos sociais, sua proposta institucional ainda apresenta algumas restrições aos candidatos que almejam matricular-se nestas instituições.

Há também duas que explicitam estarem fundamentadas nos princípios de seus fundadores e uma que esclarece sua natureza a partir de um dos princípios expressos pelo poder religioso para as IES Católicas, ou seja, o diálogo entre ciência e fé.

Sendo assim, as IESCC explicitam sua natureza religiosa demarcando ser este seu papel na sociedade.

d) Ensino, pesquisa e extensão: citado quatro vezes, a saber:

- (...) *ampliando sua área de atuação para o ensino, pesquisa e extensão;*
- (...) *incentivar a pesquisa e investigação científica;*
- (...) *ensino de excelência, do fomento à pesquisa e do cuidado especial para com a extensão comunitária (...);*
- (...) *através do ensino, da pesquisa e da extensão (...).*

Através da LDBEN, o poder político considera estas atividades obrigatórias somente para as universidades. Os demais tipos acadêmicos estão voltados para o ensino não necessitando investir na pesquisa e extensão. O tipo mais tradicional de instituição não-universitária são as faculdades e, são elas as que mais crescem em número total de estabelecimentos, sendo consideradas o carro-chefe da expansão quantitativa do sub-campo das IES privadas, em especial do núcleo das IES particulares.

No entanto, no núcleo das IESCC, observamos que agentes de quatro faculdades demarcam em suas missões institucionais a importância da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Qual a função da pesquisa e extensão nestas IESCC, segundo sua missão institucional?

- (...) *promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade (...). e buscar seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, ampliando sua área de atuação para o ensino, pesquisa e extensão (...);*
- (...) *estimula a criação cultural e análise crítica, além de incentivar a pesquisa e investigação científica (...);*
- *A promoção plena da pessoa humana por meio do ensino de excelência, do fomento à pesquisa e do cuidado especial para com a extensão comunitária, fundamentada nos princípios ético-cristãos, na Inclusão Social e no desenvolvimento sustentável da região Amazônica;*
- *Promover o desenvolvimento da pessoa, através do ensino, da pesquisa e da extensão (...).*

Em geral, o ensino, pesquisa e extensão estão associadas à valorização do ser humano ou pessoa humana, termos demonstrativos do princípio religioso que rege estas IESCC.

Através da *Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae*, o poder religioso dirige-se as universidades católicas, mas complementa:

Além das Universidades Católicas, dirijo-me também às numerosas Instituições católicas de estudos superiores. Segundo a sua natureza e as próprias finalidades, elas têm em comum algumas ou todas as características de uma Universidade e oferecem um contributo próprio à Igreja e à sociedade, quer mediante a investigação, quer através da educação ou preparação profissional. Mesmo se este Documento diz respeito especificamente à Universidade Católica, ele entende abraçar todas as Instituições Católicas de ensino superior, empenhadas a imprimir a mensagem do Evangelho de Cristo nos espíritos e nas culturas. (JOÃO PAULO II, 1990, cân. 10)

Neste documento identificamos a tríade ensino-pesquisa-extensão como atividades importantes em uma IES Católica. Inspirada na mensagem cristã e associada aos pontos de vista filosóficos e teológicos o poder religioso salienta que a investigação (pesquisa) deve integrar o conhecimento, o diálogo entre a fé e a razão, uma preocupação ética e uma perspectiva teológica. A indissociabilidade entre ensino e pesquisa é uma das características que integra este documento, pois através deles almeja-se atingir o seguinte objetivo:

Mediante a investigação e o ensino os estudantes sejam formados nas várias disciplinas de maneira a tornarem-se verdadeiramente competentes no sector específico, a que se dedicarão ao serviço da sociedade e da Igreja, mas ao mesmo tempo sejam também preparados para testemunhar a sua fé perante o mundo. (JOÃO PAULO II, 1990, cân. 20)

A atividade de extensão é identificada nos serviços prestados a comunidade e, em especial da pastoral. Para o poder religioso é o momento no qual há coordenação entre estudo acadêmico e as atividades para-acadêmicas com os princípios religiosos e morais, integrando a vida com a fé.

Podemos observar que os poderes político e religioso tratam do tema indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como atividades obrigatórias para as universidades e opcionais para os demais tipos de instituições. O poder religioso é mais explícito em sua documentação sobre seu desejo de que tais atividades também se estendam para as demais IES.

Observamos que as missões institucionais que integram o ensino, pesquisa e extensão, sofrem influências dos dois poderes, embora o religioso pareça estar mais presente como fundamento para a inclusão destas atividades.

Por outro lado, consideramos também que faz parte do *habitus* educacional, a criação de faculdades para posterior transformação em universidades. Neste

sentido, podemos supor que tais faculdades almejem alcançar o status de universidade em estágios futuros do campo educacional. Mas para tanto, em seus discursos utilizando-se da fundamentação religiosa que integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão no intuito de promover o diálogo entre a fé e razão. Entre estas atividades, notamos que a extensão ainda está mais próxima das atividades comunitárias propostas pelo poder religioso, cujos trabalhos pastorais são predominantes.

e) Cultura: citado três vezes, a saber:

- (...) *inspirada pelos quinze séculos de cultura beneditina;*
- (...) *respeito à diversidade cultural;*
- (...) *difundir o conhecimento e a cultura.*

A cultura, no primeiro caso, é utilizada em substituição ao termo *tradição* demonstrando que a faculdade inspira-se não somente nos princípios originais do fundador, mas nas representações de seus membros ao longo dos estágios do campo religioso.

No segundo caso, a cultura é concebida em sua diversidade.

A diversidade cultural é tema é tratado pelo poder político, especialmente, durante o governo do presidente Lula, cuja preocupação está em revelar os brasis, suas manifestações culturais, em suas variadas matrizes éticas, religiosas, de gênero, regionais e etc. (BARBALHO, 2007, p.13-14).

O respeito à diversidade cultural, expresso por uma faculdade ao mesmo tempo em que parece atender aos propósitos políticos, vincula-se aos preceitos religiosos. Neste caso, podemos incluir também o terceiro caso que descreve ser missão da faculdade a difusão do conhecimento e da cultura.

De acordo com o poder religioso, é da natureza da instituição católica a promoção da cultura mediante sua atividade de pesquisa, a transmissão da cultura local as novas gerações através do ensino e o favorecimento das iniciativas culturais através de seus serviços educativos. Considera ainda que seja necessário conhecer as diversas culturas para melhor evangelizá-las (JOÃO PAULO II, 1990, cân. 43 a 47).

Diante destas considerações, observamos que as faculdades ao inserirem ao se referirem à cultura em suas missões institucionais, mantêm os mesmos pontos de vista do poder religioso.

f) Eficiência, mercado e gerenciamento: citado uma vez.

- *Formar profissionais aptos a atuar de maneira eficiente no mercado, gerenciar seus próprios conhecimentos e acompanhar as transformações do mundo.*

Uma faculdade tenta associar a formação espiritual com a eficiência mercadológica que, de certa forma, contradiz os preceitos do desenvolvimento integral da pessoa, do diálogo com a comunidade, uma vez que tais conceitos inspiram-se na teoria individualista e concorrencial;

- g) Relações com o poder político: citado duas vezes.

Duas faculdades integram a sua missão institucional as relações que mantêm com o poder político na representação do MEC, a saber:

- *(...) decidiu criar a Faculdade Palotina e buscar seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, ampliando sua área de atuação para o ensino, pesquisa e extensão;*
- *(...) em consonância com legislação estabelecida pelo Ministério da Educação para o Ensino Superior.*

Em uma missão institucional os agentes devem representar a razão da existência desta instituição descrevendo seus propósitos gerais e valores que almejam transmitir a comunidade. A primeira faculdade, para além de sua missão, descreve um breve histórico demonstrativo da alteração de seu perfil institucional tal transição só ocorre no momento em que solicita ao poder político o credenciamento da faculdade. Através do MEC oficializa a alteração de sua missão, embora ao descrever essas etapas a instituição ainda se encontra em processo de transição cujos agentes ainda tem presente seu *habitus* religioso.

No segundo caso, a faculdade também associa os preceitos religiosos ao atendimento das regras impostas pelo poder político. Em nosso ponto de vista, a identificação do poder político na missão institucional vincula-se ao respeito dos agentes às regras e hierarquia, oriunda de seu *habitus* religioso.

Portanto, podemos verificar que na representação da missão institucional das IESCC o desenvolvimento integral da pessoa; o respeito a diversidade cultural; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; os princípios éticos cristãos e o papel religioso das instituições demarcam uma representação identitária plenamente influenciada pelo poder religioso. Algumas unidades também apresentam o respeito às regulações do poder político e outras tentam associar fé e mercado.

4.2.9. Modelos de gestão organizacional⁶²

Vimos no capítulo 1 que cinco educadores e pesquisadores do campo educacional (ENDO, 2003; BELINSKI, 2004; GALLUCCI, 2007; TAVARES, 2009; CASARTELLI, 2010) realizam investigações a procura de modelos adequados para as IES privadas e IESCC.

Os modelos de gestão organizacional, até meados da década de 1990, são utilizados por agentes do campo empresarial em busca da eficácia e eficiência dos serviços em um mercado concorrencial. Durante o governo do presidente FHC, os modelos se propagam entre as empresas brasileiras que estão perdendo espaços de poder para os novos agentes de multinacionais. Alguns agentes do campo empresarial inserem-se no campo educacional criando novos estabelecimentos de ensino com fins comerciais.

Durante as décadas de 1990 e 2000 as IES com fins comerciais se expandem no campo educacional. Quantitativamente tornam-se dominantes no sub-campo das IES privadas impondo seus pontos de vista, estreitamente relacionados ao seu *habitus* coletivo gerado no campo empresarial. O campo transforma-se em *mercado*, a educação em *produto*, o estudante em *cliente* ou *consumidor*.

O empresário da educação passa a contratar para seu quadro de funcionários, indivíduos também oriundos do campo empresarial e altera o campo educacional das IES que até então prima pela educação humanista e, em cujos quadros de funcionários predominam docentes e alunos.

Perdendo espaços de poder no campo educacional, os agentes das instituições tradicionais influenciados pelo discurso empresarial, passam a adotar modelos similares aos das IES com fins lucrativos. Os modelos de gestão se tornam novidade e, através deles se tem a ilusão de que esta é a alternativa mais viável para manter e expandir-se no campo educacional.

A inclusão de políticas de gestão empresarial nas IES cresceu nas últimas décadas e como as IESCC não foi diferente. Nos sites institucionais podemos identificar que 90% apresentam o sistema de ouvidoria tentando qualificar a

⁶² Essa categoria só pode ser identificada parcialmente. Foi introduzida a partir dos dados obtidos por educadores e pesquisadores que elaboraram e analisaram modelos de gestão organizacional para as IESCC.

comunicação com o *cliente*, missões acadêmico-empresariais, e a publicação de experiência organizacionais⁶³.

4.3. CONCORDATA: DIPLOMACIA ENTRE OS PODERES POLÍTICO E RELIGIOSO

A *Concordata* é um acordo de cooperação internacional, firmado entre o presidente Lula e o Papa Bento XVI, os principais agentes dos poderes político e religioso. As negociações começaram no início de 2007, aprovada pelo presidente, senado e sendo transformado em Decreto presidencial nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. É formada por 20 artigos que tratam dos seguintes temas: missão apostólica; personalidade jurídica; patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica; instituições de ensino; graus e títulos obtidos nos Seminários e Institutos; liberdade religiosa; ensino religioso e casamento religioso. Destacamos somente os artigos que tratam da personalidade jurídica e que de alguma maneira se relacionam com o ensino superior.

A Concordata parece demonstrar os momentos de tensão entre os religiosos a partir da promulgação do Código de Direito Civil de 2002.

Como vimos, as Instituições Confessionais, no campo de lutas, questionaram sua perda de direitos e o fato de não serem reconhecidas pelo poder civil como organizações religiosas.

O fundamento dos religiosos baseou-se no decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890, que ao secularizar o poder político manteve a liberdade de credo as igrejas, associações e institutos sem interferência do poder público.

Com uma atitude conciliatória o governo FHC, ainda em 2002 restabeleceu a vigência do referido decreto⁶⁴, o que não alterou a condição dos religiosos uma vez que as leis emanadas do código civil não podem ser alteradas pelo poder executivo.

⁶³ Ver. HERZOG, Ludger ET al. Mudança organizacional: a experiência da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. In: MURPHY, J. Patrik e MEYER JUNIOR, Victor. Liderança e gestão da educação superior católica nas Américas. Curitiba: Champagnat, 2007. P. 65 a 103.

⁶⁴ Vigência restabelecida pelo Decreto nº 4.496 de 2002.

Outra tentativa para salvaguardar sua condição religiosa bem como se isentar de novos tributos foi à possibilidade de alterar seu quadro, tentando criar um núcleo de instituições públicas não estatais no campo educacional.

A Concordata, também é representativa das lutas entre o poder político e religioso. Desta vez o representante máximo do poder religioso propõe ao presidente Lula um acordo de cooperação entre Brasil e Santa Sé.

O documento, também não altera a condição estabelecida no código civil nem apresenta alguma alteração significativa no que diz respeito às IES.

A importância deste documento está na identificação das lutas do poder religioso por espaço de poder. No documento o principal agente do campo religioso demarca o direito de liberdade religiosa, de desempenhar a missão evangélica e, especialmente, trata da personalidade jurídica da Igreja e de suas representações solicitando todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos às entidades.

Quanto a educação solicita o reconhecimento civil dos estudos, graus e títulos obtidos nos Seminários e Institutos bem como o direito de continuar a colocar suas instituições de ensino, em todos os níveis, a serviço da sociedade.

Todos os artigos, revistos pelo poder executivo, já estavam acordados em outros documentos legais e, apesar da atitude conciliatória os temas tratados continuam demarcando a superioridade do poder político

Portanto, o interessante deste documento é que registra a razão dos embates entre os poderes político e religioso; a luta e demarcação por seus espaços de poderes e a conciliação diplomática sem que nada seja alterado.

CONCLUSÃO

Inspirando-nos na teoria bourdieusiana construímos nossa investigação a partir da categoria de campo a que denominamos de campo educacional das IES.

Com base nas representações do poder político, utilizamos por critério a organização administrativa, fracionando o campo educacional em público e privado. O primeiro inclui os núcleos federais, estaduais e municipais e, o segundo os particulares e comunitários, confessionais e filantrópicos.

Do sub-campo das IES privadas comunitárias-confessionais-filantrópicas selecionamos o núcleo das IESCC.

Até os anos 1980 as investigações sobre o campo educacional das IES centravam-se no tema público *versus* privado. O sub-campo das IES privadas era representado, especialmente, por grupos de universidades eclesiásticas e católicas do núcleo das IESCC que, além de constituírem maior capital simbólico, monopolizavam o sub-campo privado. Os educadores e pesquisadores criticavam o fato das IES privadas receberem recursos públicos de um Estado laico, sendo elas *subordinadas* ao poder religioso.

Vimos no capítulo 1 que os educadores e pesquisadores são influenciados pelos sub-campos em que realizam sua formação acadêmica e atuam profissionalmente. Mas, também são capazes de influenciar os agentes dos núcleos educacionais tornando seus pontos de vista predominantes em determinados estágios do campo.

Nas últimas três décadas o tema público e privado não é mais tão recorrente nas investigações dos educadores e pesquisadores, embora ainda seja citado por alguns autores de formação e atuação profissional no sub-campo das IES públicas. Estes não tratam mais do núcleo das IESCC, mas do processo de expansão das IES privadas e particulares ora enfatizando a *democratização* ora a mercantilização do ensino superior.

A expansão associada à mercantilização do ensino, as políticas de gestão organizacional e as universidades comunitárias são os temas de maior recorrência entre os educadores e pesquisadores do campo educacional.

No primeiro tema questionam, especialmente, a visão lucrativa e empresarial das IES privadas particulares em detrimento da qualidade do ensino. No segundo,

buscam alternativas para as IES privadas, incluindo as comunitárias, confessionais e filantrópicas, se manterem no *mercado educacional*, tendo como *ferramenta* as políticas de gerenciamento adotadas pelas IES com fins comerciais. E no terceiro, aprofundam os aspectos definidores das universidades comunitárias considerando buscando nelas um novo modelo de IES, que as aproximado sub-campo das IES públicas.

Mais que tratar do tema público *versus* privado interessa, na atualidade investigar dois núcleos do sub-campo das IES privadas: o particular com fins comerciais *versus* comunitários sem fins lucrativos.

Neste contexto, as IESCC são representadas pelo seu valor simbólico em estágios precedentes do campo educacional, com frágeis políticas de gestão organizacional e subsumidas no grupo das IES comunitárias cuja confessionalidade, mesmo sendo um dos aspectos definidores é *estrategicamente esquecida*.

Em nosso trabalho procuramos suprir essa lacuna tendo por objetivo geral, analisar as relações entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias do núcleo das IESCC durante o período de 1995 a 2010.

Tratamos de dois tipos de poderes interferem no núcleo das IESCC: o político e o religioso.

No primeiro consideramos o poder do Estado, cujos aparelhos políticos integram as instituições governamentais e o funcionalismo público. Entre as instituições governamentais, destacamos os governos brasileiros que, legitimados por mandato de quatro anos com direito a reeleição, transformam-se nos principais agentes do poder político. São os chefes do executivo que, enquanto tal, dividem seus poderes com outros órgãos governamentais, os ministérios.

Situando nossa investigação no período de 1995 a 2010, governados pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No que se refere ao poder religioso, consideramos como o poder legitimado nas ações do Papa, dos agentes da Congregação para a Educação Católica do Vaticano, das Arquidioceses, Dioceses, Ordens e Congregações Católicas e seus representantes que atuam em Inspetorias e Províncias no território Brasileiro. Quando utilizamos a expressão *poder religioso central* referimo-nos, especificamente, aos agentes que representam o núcleo do poder religioso em nível

internacional, ou seja, ao Papa, membros da Congregação para a Educação Católica do Vaticano e instituições sede das Ordens e Congregações Católicas.

Os dois poderes atuam direta e indiretamente no núcleo das IESCC. O poder político regulamenta e impõe regras ao campo educacional interferindo em todos os sub-campos que o constitui.

O poder religioso atua somente no núcleo das IESCC.

Fracionamos o núcleo em dois grupos de acordo com suas mantenedoras: Arquidioceses e Dioceses (AD) e Ordens e Congregações Católicas (OC).

O primeiro integra os estabelecimentos mantidos por Arquidioceses e Dioceses (AD), cujos principais agentes mantenedores são os Arcebispos e Bispos. Como vimos, tais agentes são selecionados por oficiais do Vaticano com objetivo de assegurar a política da Santa Sé no âmbito das Arquidioceses e Dioceses. Neste sentido, as IESCC mantidas pelos Arcebispos e Bispos são as que apresentam maior regulação do poder religioso central, atuam no Brasil como representantes desta fonte de poder.

O segundo inclui os estabelecimentos mantidos por inspetores e provinciais, que atuam no Brasil, representando as Ordens e Congregações Católicas. Estas, por sua vez, se constituem em Institutos de Vida Consagrada com a finalidade de atender a missão instituída por seus fundadores. Não necessitam atender as normas regulatórias para as IES instituídas pelo poder religioso central. Somente tem a obrigatoriedade de fazê-lo se suas IES forem reconhecidas pelo poder religioso central como Pontifícias ou Eclesiásticas e Católicas.

Para tratarmos destas relações entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias das IESCC no período de 1995 a 2010, buscamos nas fontes primárias atender nosso primeiro objetivo específico:

- Através dos instrumentos reguladores, descrever como os poderes político e religioso representam o sub-campo das IESCC.

Sendo um dos poderes de maior persuasão no campo de forças, o poder político regula e dita às regras para o campo educacional visando criar uma espécie de senso comum entre os diversos núcleos de IES. No campo de lutas, interfere no campo como agente mantenedor das IES públicas.

Nas últimas décadas, vários instrumentos de regulação foram emitidos pelo poder político e que nos permitem identificar suas representações sobre o campo educacional das IES e, em especial, do núcleo das IES privadas.

A Carta Constitucional de 1988 descreve o campo como constituído de dois grandes núcleos: público e privado. No sub-campo das IES privadas omite as IES particulares, ao reconhecer apenas as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas. A LDBEN confirma a coexistência dos sub-campos e acrescenta o núcleo privado das IES particulares.

As omissões e generalizações destes documentos possibilitam o domínio dos pontos de vista do poder executivo sobre o campo educacional. Assim, durante os governos dos presidentes FHC e Lula, são promulgadas várias leis, decretos, medidas provisórias, resoluções e pareceres que objetivam complementar a magna carta e a LDBEN. Através de seus programas de reformas estimulam a privatização e expansão do ensino superior; diversificam os tipos acadêmicos de IES voltadas, especificamente, para o ensino; promovem a criação de cursos com rápida formação profissional; promovem a inserção de cursos em EAD; mantêm o controle do campo através de instrumentos de avaliações institucionais bem como adotam políticas de qualidade do ensino sob ponto de vista do mercado. Enquanto o governo de FHC acirra o campo de lutas o de Lula adota políticas conciliatórias favorecendo os núcleos que integram os sub-campos das IES.

Como poder mantenedor, no período de 1995 a 2002, o poder executivo reduz financiamentos as IES públicas, estimula a venda de serviços e contribuição dos estudantes na geração de receita e desenvolve consultorias para captação de recursos privados. Já no período de 200 a 2010, o governo há aumento de financiamentos as IES públicas e políticas de incentivo para sua expansão, embora também favoreça os núcleos privados com a isenção de alguns tributos.

Com as alterações no campo, os termos públicos e privados adquirem novos significados. As IES públicas passam a depender, também, de recursos privados para sua manutenção, pois a meta governamental consiste na redução dos gastos do Estado para com os serviços sociais e, entre eles os educacionais. Por outro lado, as IES privadas, em especial, as IES sem fins lucrativos seguem recebendo recursos do poder público, através de isenções tributárias, projetos de pesquisas, entre outros. No que se referem às IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas, o poder executivo, através do PRAE destaca que, mesmo não fazendo parte do aparelho do Estado, se dedicam aos interesses públicos, servindo a sociedade sem visar lucro e, portando podem ser consideradas como instituições públicas não-estatais.

Neste sentido, mesmo este ponto de vista não tenha sido formalizado pelo poder político, entre os agentes do sub-campo das IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas e educadores e pesquisadores do campo já se verifica uma espécie de sendo comum aproximando as IES, em especial, comunitárias ao sub-campo ao sub-campo das IES públicas.

No que se refere às IES privadas particulares (com fins comerciais), observamos que o poder político ao longo das três décadas tem estimulado sua expansão gerando outros pontos de vista sobre campo educacional.

Nos censos escolares, instrumentos utilizados pelo poder executivo para verificar seu monopólio diante das lutas simbólicas, verificamos seu poder de manipular a estrutura e pontos de vista no interior do campo educacional. Por um período de quatro anos não incluem nos dados estatísticos referências as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas. A representação do campo restringe-se as IES públicas e privadas que, em tais documentos, apresentam a denominação de *particulares* que, segundo o próprio poder político, é apenas mais um dos núcleos que integram as IES privadas.

A estratégia do poder executivo, através dos censos escolares está em divulgar que o campo educacional das IES se *democratizou* ao possibilitar a entrada de estudantes que, até então, não tinham recursos suficientes para ingressarem no ensino superior. Neste sentido, e com propósito de privatizar o campo, divulga o crescimento por intermédio das IES particulares.

As IES aumentam significativamente o número total de estabelecimentos. Embora haja incentivo a diversificação dos tipos acadêmicos de estabelecimentos, as faculdades ainda são o carro chefe da expansão. Na prática, são as instituições de pequeno porte, com cursos na área de Ciências Sociais e Aplicadas que, em termos quantitativos dominam o campo. Mesmo que, em termos simbólicos ainda não dominem o campo, se apossam de alguns espaços já adquiridos pelas IES comunitárias, confessionais e filantrópicas provocando momentos de tensão no sub-campo das IES privadas.

Além disso, alteram os pontos de vista de alguns agentes de outros núcleos do campo especialmente no que tange as suas políticas adotadas na gestão organizacional de seus estabelecimentos.

Embora os Censos Escolares enfatizem as IES particulares, através de alguns dados apresentados por estes podemos verificar que o núcleo das IES

comunitárias, confessionais e filantrópicas ainda domina o sub-campo das IES privadas no que tange ao total de estudantes matriculados e número total de universidades que, para além do ensino, desenvolvem as atividades de pesquisa e extensão. Em um dos documentos do poder executivo que trata dos trinta maiores estabelecimentos de ensino superior, as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas são as que apresentam maiores número de estabelecimentos.

Entre as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas, o poder político em seus instrumentos reguladores (Carta Constitucional, LDBEN e decretos complementares) identifica as IES confessionais definindo-as como *aquelas que atendem a uma orientação ou ideologia específica*. No Código Civil de 2002 esclarece que ter uma orientação ou ideologia não é necessariamente integrar a uma hierarquia religiosa. Para o poder político as instituições mantenedoras e respectivas IES não são consideradas organizações religiosas e, sim pessoas jurídicas de direito privado no formato de Associações, Fundações e Sociedades. Neste sentido, observamos que para o poder político as IESCC encontram-se subsumidas no núcleo das IES comunitárias-confessionais-filantrópicas, reconhecidas pelos educadores e pesquisadores apenas como IES comunitárias.

É através do poder religioso, cujos instrumentos reguladores definem e estruturam o núcleo das IESCC que podemos evidenciar em suas representações algumas peculiaridades.

Diferentemente do poder político, os instrumentos legais são em menor número e antecedem a década de 1990. No Código de Direito Canônico para a América Latina (21/01/1983) são estabelecidas as regras gerais referentes a personalidade jurídica e tipos acadêmico-religiosos de IESCC reconhecidas pela poder religioso central. A Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* (29/04/1979) e a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (15/08/1990) são documentos que estabelecem as finalidades e regram as estruturas institucionais das IES Pontifícias ou Eclesiásticas e católicas respectivamente. Os níveis de interferência destes documentos nas IESCC variam conforme a posição de seus agentes no campo religioso bem como o tipo de IES por eles reguladas.

Nos instrumentos reguladores do poder religioso central para a educação superior as IESCC são representadas como *comunidades dinâmicas de fé e evangelização formadoras de uma identidade única e verdadeira baseada na virtude*

e no desenvolvimento integral da pessoa humana. Devem manter o diálogo entre a fé e a razão, respeitar e conhecer a diversidade cultural para melhor evangelizá-la.

Para o poder religioso as IES podem ser mantidas tanto por pessoas jurídicas de direito público, reconhecidas como corporações e fundações e pessoas de direito privado, a exemplo dos Institutos de Vida Consagrada. No que se referem especificamente as IES reconhece, formalmente, apenas dois grupos: os que integram as IES Pontifícias ou Eclesiásticas e as Católicas. As primeiras recebem regulação direta do poder religioso central através de seu representante, Arcebispos ou Bispos, que também atua na organização administrativa e em cargos de gestão institucional. O segundo grupo de IESCC também apresenta regulação do poder religioso central, embora não necessite de um representante direto na administração institucional.

Tais IESCC são administradas tanto por Arquidiocese e Dioceses quanto por Ordens e Congregações Católicas. No entanto, uma vez formalizada como instituição pontifícia e ou católica, o grupo de mantenedores devem se adequar as normas estipuladas pelo poder oficial.

Identificam um terceiro tipo de IES, que consideram católicas de fato, mas não de direito. Neste sentido, tais instituições são reguladas apenas pelo grupo mantenedor sem interferência do poder religioso central.

Relacionando os pontos de vista dos poderes político e religioso sobre as IES, observamos que o primeiro tenta se eximir de seu papel de mantenedor, mas não de regulador. Neste sentido representa o campo como predominantemente privado com fins comerciais, concorrencial, composto por vários tipos acadêmicos de instituições.

Por outro lado, o poder religioso representa o campo como um lugar propício para a evangelização, regulado pelos princípios morais e cristãos que visam o desenvolvimento integral da pessoa humana.

Dois pontos de vista contraditórios. O primeiro crê na visão mercadológica e o segundo nos princípios da fé.

Chegamos ao nosso segundo objetivo específico:

- Identificar os momentos de tensões e embates entre os poderes político e religioso no período de 1997 a 2003.

O processo de privatização do campo educacional e das IES favorecido pelo governo, num primeiro momento parece não ter afetado o sub-campo que continuou mantendo as mesmas práticas dos estágios precedentes. Com os resultados da

expansão descontrolada das IES particulares, foi perdendo espaço de poder, gerando momentos de tensão.

Com a promulgação do Novo Código Civil, em 2002, as mantenedoras das IESCC e, em especial as Inspetorias e Províncias de Ordens e Congregações Católicas, foram desconsideradas como organizações religiosas por não praticarem o culto e como *instituições civis*, além da perda de isenções tributárias devem alterar seus estatutos assim como seu *habitus* de estruturação administrativa que sempre teve fundamentado na hierarquia. A lei desconstrói a estrutura das instituições mantenedoras e, conseqüentemente das IESCC.

Essa crise entre os poderes político e religioso e que ultrapassa o poder do executivo, apresentou momentos de conciliação.

O presidente FHC voltou a colocar em vigência a lei 119-A de 1890 tentando preservar o direito adquirido das instituições como organizações religiosas e, a pedido do Papa Bento XVI, o presidente Lula assinou um acordo de cooperação mais conhecido como Concordata que reitera o respeito às instituições católicas. No entanto, tais documentos em nada alteraram o que já estava previsto nas leis do poder político. Nem poderiam, pois o poder executivo é apenas um dos núcleos do poder político e, tais alterações exigiriam aceitação dos demais grupos que o integram. As ações do poder executivo foram somente diplomáticas para tratar de uma luta que continua latente.

Partindo destes embates buscamos atingir nosso terceiro objetivo específico:

- Identificar nas práticas adotadas pelos agentes estratégias de manutenção e expansão das IESCC demonstrando aspectos da representação identitária deste núcleo do campo educacional.

Durante a década de 1990, os agentes das IESCC mantêm as práticas regulares de estágios anteriores. Sua principal estratégia no período é a alteração do status de suas faculdades para centros universitários. Neste sentido, aumentam o número total de instituições universitárias. Uma característica regular tanto no núcleo quanto no sub-campo em que está inserido, ou seja, das IES comunitárias, confessionais e filantrópicas. Enquanto isso, as IES particulares seguem aumentando o número total de estabelecimentos.

A partir de 2000, com perdas de espaços de poder adquiridos nos estágios anteriores, os agentes das IESCC solicitam ao poder político a inserção de novos estabelecimentos no campo educacional. Embora seja uma prática regular no

interior do campo educacional, podemos afirmar que representa o maior investimento em IESCC da história do núcleo. Os principais responsáveis pela expansão são os agentes das Ordens e Congregações Católicas. Além das regiões sudeste e sul, onde se concentram o maior número de EESCC, investem no nordeste e ocupam um novo espaço regional: o norte.

No processo de reestruturação do campo, dois tipos de posturas dos agentes do núcleo das IESCC: os que enfatizam o ser católico das instituições e os que, adotando alguns pontos de vista das IES particulares, tentam adaptar as políticas gestão organizacionais alguns princípios fundadores. Em geral, são aqueles que mantêm instituições não reconhecidas, formalmente, pelo poder religioso central, ou seja, as IES Católicas de fato, mas não de direito.

Os que demarcam o ser católico das Instituições tem se aproximado mais do poder religioso central ou mesmo são seus representantes diretos, ou seja, os agentes das Arquidioceses e Dioceses. Algumas práticas são representativas deste ponto de vista, e incluem a intermediação do poder religioso central como a autorização de alteração do status da Universidade Católica de Goiás para instituição de direito pontifício; a declaração oficial de maior universidade católica do mundo a PUC-MINAS; a solicitação a autoridades eclesiais para oficializar dezesseis IES como Católicas. Nesse momento, o ser católico atua como *marca* representacional da evangelização.

Supomos também que este crescimento está associado a estratégias de revisão do código civil, na qual as IESCC demarcam sua condição no sentido de possibilitar a volta de isenções tributárias.

Além das IESCC reconhecidas pelo poder central, algumas das IES Católicas de fato, mas não de direito também preservam a representação de instituições católicas como podemos identificar na missão, nos cursos presenciais de graduação ofertados e nas instituições especializadas na área de Ciências Humanas. Nestas IES predominam os cursos da área de Ciências Humanas, Teologia e Filosofia e, em suas missões tendem a enfatizar a formação integral do ser humano ou da pessoa humana a partir de princípios ético-cristãos.

Neste grupo, encontramos IESCC que eram escolas de formação de religiosos. A partir de 2000 solicitaram autorização do poder político e passaram a integrar-se no campo educacional tentando integrar agentes de outros grupos sociais. Nosso ponto de vista é que a crise também vivenciada no campo religioso

leva tais instituições a buscarem estratégias de manutenção e integrar o campo educacional passa a ser uma alternativa de sustentabilidade, também das Instituições religiosas. Em geral, observa-se em suas missões o período de transição em que se encontram uma vez que seus princípios e finalidades ainda estão voltados a formação de agentes *leigos* capazes de atuar no campo preservando os valores cristãos.

No que se referem às áreas de conhecimentos dos cursos presenciais, como já afirmamos, as ciências humanas dominam no núcleo das IESCC, mas isso se deve, especialmente, as IES mantidas por Arquidioceses e Dioceses que ainda acreditam que através desta área de conhecimento é possível manter o diálogo entre fé e razão.

Entre os agentes representantes de Ordens e Congregações Católicas verificamos algumas alterações no *habitus* das IESCC adotando práticas contemporâneas para sanear as crises internas, fortalecer os grupos na luta por manutenção do núcleo bem como explicitar a marca religiosa. Tais grupos formam as redes educacionais e institucionais fortalecendo os grupos de mantidas, compartilhando pontos de vista com outras IES tanto do seu quanto de outro sub-campo das IES.

A educação em rede possibilita a troca de experiências, a diminuição de recursos entre os grupos de instituições, a facilitação das comunicações e a evidencia da marca religiosa que está relacionada ao nome dos fundadores da Ordem ou Congregação. Possibilita também demonstrar a força da rede na medida em que a marca se expande no interior do campo das IESCC.

Analisando os dados estatísticos da década de 2000, verificamos que os agentes no núcleo das IESCC aumentam o número de estabelecimentos apostando na diversidade tipológica de suas instituições. A criação de faculdades, escolas e institutos parece alterar o *habitus* do núcleo das IESCC que, até então investiam mais em universidades. Neste sentido podemos afirmar que tais investimentos podem partir das influências do poder político que possibilita e estimula a diversificação tipológica e das práticas adotadas pelo núcleo das IES privadas particulares cuja expansão quantitativa ocorre a partir dos investimentos em IES de pequeno porte.

No entanto, identificamos que durante a década de 1990 os agentes das IESCC estão mais preocupados em alterar o status de suas faculdades para Centros

Universitários. Neste caso, a alteração no núcleo das IESCC ocorre devido a um novo tipo de instituição universitária.

Nos sites institucionais, verificamos que todos os doze Centros Universitários almejam a excelência do ensino, pesquisa e extensão, uma característica obrigatória somente para as universidades. Pela documentação institucional, os agentes de tais Centros Universitários adotam características mais próximas das universidades.

Mais interessante ainda, é notar que algumas faculdades criadas na última década, também apresentam em suas missões a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Comparando com os instrumentos reguladores do poder religioso, tais atividades são sugeridas para todos os tipos acadêmicos de IES. Associar a pesquisa ao ensino significa integrar o conhecimento, o diálogo entre a fé e a razão, a ética e a uma perspectiva teológica. A extensão, por outro lado, está associada às atividades pastorais que uma IESCC deve proporcionar a comunidade.

Sendo assim, os agentes dos vários tipos de IESCC, ao considerarem indissociáveis o ensino, pesquisa e extensão não só integram as propostas do poder religioso como podem futuramente, solicitar ao poder político a alteração de *status* tanto dos centros universitários quanto das faculdades para universidades. Ou seja, a diversidade tipológica pode estar associada apenas a este estágio do campo

Entre as Ordens e Congregações observamos a inserção no campo educacional instituições religiosas cuja missão inicial de seus fundadores não estava relacionada à educação, como a que já estão inseridas no núcleo. Assim como as antigas escolas de formação de religiosos, acreditamos que tal inserção se deve devido à crise vivenciada no campo religioso. Tais mantenedoras se integram ao núcleo criando IES com cursos presenciais voltados para a área de ciências aplicadas alterando o *habitus* do núcleo que, reconhecidamente, iniciava suas atividades no campo com cursos na área de ciências humanas, especialmente de licenciatura. Esta tem sido uma alteração significativa no campo e que também inclui vários estabelecimentos mantidos por Ordens e Congregações Católicas.

As influências tanto do poder político quanto dos métodos adotados pelas IES privadas particulares estão presentes em algumas práticas dos agentes das IESCC.

Nos últimos anos, os agentes de IESCC mantidas por Ordens e Congregações Católicas, a exemplo das IES particulares, tem investido em IES de pequeno porte voltadas, predominantemente, para as áreas de Ciências Sociais e Aplicadas e Tecnológicas em detrimento das Ciências Humanas. Com isso, os

cursos de licenciatura, marca destas IES em estágios precedentes, têm dado lugar aos de bacharelado. Também, tem adotado políticas de gestão organizacional utilizadas pelas IES particulares acreditando que este é um meio para expandir-se no campo educacional.

No entanto, observamos que as influências do poder religioso ainda são significativas, até porque, tais representantes também se encontram no interior do sub-campo como agentes administradores e mantenedores das IESCC. Identificam-se como comunidades prestadoras de serviços sociais e, portanto, instituições *públicas* voltadas para a formação integral da pessoa humana o que corresponde dizer atentas ao seu desenvolvimento espiritual, com valores ético-cristãos e de promoção do dialogo entre a fé e a razão. Nesse sentido, cursos na área de ciências humanas podem auxiliar no processo de reflexão e facilitar tal dialogo.

Algumas se propõem a manter o propósito da evangelização outras influenciadas pelo poder político, através do sub-campo das IES privadas tem as ilusão que o campo educacional se transformou em um mercado e que para tanto devem investir em políticas organizacionais, cursos voltados para o mercado e capacitar-se para competir de forma eficiente e eficaz.

Nota-se ainda as que alguns destes agentes adotam posturas mediadoras buscando nas redes estreitamento de vínculos com suas congêneres atendendo tanto ao poder religioso que preza a maior integração do sub-campo como a visão privatista de inserção no mercado global.

Para finalizar cabe dizer que o núcleo das IESCC como as demais, também integra grupos que formam micro-campos que lutam pelo predomínio de seus pontos de vista. Os grupos parecem demonstrar dois tipos de posicionamentos. Um voltado para a formação humanista e outro que parece acreditar que este propósito deve ser alterado para continuar se expandindo em um mercado competitivo. No entanto parece ser senso comum que a *ser católico* deve ser demarcado no campo seja enquanto *marca* ou como explicitação de uma formação ético-cristã.

REFERÊNCIAS

ABMES . Disponível em: < www.abmes.org.br/ > Acesso em: 10 fev.2011.

ABRUC. Disponível em < www.abruc.org.br> Acesso em: 10 fev.2011.

AGUIAR, Márcia Ângela da S. **O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do Governo FHC**. Educação e Sociedade. 2002, vol.23, n.80, pp. 72-89.

ANAMEC. Disponível em < www.anamec.com> Acesso em: 10 fev.2011.

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para as pesquisas históricas. X Encontro estadual de história: **O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. Santa Maria, 20 a 30 de Julho de 2010.

ALVES, Manoel. Perspectivas da escola católica no Brasil: ajudando a pensar as estatísticas da pesquisa CERIS-ANAMEC. In: **Censo das escolas católicas no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p.19-57.

AMADO, Wolmir Therezio. Esclarecimentos. 16 de set. 2009. Disponível em: http://www.ucg.br/puc/portal/home/secao.asp?id_secao=421

AMARAL, Nelson Cardoso. **Avaliação e financiamento de instituições de educação superior: uma comparação dos governos FHC e LULA**. Atos de pesquisa em educação. PPGE /ME FURB. V.4, n.3, p. 321-336. Set.-dez 2009.

As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil Rio de Janeiro: IBGE, 2008.162p. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 8) Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/EPIEn8_Fasfil2005.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2010.

ANACEU. Disponível em <www.anaceu.org.br> Acesso em 07 fev.2011.

AZEVEDO, Damião Alves de. Partidos políticos, organizações religiosas e instituições confessionais: sua adequação ao novo Código Civil e a continuidade de convênios públicos. **Revista CEJ**. Brasília, n. 32, p. 101-107, jan.-mar. 2006.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura - ENECULT, 3., 2007, Salvador: BA. **Anais eletrônicos**. Bahia: Faculdade de Comunicação: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf>> Acesso em 25 mai. 2011.

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira e SILVA, Itamar Mendes da. **Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. 2009.

BELINSKI, Ricardo. **Práticas de inteligência empresarial e processo decisório estratégico em instituições sem fins lucrativos de ensino superior: o caso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Curitiba**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária: uma identidade em construção**. 1999. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção estudos; 20)

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso: 14 mar. 2008.

BRASIL. **Novo código civil brasileiro: lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Rio de Janeiro: Editora Auriverde, 2002. 382 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília, 24 de novembro de 1995. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9131.htm> Acesso em: 16 dez 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 16 abr. 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 10.861** de 14 de abril de 2004. Institui o sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: 14 de abril de 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>> Acesso em 15 abr. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº. 119-A**, de 07 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1890. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d1119-a.htm> Acesso em: Acesso em: 31 jan.2011.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997.** Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 12, 52, parágrafo único, 54 e 88 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 15 de abril de 1997. Disponível em:< http://www.abmes.org.br/_Download/Associados/Legislacao/1997/Decreto/dc220797.htm > Acesso em: 16 abr. 2009.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos art. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília: 19 de agosto de 1997. Disponível em: < www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1/1997#content > Acesso em: 02 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto 3.860**, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação dos cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília: 9 de julho de 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm> Acesso em 2 jan.2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.225**, de 1º de outubro de 2004. Altera dispositivos do Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília: 1º de outubro de 2004. Disponível em <www.planalto.gov.br/.../Decreto/D5225.htm > Acesso em: 16 abr. 2009

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.183**, de 5 de outubro de 2005. Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 5 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11183.htm. Acesso em 02 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1/2005>> Acesso em: 03 jan.2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.773**, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília: 09 de maio de 2006. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm.> Acesso em 02 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.786**, de 24 de maio de 2006. Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. Brasília: 24 de maio de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.htm> Acesso em: 02 jan.2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.107**, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília: 11 de fevereiro de 2010. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm > Acesso em 23 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: 13 de janeiro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> Acesso em 03 mar. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.020**, de 27 de agosto de 2009. Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para modificar o rol de instituições de ensino comunitárias. Brasília: 27 de agosto de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12020.htm> Acesso em 02 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.101**, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: 27 de novembro de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm> Acesso em 02 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.107**, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília: 11 de fevereiro de 2010. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm > Acesso em 23 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória 2.216 – 37**, de 31 de agosto de 2001. Altera dispositivos da lei 9.649, de 27 de maio de 1998 que dispõem sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: 31 de agosto de 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2216-37.htm> Acesso em 24 de jan.2011.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: EPU, 1977.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão**. São Paulo em Perspectiva, v.14, n.1, p. 61-72, 2000.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.96, pp. 979-1000.

CASARTELLI, Alam de Oliveira et al. **Inteligência estratégica em instituições de ensino superior**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.2, p.183-197, maio./ago. 2010

CASTRO, Magali de. **Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito**. *Rev. Fac. Educ.* [online]. 1998, vol.24, n.1, pp. 9-22 Disponível em <www.scielo.com.br> Acesso: 02 fev. 2011.

CASTRO, Regina Maria Jordão Cardoso de. **Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990: o caso da faculdade Cambury de Goiânia – GO. 2004**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, SP, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. **Revista portuguesa de educação**, Portugal: Universidade do Minho, v.13, n. 2, p. 29-52, 2000.

CENSO ESCOLAR. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. Disponível em: < www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp> Acesso: 13 mar. 2011

CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a história**. Rio de Janeiro *Topoi*: mar. 2002, pp. 139-182.

CNBB. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/imprensa/noticias/4474-puc-minas-e-considerada-a-maior-universidade-catolica-do-mundo>> Acesso em 15 jan. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>> Acesso em 04 jan.2011.

COURI, Sergio. **Liberalismo e societalismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. **A educação na concordata Brasil-Vaticano**. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009. Disponível em: < www.cedes.unicamp.br > Acesso em 03 fev. 2011.

_____. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. O ensino superior no octênio de FHC. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – estado e mercado. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, especial - out. 2004.

DASSOLER, Olmira Barnardete. (Dir.). Temas tratados. **Revista de Educação AEC**. Brasília, ano 35, n.139, p. 98-99, abr. jun 2006.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Comercialização no ensino superior: é possível manter a idéia de bem público? **Educação e sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 817-838, set.2003.

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2010.

DURHAM, Eunice Ribeiro e SAMPAIO, Helena. O setor privado no ensino superior na América Latina. **Cadernos de pesquisa**, n. 110, p.07-37, jul.2000.

ENDO, Ana Claudia Braun. A gestão da comunicação integrada em instituições de ensino confessionais, sem fins lucrativos. **Revista de Educação do Cogeime**. Ano 12, n. 23, dez. 2003

FERMIN, Alejandro Maldonado. Instituciones clave, producción y circulación de ideas (neo)liberales y programas de ajuste estrutural en Venezuela, 1989-1998. In: GRIMSON, Alejandro (org.). **Cultura y neoliberalismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2007. p. 43-60.

FLORENCIO, Tatiana Magalhães. **A expansão do ensino superior privado em Alagoas: um panorama pós-LDB**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, UFA, 2007.

GALLUCCI, Laura. **Gestão do Conhecimento em Instituições Privadas de Ensino Superior: bases para a construção de um modelo de compartilhamento de conhecimento entre os membros do corpo docente**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

GAUDIUM PRESS. **Missão das universidades católicas e faculdades eclesiais no mundo são unir a fé e a cultura, diz o Papa**. Vaticano, 19 nov. 2009. Disponível em <http://www.gaudiumpress.org/view/show/10937-missao-das-universidades-catolicas-e-faculdades-eclesiasticas-no-mundo-e-unir-a-fe-e-a-cultura-diz-o-papa>. Acesso em 04 jan. 2010.

GONÇALVES, Sandro Aparecido. Estado e expansão do ensino privado no Brasil: uma análise institucional dos anos de 1990. *Educar, Curitiba*, n. 31, p. 91-111, 2008. Editora UFPR

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai.-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

GIANNOTTI, José Arthur. **A universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JOÃO PAULO II. **Constituição apostólica Ex Corde Ecclesiae**. Roma, 15 de agosto de 1990. Disponível em: www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm . Acesso em: 16 abr.2009

JOÃO PAULO II. **Constituição apostólica sacrae disciplina eleges**. Roma, 25 de janeiro de 1983. Disponível em:< www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm > Acesso em: 16 abr.2009

JOÃO PAULO II. **Constituição apostólica sapientia christiana**. Roma, 15 de abril de 1979. Disponível em:<www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm > Acesso em: 26 dez. 2009.

JULIATTO, Ir. Clemente Ivo. **Boletim Marista** 124. 2004. Disponível em: <<http://www.champagnat.org/pt/260800001.asp?num=124>>. Acesso em 11 set. 2009.

LOUREIRO, Maria Rita e ABRUCIO, Fernando Luiz. **Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1999, vol.14, n.41, pp. 69-89.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo, Veras Editora, 1999.

MARTINS, Andre Luiz de Miranda. **A marcha do “capitalismo universitário” no Brasil dos anos 90**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 733-743, nov. 2008.

MARTINS, Carlos B. **A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a sociologia da educação**. *Em Aberto*, Brasília, 1990. v.9, n.46, p.59-72.

_____. Ensino Superior nos anos 1990. São Paulo em Perspectiva, SP, 14(1), p. 41-60, 2000.

MEC. Disponível em < <http://emec.mec.gov.br/> Acesso: 13 mar.2011.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 515-526.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 296-323. (vol. III: século XX)

MOROSINI, Marília e FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Universidades Comunitárias e sustentabilidade: desafio em tempos de globalização**. Curitiba: Editora UFPR. n. 28, 2006., p. 55-70.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro**. RAP Rio de Janeiro Edição Especial Comemorativa 103-47, 1967-2007

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC-UNESCO-Caracas, nov.2002. p. 24-37.

OTRANTO, Célia Regina. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. In: SILVA JR, João dos Reis et al (org.) **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2006, p. 43-58.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Do estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, Jorge Wilhelm; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.222-259.

PETRY, Oto João. **Educação superior privada em Macapá: gênese, expansão, dilemas e desafios em um contexto de mercado** (de 1990 a 2005). 2007. PG. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2007.

PIMENTEL, Alessandra. **O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, no. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002)**. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol.23, n.80, pp. 108-135.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi. **Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 185-215, mar. 2009.

REESE, Thomas J. **O Vaticano por dentro: a política e a organização da igreja católica**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

ROMA. **Código de derecho canônico**: Promulgado por João Paulo II, Papa. Roma, 25 de janeiro de 1983. Disponível em: www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm . Acesso em: 16 abr.2009

SANTANA, Ângela. A reforma do Estado no Brasil: estratégias e resultados. In: Congresso internacional del CLAD. **La reforma del estado y de la administración pública**, 7, Lisboa, Portugal, 8-11 out.2002. p. 1 -8.

SANTOS, Miguel Rosa dos. **A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás: História e Memória**. 2003. 243 F. Dissertação (Mestrado em Educação).

Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. P. 03-12 (Coleção Memória da Educação).

SCHMIDT, João Pedro. **O comunitário em tempos de público não estatal**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

_____. (org). **Instituições comunitárias [CD-ROM]: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2009.

SCHIMITZ, Egidio F. **Caminhos da universidade brasileira: filosofia do ensino superior**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

SCHWARTZMAN, Jacques e SCHWARTZMAN, Simon. O ensino superior privado como setor econômico. 21 de agosto de 2002. p.1-31 Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-98-2013-o-ensino-superior-privado-como-setor-economico.pdf>

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.6, n10, p.117-24, fev 2002.

_____. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar, Curitiba*, n. 31, p. 73–89, 2008. Editora UFPR

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior**. *Pro-Posições* [online]. 2009, vol.20, n.2, pp. 205-222. ISSN 0103-7307

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out. 2006.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário na América Latina**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2005

TAVARES, Sergio Marques Nogueira. Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo de construção. **Educação e linguagem**. V.12. n.19. 219-238, jan.-jun. 2009.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração. Pública** [online]. 2006, vol.40, n.1, pp. 27-53. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003. Acesso em 02 fev.2011.

VAIDENGORN, José. Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 78-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5542.pdf>

APENDICES

APÊNDICE A - FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS EDUCADORES E PESQUISADORES NO CAMPO EDUCACIONAL

NOME	FORMAÇÃO ACADEMICA EM IES			ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
	SUB-CAMPO IES PUBLICAS	SUB-CAMPO IES PRIVADAS		SUB-CAMPO IES PUBLICAS	SUBCAMPO IES PRIVADA	
		NÚCLEO IES PARTICULARES	NÚCLEO IES COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS, FILANTRÓPICAS		SUBCAMPO IES PARTICULARES	SUBCAMPO IES COMUNITÁRIA, CONFESSIONAL, FILANTRÓPICA
BARTNIK, Fabiana Marques Pereira	-	-	IESCC	-	-	IESC católica
BELINSKI,Ricardo	-	-	IESCC	X	-	
BITTAR, Mariluce	X	-		-	-	IESCC
CALDERÓN, Adolfo Ignacio	-	-	IESCC	-	-	IESCC
CASARTELLI, Alam de Oliveira	-	-	IESCC	-	-	IESCC
CATANI, Afrânio Mendes	X	-	-	X	-	
CUNHA, Luiz Antonio	X	-	-	X	-	
DIAS, Marco Antonio Rodrigues	X	-	-	-	-	
DURHAM, Eunice Ribeiro	X	-	-	X	-	
ENDO, Ana Claudia Braun	-	-	X	-	-	X
FLORENCIO, Tatiana Magalhães	X	-	-	-	-	-
FRANCO, Maria Estela Dal Pai	X	-	-	X	-	
GALLUCCI, Laura	-	-	IESCC	-	X	
GONÇALVES, Sandro Aparecido	-	X	-	X	-	
MARTINS, Andre Luiz de Miranda	X	-	-	X	-	
MARTINS, Carlos Benedito	X	-	-	X	-	
MOROSINI, Marilia Costa	X	-	-	-	-	IESCC
OLIVEIRA, João Ferreira	X	-	-	X	-	
PETRY, Oto João	-	-	IESCC	X	-	
PINTO, Rafael Ângelo Bunhi	-	-	X	-	-	X
SAMPAIO, Helena	-	-	-	X	-	

NOME	FORMAÇÃO ACADEMICA EM IES			ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
	SUB-CAMPO IES PUBLICAS	SUB-CAMPO IES PRIVADAS		SUB-CAMPO IES PUBLICAS	SUB-CAMPO IES PRIVADAS	
		NÚCLEO IES PARTICULARES	NÚCLEO IES COMUNITÁRIAS, CONFSSIONAIS, FILANTRÓPICAS		NÚCLEO IES PARTICULARES	NÚCLEO IES COMUNITÁRIAS, CONFSSIONAIS, FILANTRÓPICAS
SANTOS, Miguel Rosa dos	-	-	IESCC	-	ECONOMISTA NÃO DOCENTE	
SCHMIDT, João Pedro	X	-	-	-	-	X
SILVA, Itamar Mendes da	-	-	IESCC	X	-	
TAVARES, Sergio Marcus Nogueira	-	-	X	-	-	X
VAIDERGORN, José	X	-	-	X	-	

Fonte: Elaboração própria com dados da plataforma lattes

APÊNDICE B - IESCC ASSOCIADAS A ABMES, ABRUC E ANAMEC E DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO MEC – 2010

IES	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1941	Arquidiocese de Campinas	Sociedade Campineira de Educação e Instrução	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	Pontifícia em 1956 www.puc-campinas.edu.br
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	1959	Arquidiocese de Goiânia	Sociedade Goiânia de Cultura	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Centro- Oeste	Pontifícia: 2009 www.pucgoias.edu.br
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1958	Diocese de Belo Horizonte	Sociedade Mineira de Cultura	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.pucminas.br
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	1960	Ir. Maristas Instituto dos Irmãos Maristas Província Marista Brasil Centro-Sul	Associação Paranaense de Cultura	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	Pontifícia: 1985 www.pucpr.br www.maristas.org.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1948	Ir. Maristas Instituto dos Irmãos Maristas – Província Marista do Rio Grande do Sul	União Brasileira de Educação e Assistência	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sul	Pontifícia: 1950 www.pucrs.br www.maristas.org.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1940	Pe. Jesuítas Companhia de Jesus	Associação Civil Faculdades Católicas	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	1947: recebe titulação de Pontifícia www.puc-rio.br
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1946	Arquidiocese de São Paulo	Fundação São Paulo	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	1947: Pontifícia http://www.pucsp.br

IES	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Universidade Católica de Brasília	1974	Grupo Católico de Brasília:	União Brasiliense de Educação e Cultura	Sem fins lucrativos – Sociedade	Centro-Oeste	www.ucb.br www.maristas.org.br
Universidade Católica Dom Bosco	1961	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Missão Salesiana de Mato Grosso	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Centro-Oeste	1991: Transformou-se em Universidade www.ucdb.br
Universidade Católica de Pelotas	1960	Diocese de Pelotas	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sul	www.ucpel.tche.br
Universidade Católica de Pernambuco	1943	Pe. Jesuítas Companhia de Jesus	Centro de Educação Técnica e Cultural	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Nordeste	http://www.unicap.br
Universidade Católica Petrópolis	1961	Diocese de Petrópolis	Mitra Diocesana de Petrópolis	Sem fins lucrativos – Fundação	Sudeste	www.ucp.br
Universidade Católica de Salvador	1961	Diocese de Salvador	Associação Universitária e Cultural da Bahia	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Nordeste	chanceler o bispo diocesano, Dom Jacyr Francisco Braido
Universidade Católica de Santos	1986	Diocese de Santos	Sociedade Visconde de São Leopoldo	Sem fins lucrativos – Sociedade	Sudeste	www.unisantos.br
Universidade Sagrado Coração	1986	Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (IASCJ) Província de São Paulo	Instituto das Apóstolas do sagrado Coração de Jesus	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.usc.br

OBSERVAÇÃO: O Grupo Católico de Brasília integra a Província Lassalista de Porto Alegre - Irmãos Lassalistas; a Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo - Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil - Irmãos Maristas; a Inspeção São João Bosco - Salesianos de Dom Bosco; a Inspeção Madre Mazzarello - Irmãs Salesianas, e a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano

IES	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Universidade São Francisco	1985	Franciscanos	Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.saofrancisco.edu.br
Universidade de Sorocaba	1994	Diocese de Sorocaba	Fundação Dom Aguirre	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	Universidade em 1994 www.uniso.br
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1969	Pe Jesuítas Companhia de Jesus – Província dos jesuítas do Brasil Meridional	Associação Antonio Vieira	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sul	www.unisinos.br
Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium	1956	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Missão Salesiana de Mato Grosso	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Centro-Oeste	Centro Universitário: 2005 www.ucdb.br
Centro Universitário Assunção	1971	Diocese de São Paulo Seminário Diocesano de São Paulo	Instituto Educacional Seminário Paulopolitano	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	2000: Centro Universitario www.unifai.edu.br
Centro Universitário Claretiano	1970	Congregação dos Missionários Claretianos	EDUCLAR-Ação Educacional Claretiana	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	2001: Centro Universitario www.claretiano.edu.br
Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe Sabóia de Medeiros	1946	Pe. Jesuítas Companhia de Jesus	Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	2001: Centro Universitario www.fei.edu.br
Centro Universitário do Leste De Minas Gerais	1972	Grupo Católico de Brasília	União Brasiliense de Educação e Cultura	Sem fins lucrativos – Sociedade	Sudeste	Centro Universitários em 2000 www.unilestemg.br www.maristas.org.br

IES	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Centro Universitário Franciscano	1955	Franciscanos Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã	Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	Sociedade civil Centro Universitário em 1998 www.unifra.br
Centro Universitário Franciscano do Paraná	1959	Franciscanos Grupo Bom Jesus Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	Centro Universitário em 2005 http://www2.fae.edu/curitiba/
Centro Universitário La Salle	1975	Ir. Lassalistas Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs Província Lassalista de Porto Alegre	Sociedade Porvir Científica	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	Centro Universitário em 1998 www.unilasalle.edu.br
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio	1958	Irmãs de São José de Chambéry	Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio	Com fins lucrativos - Sociedade Civil	Sudeste	Centro Universitário: 2004 www.ceunsp.edu.br
Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo	1967	Ordem dos Ministros dos Enfermos Camilianos	União Social Camiliana	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	Centro Universitário em 1997 www.saocamilo-es.br
Centro Universitário São Camilo – São Paulo	1976	Religiosos Camilianos Sociedade Beneficente São Camilo	União Social Camiliana	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	Centro Universitário em 1997 www.saocamilo-sp.br

IES	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Centro Universitário Salesiano de São Paulo	1952	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade ao Francisco de Sales Inspetoria Nossa Senhora Auxiliadora	Liceu Coração de Jesus	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	Centro Universitário: 1997 http://www.unisal.br
Escola Dominicana de Teologia	2008	Dominicanos Província de São Tomás de Aquino do Brasil	Instituto Bartolomeu de Las Casas	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sudeste	http://www.edt.edu.br/
Escola Superior de Gestão Comercial e Marketing	2001	Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus Província Brasileira Meridional	Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sul	www.esic.br http://www.dehonianos.org.br
Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana	2004	Franciscanos Frades Menores Capuchinhos do Rio Grande do Sul	Fundação São Lourenço de Brindisi	Sem fins lucrativos - Fundação	Sul	www.estef.edu.br
Faculdade Católica de Anápolis	1995	Diocese de Anápolis	Fundação São Miguel Arcanjo	Sem fins lucrativos - Fundação	Centro-Oeste	www.catolicadeanapolis.com.br
Faculdade Católica de Fortaleza	2002	Arquidiocese de Fortaleza	Arquidiocese de Fortaleza	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Nordeste	www.catolicadefortaleza.edu.br
Faculdade Católica de Pouso Alegre	2005	Arquidiocese de Pouso Alegre	Fundação Educacional Dom José D'Ángelo Neto	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.facapa.edu.br
Faculdade Católica de Rondônia	2007	Arquidiocese de Porto Velho	Arquidiocese de Porto Velho	Sem fins lucrativos - Sociedade	Norte	www.fcrondonia.edu.br
Faculdade Católica de Uberlândia	2001	Diocese de Uberlândia	Sociedade Católica de Educação de Uberlândia	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sudeste	www.catolicaonline.com.br

IES	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdade Católica do Cariri - CE	2008	Diocese de Crato	Fundação Padre Ibiapina	Sem fins lucrativos - Fundação	Nordeste	http://catolicadocariri.edu.br
Faculdade Católica do Ceará	2003	Ir. Maristas Instituto dos Irmãos Maristas – Província Marista do Centro-Norte	União Norte Brasileira de Educação e Cultura	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Nordeste	www.catolicaceara.edu.br www.maristas.org.br
Faculdade Católica do Tocantins	2003	Grupo Católico de Brasília	União Brasiliense de Educação e Cultura	Sem fins lucrativos - Sociedade	Norte	www.catolica-to.edu.br www.maristas.org.br
Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá	2005	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Missão Salesiana de Mato Grosso	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Centro-Oeste	www.catholicamt.com.br WWW.missaosalesiana.org.br
Faculdade Católica Dom Orione	2005	Orionitas Congregação de Dom Orione Pequena Obra da Divina Providência (Dom Orione).	Fundação Educacional Dom Orione	Sem fins lucrativos - Fundação	Norte	www.catolicaorione.edu.br
Faculdade Católica Rainha do Sertão	2004	Diocese de Quixadá	Diocese de Quixadá	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Nordeste	www.fcrs.edu.br
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo	2000	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Inspetoria São João Bosco	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	Salesianos no Brasil são administrados em regiões, pelas inspetorias. Seis Inspetorias dos SDB – Salesianos de Dom Bosco e nove inspetorias das FMA – Filhas de Maria Auxiliadora www.faculdadesalesiana.edu.br

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdade Claretiana de Teologia	2010	Padres Missionários Claretianos	EDUCLAR-Ação Educacional Claretiana	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sul	http://www.claret.com.br/
Faculdade de Enfermagem Luiza de Marillac	1942	Ordem dos Ministros dos Enfermos Camilianos	União Social Camiliana	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.saocamilo-rj.br
Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina	1961	Congregação Santa Marcelina	Associação santa Marcelina	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.fafism.com.br
Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI	2004	Diocese de Mogi das Cruzes	Associação Cultural Paulo VI	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.paulovi.edu.br
Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia	1967	Congregação de Santa Dorotéia do Brasil Província Sul	Congregação de Santa Dorotéia do Brasil	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.ffsd.br
Faculdade Dehoniana	2001	Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus Província Brasileira Central	Congregação dos Padres do sagrado Coração de Jesus	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	http://www.dehoniana.org.br http://www.dehonianos.org.br
Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre	2002	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Inspetoria Salesiana São Pio X	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sul	www.faculdade.dombosco.net
Faculdade FAE Blumenau	2003	Franciscanos Grupo Bom Jesus Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	http://www2.fae.edu/blumenau/

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdade FAE São José dos Pinhais	2002	Franciscanos Grupo Bom Jesus Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	http://www2.fae.edu/sjpinhais/
Faculdade Frassinetti do Recife	1940	Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti	Congregação de Santa Dorotéia do Brasil	Sem fins lucrativos - Fundação	Nordeste	www.fafire.br
Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia	1992	Pe. Jesuítas Companhia de Jesus	Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.faculdadejesuita.edu.br
Faculdade de Tecnologia La Salle – Estrela	2009	Ir. Lassalistas Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs Província Lassalista de Porto Alegre	Sociedade Porvir Científico	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	http://www.unilasalle.edu.br/estrela/
Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales	2002	Diocese de Caiacó	Colégio Diocesano Serinoense	Sem fins lucrativos - Sociedade	Nordeste	http://diocesedecaico.org.br/
Faculdade de Teologia e Ciências Humanas	2008	Dioceses do Interdiocesano Norte da CNBB - Sul III: Erechim, Frederico Westphalen, Passo Fundo e Vacaria	Instituto de Teologia e Pastoral	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	www.itepa.com.br
Faculdades Integradas Claretianas	1976	Padres Missionários Claretianos	EDUCLAR-Ação Educacional Claretiana	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.claretianas.br

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdades Integradas Coração de Jesus	1976	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales Comunidade Educativa das Religiosas Filhas de Maria Auxiliadora	Instituto Coração de Jesus	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.fainc.com.br
Faculdades Integradas Sévigné	2009	Franciscanos Grupo Bom Jesus Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sul	http://www2.fae.edu/sevigne/afae/
Faculdade Jesus Maria José	1999	Instituto Jesus Maria José	Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José	Sem fins lucrativos - Sociedade	Centro Oeste	www.fajesu.edu.br http://institutojrmj.org/
Faculdade João Paulo II	2003	Dioceses de Araçatuba, Assis, Bauru, Botucatu, Lins, Marília e Presidente Prudente.	Associação Cultural e Educacional Interdiocesana	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.fajopa.edu.br
Faculdade La Salle – Manaus	2004	Ir. Lassalistas Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs Província Lassalista de Porto Alegre	Sociedade Porvir Científico	Sem fins lucrativos - Sociedade	Norte	www.unilasalle.edu.br/manaus

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdade La Salle – MT	2001	Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs Província Lassa lista de Porto Alegre	Sociedade Porvir Científico	Sem fins lucrativos - Sociedade	Centro Oeste	www.unilasalle.edu.br/lucas
Faculdade Marista	2002	Ir. Maristas Instituto dos Irmãos Maristas – Província Marista Centro-Norte	União Norte Brasileira de Educação e Cultura	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Nordeste	www.faculdademarista.com.br www.maristas.org.br
Faculdade Palotina	2001	Irmãos Palotinos Província Nossa Senhora Conquistadora	Sociedade Vicente Palotti	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sul	www.fapas.edu.br
Faculdade Padre João Bagozzi	2002	Congregação dos Oblatos de São José	Congregação dos Oblatos de São José	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sul	www.faculdadebagozzi.edu.br
Faculdade Salesiana de Pindamonhangaba	2005	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales Inspetoria Nossa Senhora Auxiliadora	Liceu Coração de Jesus	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	http://www.unisal.br/
Faculdade Salesiana de Santa Teresa	1998	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Missão Salesiana de Mato Grosso	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Centro-Oeste	http://www.fsst.edu.br/

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdade Salesiana do Nordeste	2000	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Colégio salesiano Sagrado Coração	Sem fins lucrativos - Fundação	Nordeste	www.fasne.edu.br
Faculdade Salesiana Dom Bosco	2002	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Norte	http://www.fsdb.edu.br
Faculdade Salesiana Dom Bosco De Piracicaba	2004	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales	Colégio Salesiano Dom Bosco	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.domboscofaculdade.com.br
Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora	2001	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales Instituto Nossa Senhora da Glória	Instituto Nossa Senhora da Glória	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	http://www.fsma.edu.br
Faculdade Santa Marcelina	1981	Congregação das Irmãs de Santa Marcelina	Associação Santa Marcelina	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	http://www.fasm.edu.br
Faculdade São Bento da Bahia	2004	Congregação Brasileira da Ordem de São Bento	Mosteiro de São Bento da Bahia	Sem fins lucrativos - Sociedade	Nordeste	www.saobento.org
Faculdade São Bento do Rio de Janeiro	2004	Congregação Brasileira da Ordem de São Bento	Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sudeste	www.faculdadesaobento.org.br

NOME	CREDENCIAMENTO	MANENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Faculdade São Camilo – BA	1997	Ordem dos Ministros dos Enfermos Camilianos	União Social Camiliana	Sem fins lucrativos - Fundação	Nordeste	Credenciada em 1997 www.saocamilo-ba.br
Faculdade São Camilo – MG	2003	Ordem dos Ministros dos Enfermos Camilianos	União Social Camiliana	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.saocamilo-mg.br
Faculdade São Camilo – RJ	2001	Ordem dos Ministros dos Enfermos Camilianos	União Social Camiliana	Sem fins lucrativos - Fundação	Sudeste	www.saocamilo-rj.br
Faculdade São Luís	2004	Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus Província Brasileira Meridional	Congregação dos Padres do sagrado Coração de Jesus	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sul	www.faculdadesaoluiz.edu.br http://www.dehonianos.org.br
Faculdade São Tomás de Aquino	2002	Diocese de Palmeira dos Índios	Fundação Educacional Dom Fernando Ioro Rodrigues	Sem fins lucrativos – Fundação	Nordeste	Site não encontrado
Faculdade Santíssimo Sacramento	2000	Congregação das Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada	Associação educativa e Cultural Maria Emilia	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Nordeste	www.fsssacramento.br
Instituto de Filosofia e de Teologia Paulo VI	2003	Diocese de Nova Iguaçu	Mitra Diocesana de Nova Iguaçu	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.mitrani.org.br
Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI	2004	Diocese Mogi das Cruzes	Associação Cultural Paulo VI	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.paulovi.edu.br

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás	2008	Ordem dos Frades Menores; Congregação do Santíssimo Redentor; Congregação das Irmãs Franciscanas de Allegany; Ordem dos Frades Menores Capuchinhos; Congregação dos Sagrados Estigmas e Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada	União Brasil Central de Educação e assistência	Sem fins lucrativos – Fundação	Centro-Oeste	www.ifiteg.edu.br associação de diversas congregações
Instituto Santo Tomás De Aquino	2002	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales Inspetoria São João Bosco	Inspetoria São João Bosco	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	Verificar se é IES www.ista.edu.br
Instituto Superior de Ciências Humanas e Filosofia La Salle	2004	Ir. Lassalistas Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs Província de São Paulo	Associação Brasileira de Educadores Lassalistas	Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.unilasalle.org

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Instituto Superior de Educação do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	2002	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.isecensa.edu.br
Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima	2004	Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte	Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte	Sem fins lucrativos - Sociedade	Centro-Oeste	www.institutofatima.edu.br
Instituto Superior de Educação La Salle	2001	Ir. Lassalistas Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs Província de São Paulo	Associação Brasileira de Educadores Lassalistas	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.unilasalle.org
Instituto Superior de Teologia e Pastoral de Bonfim	2005	Diocese do Bonfim	Diocese do Bonfim	Sem fins lucrativos - Sociedade	Nordeste	www.istepab.com.br
Instituto Tecnológico e das Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde do Centro Educ. N. Srª Auxiliadora	2002	Salesianos de Dom Bosco Pia Sociedade de São Francisco de Sales Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Sudeste	www.isecensa.edu.br

NOME	CREDENCIAMENTO	MANTENEDORA			REGIÃO	OBSERVAÇÕES
		DENOMINAÇÃO RELIGIOSA	DENOMINAÇÃO CIVIL	NATUREZA JURÍDICA		
Instituto Teológico Franciscano	2001	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Província Franciscana da imaculada Conceição do Brasil	Sem fins lucrativos - Sociedade	Sudeste	www.itf.org.br

APENDICE C- NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO POR AREA DE CONHECIMENTO DE IESCC AUTORIZADAS NO PERÍODO DE 2001 A 2010

T	IESCC	ÁREAS DE CONHECIMENTO – CURSOS DE GRADUAÇÃO								
		CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	CIENCIAS BIOLÓGICAS	ENGENHARIAS	CIENCIAS DA SAUDE	CIENCIAS AGRARIAS	CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS	CIENCIAS HUMANAS	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	MULTIDISCIPLINAR
1	Escola Dominicana de Teologia							01		
2	Escola Superior de Gestão Comercial e Marketing						01			
3	Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana							01		
4	Faculdade Católica de Fortaleza							02		
5	Faculdade Católica de Pouso Alegre							02		
6	Faculdade Católica de Rondônia						01	01		
7	Faculdade Católica de Uberlândia						04	05		02
8	1. Faculdade Católica do Cariri - CE							01		
9	Faculdade Católica do Ceará				01		03			
10	Faculdade Católica do Tocantins	01		03		02	03			01
11	Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá	01					01			

T	IESCC	ÁREAS DE CONHECIMENTO – CURSOS DE GRADUAÇÃO								
		CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ENGENHARIAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	MULTIDISCIPLINAR
12	Faculdade Católica Dom Orione						02			
13	Faculdade Católica Rainha do Sertão	01		02	06		05	02		
14	Faculdade Claretiana de Teologia							01		
15	Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI							02		
16	Faculdade Dehoniana							02		
17	Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre	01		01			03			
18	Faculdade FAE Blumenau						01			
19	Faculdade FAE São José dos Pinhais						02			01
20	Faculdade de Tecnologia La Salle – Estrela									03
21	Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales							01		
22	Faculdade de Teologia e Ciências Humanas							01		
23	Faculdades Integradas Sévigné							01		03

T	IESCC	ÁREAS DE CONHECIMENTO – CURSOS DE GRADUAÇÃO								
		CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ENGENHARIAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	MULTIDISCIPLINAR
24	Faculdade João Paulo II							02		
25	Faculdade La Salle – Manaus	01			01		02	01		
26	Faculdade La Salle – MT				01		04	01		
27	Faculdade Marista						03			02
28	Faculdade Palotina						02	02		
29	Faculdade Padre João Bagozzi			01			02	02		08
30	Faculdade Salesiana de Pindamonhangaba						01	03		
31	Faculdade Salesiana Dom Bosco						03	02		
32	Faculdade Salesiana Dom Bosco De Piracicaba	01					01	01		
33	Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora	01		03			03	01		
34	Faculdade São Bento da Bahia							04		
35	Faculdade São Bento do Rio de Janeiro							02		
36	Faculdade São Camilo – MG						01			02
37	Faculdade São Camilo – RJ				01		01			

T	IESCC	ÁREAS DE CONHECIMENTO – CURSOS DE GRADUAÇÃO								
		CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ENGENHARIAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	MULTIDISCIPLINAR
38	Faculdade São Luís							01		
39	Faculdade São Tomás de Aquino				01			02		
40	Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI							02		
41	Instituto de Filosofia e de Teologia Paulo VI							01		
42	Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás							02		
43	Instituto Santo Tomás De Aquino							01		
44	Instituto Superior de Ciências Humanas e Filosofia La Salle	01					04	03		
45	Instituto Superior de Educação do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora			02	05		02	01		
46	Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima							01		02
47	Instituto Superior de Educação La Salle	02					03	03		

T	IESCC	ÁREAS DE CONHECIMENTO – CURSOS DE GRADUAÇÃO								
		CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ENGENHARIAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	MULTIDISCIPLINAR
48	Instituto Superior de Teologia e Pastoral de Bonfim							01		
49	Instituto Tecnológico e das Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde do Centro Educ. N. Sr ^a Auxiliadora			02	04		02			
50	Instituto Teológico Franciscano							01		